

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALOISIO PEREIRA JÚNIOR**

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS: NÍVEL DE ADERÊNCIA CURRICULAR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UBERLÂNDIA  
2018**

**ALOISIO PEREIRA JÚNIOR**

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS: NÍVEL DE ADERÊNCIA CURRICULAR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias

**UBERLÂNDIA  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

P436i  
2018

Pereira Júnior, Aloísio, 1986-

Instrumentos financeiros [recurso eletrônico] : nível de aderência curricular dos cursos de graduação em ciências contábeis / Aloísio Pereira Júnior. - 2018.

Orientador: Rodrigo Fernandes Malaquias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1340>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Contabilidade. 2. Sociedades comerciais - Contabilidade.
3. Indexação (Economia). 4. Isomorfismos (Matemática). 5. Avaliação de riscos. I. Malaquias, Rodrigo Fernandes, 1983-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDU: 657

ALOISIO PEREIRA JÚNIOR

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS: NÍVEL DE ADERÊNCIA CURRICULAR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Financeira

Uberlândia, 05 de outubro de 2018

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias (orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

---

Profa. Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

---

Prof. Dr. André Barra Neto  
Universidade Federal de Goiás - UFG

Às minhas flores amadas Tânia e Maria Flor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Mestre por me conceder a grata dádiva da vida e poder exercer o discernimento.

À minha família por me proporcionar possibilidades para o exercício da cidadania, ensinando-me valores e princípios basilares para o desenvolvimento humano.

À minha esposa Tânia pelo apoio, compreensão, companheirismo, força e amor demonstrados para que cruzássemos mais este desafio. Sem a sua garra, penso que o Mestrado não seria harmonioso da forma que foi.

À minha filha Maria Flor, fonte de ânimo que me faz seguir adiante.

Aos meus amigos de Uberlândia, Fernando Honorato, Mercedes Torres, Sara Prado, Emmanuel, Marilane, Pedro e tia Nilda por me receberem com hospitalidade e gentileza.

Ao meu orientador Rodrigo Fernandes Malaquias pela cordialidade e competência em transmitir-me os seus conhecimentos, o que possibilitou a realização desta dissertação.

Ao PPGCC e coordenação pelo profissionalismo e oferta de um excelente programa de Mestrado em Ciências Contábeis, mostrando que é possível tratar a educação com seriedade, fazendo com que seja praticável uma educação pública de qualidade.

Os lábios da sabedoria estão fechados, exceto aos ouvidos do  
Entendimento.  
O Caibalion

## RESUMO

As empresas estão cada vez mais utilizando instrumentos financeiros para a gestão de riscos financeiros. As operações relacionadas a instrumentos financeiros são complexas e o acesso ao seu conteúdo pelos alunos, futuros profissionais, pode refletir na atuação profissional do contador quanto ao tratamento contábil destes instrumentos e à elaboração das demonstrações contábeis. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa consiste em verificar o grau de aderência do conteúdo curricular de disciplinas constantes dos PPPs e/ou das fichas de disciplina dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES do Brasil, aos itens dos pronunciamentos técnicos e orientações do CPC sobre instrumentos financeiros à luz do isomorfismo institucional, que é uma abordagem para o entendimento das formas das estruturas que permeiam as organizações. Para alcance deste objetivo, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas. Primeiro foram pesquisados os cursos presenciais de Contabilidade brasileiros. A amostra do estudo foi composta por cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis que possuíam nota no ENADE e publicaram seus projetos pedagógicos e/ou fichas de disciplina no site da IES, totalizando 250 cursos. Na sequência foi efetuado o cálculo do índice de aderência por meio da aplicação de um instrumento de coleta de dados composto por 40 itens (questões). Para se testar o isomorfismo do nível de aderência dos cursos, foram aplicados os testes estatísticos de Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal Wallis. Também foi realizada uma análise complementar para se identificar possíveis determinantes do nível de aderência do curso. No que se refere às variáveis explicativas, foram consideradas as seguintes características: categoria administrativa, organização acadêmica, carga horária mínima do curso, idade do curso, nota do ENADE, IDHE, área plantada da unidade federativa do curso, tipo do documento (PPP ou ficha de disciplina), conceito de qualidade do MEC e disciplina (contabilidade ou finanças e afins). Os principais resultados encontrados mostram que a maioria dos cursos (55,1%) oferta o conteúdo sobre instrumentos financeiros nas disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade das Instituições Financeiras e Mercado Financeiro e de Capitais, conforme disposto na Proposta Nacional de Conteúdo do Conselho Federal de Contabilidade, indicando a presença de isomorfismo coercitivo entre as IES, quanto às disciplinas que ofertam o conteúdo. Evidenciam que o nível de aderência dos cursos, considerando todas as questões do instrumento de coleta de dados, foi em média 4,1%, considerado baixo. Além disso, mostram que a metade dos itens do instrumento utilizado não consta dos projetos pedagógicos e/ou fichas de disciplinas dos cursos. Ainda, os 140 cursos observados, em relação ao índice de aderência, estatisticamente, não diferem se comparados por categoria administrativa, organização acadêmica, região geográfica e conceito de qualidade do MEC. Sugere-se, desta forma, a existência de isomorfismo mimético entre as IES em relação ao índice de aderência. Por fim, com a realização da análise multivariada, não foram identificados possíveis determinantes do nível de aderência dos cursos, salvo que, em média, o nível de aderência obtido pelos projetos pedagógicos é menor do que os provenientes das fichas de disciplina. Como impacto na área, os resultados do estudo podem motivar o aperfeiçoamento dos currículos das IES para estarem mais alinhados à regulamentação contábil do país em relação ao tratamento contábil dos instrumentos financeiros na elaboração das demonstrações financeiras.

**Palavras-chave:** Instrumentos Financeiros, Índice de Aderência, Isomorfismo.

## ***ABSTRACT***

Companies are increasingly using financial instruments to manage financial risks. The operations related to financial instruments are complex and the access to their content by the students, future professionals, can reflect in the professional performance of the accountant regarding the accounting treatment of these instruments and the preparation of the financial statements. In this sense, the main objective of this research is to verify the degree of adherence of the curricular content of the subjects included in the PPPs and/or of the discipline records of the undergraduate courses in Accounting Sciences of the Brazilian IESs, to the items of the technical pronouncements and orientations of the CPC on financial instruments in the light of institutional isomorphism, which is a useful tool for understanding the forms of structures that permeate organizations. To reach this goal, the work was developed in two stages. First, the Brazilian accounting courses were surveyed. The sample of the study was made up of presential undergraduate courses in Accounting Sciences that had a note in the ENADE and published their pedagogical projects and/or discipline fiches on the IES website, totaling 250 courses. Afterwards, the adhesion index was calculated through the application of a data collection instrument composed of 40 items (questions). Wilcoxon-Mann-Whitney and Kruskal Wallis statistical tests were applied to test the isomorphism of the degree of adherence of the courses. A complementary analysis was also carried out to identify possible determinants of the level of adherence of the course. Regarding the explanatory variables, the following characteristics were considered: administrative category, academic organization, minimum course load, course age, ENADE grade, IDHE, planted area of the federative unit of the course, type of document (PPP or discipline record), MEC quality concept and discipline (accounting or finance and the like). The main results show that most courses (55.1%) offer content on financial instruments in the disciplines of Advanced Accounting, Financial Institutions Accounting and Financial and Capital Markets, according to the National Content Proposal of the Federal Council of Accounting, indicating the presence of coercive isomorphism among IESs, as to the disciplines that offer content. They show that the level of adherence of the courses, considering all questions of the instrument of data collection, was on average 4.1%, considered low. In addition, they show that half of the items of the instrument used are not included in the pedagogical projects and/or subject sheets of the courses. Moreover, the 140 courses observed in relation to the adherence index, statistically, do not differ if compared by administrative category, academic organization, geographical region and MEC quality concept. It is suggested, therefore, the existence of mimetic isomorphism among IESs in relation to the adhesion index. Finally, with the accomplishment of the multivariate analysis, no determinants of the degree of adherence of the courses were identified, except that, on average, the level of adherence obtained by the pedagogical projects is lower than those coming from the discipline fiches. As an impact in the area, the results of the study may motivate the improvement of the curricula of the IES to be more aligned with the accounting regulations of the country in relation to the accounting treatment of the financial instruments in the preparation of the financial statements.

Key words: Financial Instruments, Index of Adherence, Isomorphism.

## **LISTA DE FIGURAS E QUADROS**

Figura 1: Desenho da pesquisa.....	42
Quadro 1: Preditores de mudança isomórfica idealizados por Dimaggio e Powell (1983).....	23
Quadro 2: Conteúdos Curriculares Segundo a Resolução CNE/CES n. 10/2004.....	30
Quadro 3: Ementas e conteúdos programáticos propostos pelo CFC.....	30
Quadro 4: Resumo dos estudos referenciados.....	39
Quadro 5: Blocos dos itens (questões) do instrumento de coleta de dados.....	44
Quadro 6: Variáveis do estudo.....	45
Quadro 7: Relação das variáveis utilizadas nos modelos de regressão propostos.....	46
Quadro 8: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa....	60
Quadro 9: Itens do instrumento sem aderência de conteúdo.....	63
Quadro 10: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa..	69
Quadro 11: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa..	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Notas do ENADE e CMEC por categoria administrativa.....	52
Tabela 2: Notas do ENADE e CMEC por organização administrativa.....	53
Tabela 3: Notas do ENADE e CMEC por região.....	53
Tabela 4: Notas do ENADE e CMEC por estado.....	53
Tabela 5: Número de disciplinas ofertadas por curso.....	55
Tabela 6: Número de disciplinas por natureza da oferta.....	55
Tabela 7: Número de disciplinas por área.....	56
Tabela 8: Número de disciplinas por natureza da área de contabilidade.....	56
Tabela 9: Número de disciplinas por natureza da área de finanças ou afins.....	56
Tabela 10: Disciplinas da área de contabilidade em que o conteúdo é ofertado.....	57
Tabela 11: Disciplinas da área de finanças ou afins em que o conteúdo é ofertado.....	57
Tabela 12: Médias da Aderência de Todos os Cursos por Bloco.....	60
Tabela 13: Frequência dos itens aderentes.....	62
Tabela 14: Médias da Aderência por Área.....	66
Tabela 15: Médias da Aderência por Tipo de Documento.....	67
Tabela 16: Médias da Aderência por Região Geográfica.....	67
Tabela 17: Médias da Aderência por Organização Acadêmica.....	68
Tabela 18: Teste de normalidade da variável de aderência por bloco.....	70
Tabela 19: Teste de KW por categoria administrativa.....	70
Tabela 20: Teste de KW por organização acadêmica.....	71
Tabela 21: Teste de KW por região geográfica.....	71
Tabela 22: Teste de Wilcoxon-Mann-Whitney por CMEC.....	72
Tabela 23: Teste de KW por categoria administrativa e bloco.....	73
Tabela 24: Teste de KW por organização acadêmica e bloco.....	73
Tabela 25: Teste de KW por região acadêmica e bloco.....	73
Tabela 26: Teste de Levene por organização acadêmica.....	74
Tabela 27: Teste de Levene por região geográfica.....	75
Tabela 28: Resultados das regressões a partir dos modelos propostos.....	76
Tabela 29: Resultados das regressões com a variável Bloco 1 como dependente.....	78
Tabela 30: Resultados das regressões com a variável Bloco 2 como dependente.....	78
Tabela 31: Resultados das regressões com a variável Bloco 3 como dependente.....	79
Tabela 32: Resultados das regressões com a variável Bloco 4 como dependente.....	80

Tabela 33: Resultados das regressões dos cursos com PPP e/ou fichas até o ano de 2015.....81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMEC	Conceito de Qualidade do MEC
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CMEC	Conceito de Qualidade do MEC
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DPF	Demonstrações Financeiras Padronizadas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EUA	Estados Unidos da América
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IDHE	Índice de Desenvolvimento Humano da Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISAR	<i>International Standards of Accounting and Reporting</i>
KW	Kruskal-Wallis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCPC	Orientações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SFAS	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Contextualização, problema e objetivos.....	15
1.2 Relevância e justificativa da pesquisa .....	18
<b>2 BASE TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
2.1 Teoria Institucional.....	21
2.2 O ensino da Contabilidade e o conteúdo ofertado.....	25
2.3 Currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil.....	28
2.4 Instrumentos Financeiros Derivativos.....	34
2.4.1 Hedge .....	36
2.5 Quadro resumo dos estudos anteriores .....	39
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>41</b>
3.1 Classificação, métodos e técnicas de pesquisa.....	41
3.2 Seleção das IES e obtenção dos PPPs e fichas de disciplina .....	42
3.3 Índice da aderência dos conteúdos e agrupamento em blocos .....	43
3.4 Variáveis do estudo .....	45
3.5 Procedimentos adotados para identificação de possíveis determinantes do nível de aderência .....	46
3.6 Limites do estudo.....	50
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>52</b>
4.1 Análise descritiva dos cursos relativa ao ENADE e CMEC .....	52
4.2 Análise descritiva das disciplinas ofertadas.....	55
4.3 Análise dos índices de aderência .....	60
4.4 Teste do isomorfismo para o nível de aderência dos cursos .....	69
4.5 Análise de possíveis determinantes do nível de aderência .....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
Apêndice A: Instrumento de coleta de dados utilizado para a pesquisa.....	95

Apêndice B: Papel de trabalho utilizado paralelamente à aplicação do instrumento de coleta de dados .....	97
Anexo I: Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático .....	99

## 1 INTRODUÇÃO

Este tópico tem por objetivo apresentar a contextualização, a questão problema, os objetivos propostos a serem alcançados, bem como a relevância e justificativa para a realização deste trabalho.

### 1.1 Contextualização, problema e objetivos

A globalização é um fenômeno que influí nas relações empresariais, fazendo com que as transações sejam mais volumosas e complexas. Com isso, as organizações são expostas a diversos riscos em suas atividades, tais como: operacionais, financeiros, legais, comerciais, entre outros (GOLDEN; WANG; YANG, 2007; OLIVEIRA; PACHECO, 2010), que podem ser retratados ou previstos mediante informações produzidas pela Contabilidade.

A Contabilidade como disciplina relacionada à prática profissional atua na formação de contadores com as habilidades necessárias para a atuação profissional (FARIAS, 2012). Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES), por meio do ensino da Contabilidade, devem munir os futuros contadores de conhecimentos técnicos e científicos para a resolução de problemas ligados à prática empresarial, inclusive da gestão dos riscos com a utilização de instrumentos financeiros derivativos e sua evidenciação nas demonstrações contábeis.

Apesar de existir técnicas alternativas de gestão de riscos, o derivativo é cada vez mais comum (BARTRAM; BROWN; FEHLE, 2009). Beatty (1999) em seu estudo avalia o uso de derivativos como parte da estratégia de gerenciamento de riscos das organizações. Expõe que os derivativos são ferramentas disponíveis para a gestão de riscos financeiros que podem diminuir ou aumentar o risco, dependendo da forma que são aplicados. No Brasil, a empresa Sadia, por exemplo, pelo uso indevido de derivativos, incorreu em uma despesa financeira de R\$ 2,5 bilhões em 2008, resultando no maior prejuízo de sua história (MURCIA; SANTOS, 2009). Muitas empresas utilizam instrumentos derivativos para se protegerem de riscos financeiros que afetam receitas, custos e despesas (CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2015).

Depreende-se, pelo exposto, que os instrumentos financeiros derivativos são meios que as empresas podem utilizar para se protegerem dos riscos financeiros. Quando a empresa contrata um instrumento derivativo para se proteger de um risco e o designa, formalmente, para esta finalidade, está-se diante de uma operação de *hedge* (CPC, 2016). Assim, há uma relação entre instrumentos financeiros derivativos e gestão de riscos financeiros.

Como um dos tipos mais complexos de contratos financeiros, no sentido de serem geralmente estruturados sobre sofisticados sistemas de cálculos e de difícil compreensão (DARÓS; BORBA, 2005), os derivativos reclamam cuidados importantes na elaboração dos relatórios financeiros. Logo, os relatórios financeiros sobre derivativos também são complexos, o que dificulta a análise dos usuários (CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2015).

Por conseguinte, a informação passa a ser um elemento estratégico no processo de tomada de decisão no âmbito organizacional, implicando a geração de informações contábeis úteis, confiáveis e relevantes aos usuários sobre os eventos empresariais (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; RAUPP et al, 2009; MURCIA; SANTOS, 2009). Com a globalização do mercado de capitais, os usuários da informação contábil passaram a demandar informações mais “robustas” sobre os negócios (CAMPOS; LEMES, 2013).

Em decorrência, entende-se que o mercado empresarial demanda profissionais contábeis que compreendam as operações relativas a instrumentos financeiros derivativos, e que tenham conhecimento técnico para mensurar, reconhecer e reportar informações sobre esses instrumentos. Para tanto, faz-se necessário que o ensino de contabilidade nas IES esteja alinhado com essas demandas técnicas, bem como com as disposições presentes na regulação da prática contábil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Atualmente, são os Pronunciamentos Técnicos CPC 39 (Instrumentos Financeiros: apresentação), 40 (Instrumentos Financeiros: evidenciação) e 48 (Instrumentos Financeiros) que regem o tratamento contábil a ser dispensado aos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e operações de *hedge*. O CPC 38 e OCPG 03 foram revogados a partir de 01 de janeiro de 2018, sendo que relativo ao CPC 38 a revogação excetua as entidades que utilizam o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, entidades que optaram pelo *hedge accounting* e entidades seguradoras que optaram por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2021, salvo outra data ser requerida por órgão regulador.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Superior (CES), na instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Ciências Contábeis, definiu que os profissionais devem possuir conhecimentos que promovam a compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

Ainda, propõe que os cursos de Ciências Contábeis formem profissionais capazes de exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis, incluindo quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, no sentido de

viabilizar a prestação de contas da gestão dos agentes econômicos e administradores à sociedade, bem como gerar informações para a tomada de decisão (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

No sentido de proporcionar a formação profissional do contador as IES deverão estabelecer a organização curricular por meio de Projeto Político-Pedagógico (PPP), de forma que contemplem conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática, como campos interligados de formação. Dessa forma, o PPP apresenta-se como um guia que dá a direção política e pedagógica para o trabalho docente acadêmico (GUIMARÃES; SLOMSKI; GOMES, 2010), sendo que sua operacionalização ocorre por meio das disciplinas e demais atividades previstas (como atividades complementares e estágio curricular supervisionado).

Destarte, no PPP e nas fichas de disciplinas, mediante a descrição das ementas e conteúdos curriculares, pode ser visualizada a oferta do ensino a respeito de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*, caso tal conteúdo seja ofertado pela IES.

Assim, por todo o exposto, tem-se o seguinte problema: qual é o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis brasileiros aos pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*?

Para responder à questão de pesquisa, o objetivo geral do presente estudo é verificar o nível de aderência do conteúdo curricular de disciplinas constantes dos PPPs e/ou das fichas de disciplina dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES do Brasil, aos pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. Os objetivos específicos são:

- a) identificar nos PPPs e/ou fichas de disciplina o conteúdo ofertado pelas IES que dizem respeito a instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*;
- b) comparar a aderência entre as diferentes IES, classificando-as por categoria administrativa (pública - federal, estadual e municipal – e privada com e sem fins lucrativos), organização acadêmica e por região;
- c) identificar e categorizar as disciplinas por área (contabilidade e finanças ou afins) e por natureza (obrigatória e optativas) para comparação do nível de aderência;
- d) analisar o nível de aderência das IES, por meio de análise multivariada, com base na carga horária, idade do curso, nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Conceito Preliminar de Curso (CPC) – que neste trabalho será denominado “Conceito de Qualidade do MEC (CMEC)” -, área plantada de cultura temporária e permanente por estado e Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDHE).

Busca-se, desta forma, identificar em que nível de aderência o conteúdo ensinado pelas IES está, nessa área, em relação aos pronunciamentos sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

A teoria base utilizada para a análise e discussão dos resultados foi a teoria institucional, a qual procura explicar a evolução da sociedade ao longo do tempo pelo estudo das instituições e pela relação entre organizações e ambiente institucional para compreensão da realidade social. Entende-se por organizações as coletividades fomentadas para a satisfação das demandas sociais.

Segundo esta teoria, as organizações são influenciadas pelas instituições, isto é, regras que determinam o seu posicionamento estratégico, refletido pelas ações dos seus dirigentes diante dos fenômenos sociais (HODGSON, 2006). Enfim, busca-se verificar a aderência dos PPPs e/ou fichas de disciplina das IES aos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros à luz da teoria institucional, tendo em vista que os padrões contábeis são instituições emanadas de uma organização legitimada, qual seja o CPC.

## **1.2 Relevância e justificativa da pesquisa**

As IES são os elos entre o estudante que aspira exercer uma profissão e a sociedade (GUIMARÃES; SLOMSKI; GOMES, 2010), esta entendida como um ambiente de atuação profissional (mercado). Observando esta assertiva e considerando o curso de Graduação em Ciências Contábeis, é relevante investigar o nível de aderência do conteúdo ofertado por aquelas instituições aos pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* que, por sua vez, são originados das normas internacionais de contabilidade.

Em função da complexidade dos instrumentos financeiros derivativos e *hedge* e, por decorrência, da própria contabilidade de *hedge* (HOITASH; HOITASH; YEZESEL, 2017; HSIAO; TSAI, 2018), os profissionais da área devem possuir conhecimentos técnicos para que gerem informações consistentes com os padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores da profissão e, consequentemente, úteis e inteligíveis aos usuários da informação contábil.

No Brasil, pesquisas anteriores (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011; SILVA; RÊGO, 2014; OLIVEITA et al, 2015; PINHO; RODRIGUES, 2016) investigaram o nível de adequação do currículo dos cursos de Ciências Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo elaborada pelo CFC e com o currículo internacional proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ressalta-se que não há, até o momento (considerando as fontes consultadas), pesquisas nacionais que investigaram especificamente a aderência do conteúdo

de instrumentos financeiros aos pronunciamentos do CPC. Alves et al (2017) analisaram se o conteúdo de contabilidade dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis em IES no Brasil estão alinhados aos pronunciamentos técnicos do CPC, no entanto, verificaram a menção do pronunciamento nas ementas e/ou conteúdos programáticos dos cursos.

De forma correlata a esta pesquisa, Rodrigues (2015) investigou o ensino de finanças corporativas nos cursos de graduação em Administração do Brasil. Com o objetivo de propor o conteúdo programático para a área temática de Finanças, o autor analisou as matrizes curriculares e os planos de ensino das disciplinas de Finanças dos cursos com as melhores notas no ENADE.

Este estudo, portanto, traz contribuições para a academia no sentido de investigar o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciência Contábeis aos pronunciamentos técnicos que tratam de instrumentos financeiros. Apresenta-se como contribuição a frequência dos itens dos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros nos PPPs e/ou fichas de disciplina dos cursos, indicando quais os itens dos pronunciamentos não são contemplados no currículo dos cursos pesquisados e que poderiam ser adotados na elaboração ou revisão de seus projetos pedagógicos, conforme relacionado no Quadro 9.

Além disso, este trabalho contribui para a teoria, analisando o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos sob a égide do isomorfismo, mecanismo proposto e estudado pela Teoria Institucional, como fonte do entendimento do processo de homogeneização das formas e estruturas das organizações. Para tanto, são realizados testes estatísticos relativos à aderência obtida pelos cursos e as características das IES, e os resultados evidenciam que há isomorfismo entre os cursos pesquisados, ou seja, os seus níveis de aderência não apresentaram diferenças estatísticas entre si, sugerindo isomorfismo mimético entre os cursos.

A presente pesquisa, portanto, contribui no sentido de gerar conhecimento acerca da oferta do conteúdo sobre instrumentos financeiros pelas IES nos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, à medida em que é verificado o grau de aderência aos pronunciamentos técnicos do CPC e apresentada a frequência dos itens desses pronunciamentos nos PPPs e/ou fichas de disciplina dos cursos.

O conhecimento das normas internacionais de contabilidade faz com que os alunos entendam melhor as informações financeiras (HELEN; KH, 2013). As operações relacionadas a instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* são complexas (CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2015; HSIAO; TSAI, 2018) e o acesso ao seu conteúdo pelos alunos nos cursos de graduação de contabilidade reflete na atuação profissional do contador quanto à elaboração

das demonstrações contábeis. O alinhamento entre a educação contábil e os pronunciamentos pode resultar em graduados melhor preparados para atenderem as demandas dos empregadores e do mercado (JACKLING; LANGE, 2009). Desse modo, o presente trabalho traz contribuições para as empresas por mostrar o alinhamento entre o ensino de instrumentos financeiros e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

A educação universitária deve contribuir para o desenvolvimento do país, intensificando e diversificando seus programas para prepararem profissionais de alto nível no contexto das necessidades sociais (UKPONG; UDO, 2014). A função social da contabilidade pode ser vista sob a perspectiva da mediação de conflitos decorrentes da apropriação de bens e serviços na sociedade, por meio da divulgação da informação (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009). Neste ambiente, grupos sociais, tais como investidores, reguladores, gestores, auditores, entre outros, estão interessados na divulgação das demonstrações contábeis (BEAVER, 1998).

Entende-se que, com os resultados desta pesquisa, a comunidade acadêmica tenha disponível informações capazes de produzir uma reflexão acerca dos rumos do ensino de instrumentos financeiros no Brasil, visto que cada vez mais empresas utilizam essas ferramentas para a gestão de riscos, objetivando a continuidade de suas atividades.

Enfim, esta pesquisa serve de subsídios para compreender a oferta de conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* no Brasil, podendo colaborar no estabelecimento de diretrizes pedagógicas voltadas para a formação de profissionais contábeis alinhados com os ordenamentos legais contábeis e com a necessidade social, haja vista a importância do tema para o meio empresarial e acadêmico.

## 2 BASE TEÓRICA

Este capítulo está estruturado em quatro seções e busca apresentar as temáticas que serão desenvolvidas nessa pesquisa, abordando a teoria institucional, o ensino da contabilidade, o currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil e instrumentos financeiros, particularmente derivativos e *hedge*.

### 2.1 Teoria Institucional

A teoria institucional está entre as áreas das ciências sociais que mais crescem atualmente (SCOTT, 2013). Emergente no século XIX, esta teoria é uma abordagem promissora e produtiva para entender o funcionamento das organizações na sociedade moderna (SCOTT, 2013). Essa abordagem institucional tem sido explorada em três diferentes dimensões: política, econômica e sociológica (CARVALHO; GOULART; VIEIRA; 2005). Na dimensão sociológica, o início da interseção da teoria institucional com estudos do campo organizacional se deu na década de 70 (SCOTT, 2013), ficando conhecida como a nova teoria institucional (OLIVEIRA et al, 2012). Desde então, pesquisas em diversas áreas reacenderam a motivação pelo estudo das instituições para a compreensão da realidade social (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2005).

É o aspecto sociológico da teoria que enfoca o estudo das relações organização-ambiente. De acordo com Oliveira et al (2012, p. 4) “é da vertente sociológica que surge a principal diferença entre organização e instituição”. Entre as mais influentes e seminais versões da teoria institucional nas organizações, destaca-se um estudo de caso realizado em 1957 por Selznick e seus alunos, no qual analisou um número de organizações de serviços, educacionais e voluntárias, e apresentou a estrutura organizacional como um veículo adaptativo às características, influências e restrições do ambiente externo (SCOTT, 1987).

A organização é um instrumento técnico, resultado da mobilização de energias humanas, por meio do qual se satisfaz uma demanda social de forma direta ou indireta (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2005). Já instituições, sob o prisma sociológico, é um termo usado para exprimir regras, no sentido lato da palavra, que regem as interações sociais. Para Hodgson (2006, p. 2) “instituições são sistemas de relações sociais estabelecidas e regras que estruturam interações sociais”. A instituição é o produto das pressões e necessidades sociais, isto é, uma estrutura adaptável e receptiva (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2005).

North (2010) entende que as instituições são constrições engendradas pelo homem, as quais organizam a interação humana, feitas de restrições formais (constituições, regras, leis), informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta autoimpostos) e de suas respectivas características impositivas.

A teoria institucional doutrina que as instituições são limitações criadas pelo homem para organizar a interação humana, seja no campo social, político ou econômico, a qual serve de base para a explicação da relação entre indivíduos e organização da sociedade, por meio de regras, no processo de evolução da sociedade ao longo do tempo (ALVES et al, 2017). Assim, as organizações se amoldam às influências do ambiente e tenderão a refletir as regras que prevalecem neste ambiente. As regras compreendem normas de comportamento e convenções sociais, assim como mandamentos legais (HODGSON, 2006). Tais normas de comportamento e convenções, no âmbito desta pesquisa, referem-se a orientações e pronunciamentos do CPC.

Sob o ponto de vista institucional, o ambiente representa a origem e a destinação de recursos materiais (pessoas, finanças, tecnologia, matéria-prima) e recursos simbólicos (reconhecimento social e legitimação). A obtenção dos recursos simbólicos por uma organização são requisitos básicos à obtenção dos recursos materiais, configurando o ambiente institucional um âmbito preponderante para as organizações na busca de estabilidade e legitimação (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2005).

Nesse ponto de vista, ainda segundo Carvalho, Goulart e Vieira (2005), o ambiente, além dos requisitos técnicos que levam as organizações à eficiência e eficácia, é formado por elementos simbólicos e normativos, validadores de estruturas e práticas organizacionais, não excludentes, indicando as variações quanto à suscetibilidade organizacional a essas dimensões, quais sejam, técnica ou simbólico-normativos.

Nessa perspectiva, a nova teoria institucional preconiza a adequação das organizações às condições sociais, ajustando-se ao que está posto pelas forças que determinam o ambiente, possibilitando a sua sobrevivência e ampliação de suas relações sociais. Em adição, a teoria institucional remete a um relativo determinismo ambiental, precipuamente quando enfocados os elementos normativos e reguladores das instituições (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2005).

Na ótica da sociologia institucional, a teoria institucional propõe o estudo não apenas das diferenças, mas também da homogeneidade de formas e práticas observadas nas diferentes organizações (ALMEIDA; CALLADO, 2017). A esse processo de homogeneização das organizações dá-se o nome de isomorfismo, conceito que melhor captura o processo de restrição

que obriga uma população a se parecer a outras unidades que enfrentam as mesmas condições ambientais (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Dimaggio e Powell (1983) explicam que o conceito de isomorfismo institucional é uma ferramenta útil para o entendimento das formas das estruturas e práticas que permeiam as organizações. Nesse sentido, os autores citam três mecanismos através dos quais se dão as mudanças isomórficas institucionais: isomorfismo coercitivo que decorre da influência política e do problema de legitimidade, isomorfismo mimético resultante de respostas ao padrão de incerteza e o isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

Na presente pesquisa a abordagem isomórfica das organizações se concentra no isomorfismo coercitivo e mimético. O isomorfismo coercitivo, segundo Dimaggio e Powell (1983), resulta de pressões sobre as organizações por outras organizações, podendo ser sentidas como força, persuasão ou convites para se agregarem. A título de ilustração, os citados autores exemplificam que fabricantes adotam uma nova tecnologia para atender as leis ambientais; as entidades sem fins lucrativos contratam contadores para atendimento da lei tributária e as organizações empregam agentes de ações afirmativas para elidirem alegações de discriminação.

No processo mimético, ainda consoante Dimaggio e Powell (1983), o isomorfismo não decorre de atitude coercitiva, ensinam que a incerteza é uma força poderosa que motiva a imitação. Afirmando que quando tecnologias organizacionais são compreendidas, objetivos são ambíguos ou quando o próprio ambiente gera incertezas, as organizações podem se modelar em padrões e processos utilizados em outras organizações. O termo modelagem, segundo os autores, é uma resposta à incerteza.

Portanto, as organizações de um mesmo campo social, no desenvolvimento de suas atividades, tendem a se estruturarem com características isomórficas, como resultado de forças institucionais existentes no ambiente em que atuam. O quadro 1 apresenta os preditores para cada mecanismo de isomorfismo tanto no nível organizacional, quanto no de campo.

Quadro 1: Preditores de mudança isomórfica idealizados por Dimaggio e Powell (1983)

Mecanismo	Organizacional	Campo
Coercitivo	Hipótese A-1: quanto maior o grau de dependência de uma organização em relação à outra, mais semelhante ela se tornará a essa organização em estrutura, clima e foco comportamental.	Hipótese B-1: quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou várias fontes similares) de fornecimento de recursos vitais, maior isomorfismo.
	Hipótese A-2: quanto maior a centralização do suprimento de recursos para a organização A, maior será a medida em que a organização A se alterará isomórficamente para se assemelhar às	Hipótese B-2: quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências do Estado, maior a extensão do isomorfismo no campo como um todo.

	organizações das quais dependem de recursos.	
Mimético	Hipótese A-3: quanto mais incerta a relação entre os meios e fins, maior a probabilidade de a organização moldar-se em outras organizações que se percebam bem sucedidas.	Hipótese B-3: quanto menor o número de modelos organizacionais alternativos visíveis em um campo, maior a taxa de isomorfismo nesse campo.
	Hipótese A-4: quanto mais ambíguos os objetivos de uma organização, maior será a medida em que a organização se modelará a outras organizações que consideram bem sucedidas.	Hipótese B-4: quanto mais incertas são as tecnologias ou ambíguos os objetivos de um campo, maior a taxa de mudança isomórfica.

Fonte: Adaptado de Dimaggio e Powell (1983).

Por conseguinte, as IES que são organizações constituídas para a satisfação de demandas sociais, dentre elas, a formação de profissionais contábeis com conhecimento técnico para a solução de problemas relacionados à prática empresarial, sofrem influências do ambiente institucional em que estão inseridas. Assim, as regras ou padrões contábeis instituídos pelos órgãos reguladores da profissão contábil no país, bem como as próprias IES pertencentes ao campo social, podem influir na elaboração do currículo e escolha da disciplina e do conteúdo a ser ofertado ao aluno.

Em pesquisa recente, Alves et al (2017) realizaram um estudo sobre o ensino dos CPCs nos cursos de Ciências Contábeis em IES do Brasil e alicerçaram a discussão atinente às adequações das IES ao novo ambiente contábil desenhado pelas normas internacionais de contabilidade, com proposições da teoria institucional. Almeida e Callado (2017) procuraram identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais de 21 empresas do setor de energia elétrica que publicaram seus relatórios de sustentabilidade no *Global Reporting Initiative*. Além disso, Oliveira et al (2012) investigaram o *disclosure* social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional.

No contexto internacional, Brandau et al (2013), com base na teoria institucional, analisaram o processo de convergência aos padrões internacionais em contabilidade gerencial de empresas brasileiras e alemãs. Os resultados sugerem que as estruturas e práticas contábeis de gestão em ambos os países estão convergindo para os padrões internacionais sob pressão do isomorfismo coercitivo, mimético e normativo.

Diante do exposto, as organizações que atuam em um mesmo campo social sofrem influência do ambiente a que estão inseridas e desempenham as suas atividades, de modo que são levantadas as seguintes hipóteses do estudo:

Hipótese 1: os cursos de ciências contábeis apresentam um isomorfismo coercitivo quanto às disciplinas que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* como resposta à proposta curricular do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Hipótese 2: os cursos de ciências contábeis apresentam um isomorfismo mimético quanto ao nível de aderência dos conteúdos, uma vez que podem modelar os seus PPPs por fazerem parte do mesmo campo.

Por fim, o ensino da Contabilidade sob o aspecto da oferta de conteúdo é apresentado no próximo tópico, no qual o ensino é tratado no sentido do que é ofertado aos discentes e não de como se dá o ensino do conteúdo.

## **2.2 O ensino da Contabilidade e o conteúdo ofertado**

As diretrizes e bases da educação nacional, inclusive para o Ensino Superior, são estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O capítulo IV, do título V (dos níveis e das modalidades de educação e ensino), dispõe que um dos fins da educação superior é formar profissionais para inserção no setor profissional para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

O curso de Ciências Contábeis deve, para tanto, empenhar-se em preparar profissionais contábeis para identificar e solucionar problemas experimentados nos diversos ambientes organizacionais. As competências e habilidades dos contadores estão associadas, também, à aptidão das IES em atender, por meio do ensino, às exigências do mercado de trabalho e dos órgãos reguladores (CAMPOS; LEMES, 2013). A educação contábil deve acompanhar as mudanças do mercado e ofertar currículo que preparem os profissionais o suficiente para responderem às necessidades modernas (ATHANASIOS; DIMITRIOS; YIANNIS, 2014).

Um contador, no exercício de suas funções profissionais, deve ter uma base teórico-prática consistente direcionada para atender as novas exigências tecnológicas, humanas e gerenciais das atividades produtivas (SILVA; MENDONÇA, 2005).

Nesta perspectiva, as IES devem pautar-se na construção dos conceitos, técnicas e práticas contábeis que abarquem as transformações que ocorrem na história dos negócios, das organizações, da economia e sociedade (SILVA; MENDONÇA, 2005). Inclusive, que sejam norteadas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, que são originados das normas internacionais de contabilidade, os quais regulam a prática contábil no país. Nesse sentido, o artigo 53, da LDBEN, assegura às universidades a autonomia em fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Pesquisas em âmbitos internacional e nacional abordaram o ensino da contabilidade tanto sob à perspectiva da prática contábil e necessidades do mercado quanto ao ensino das normas internacionais de contabilidade. No cenário internacional, Vysotskaya e Prokifieva (2013) analisaram o ensino de contabilidade na Rússia. Com o estudo, forneceram uma visão geral das dificuldades do ensino das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) naquele país. As autoras verificaram que tais dificuldades residem no fato de os professores não terem experiência prática de mercado e no enfoque do ensino de contabilidade fiscal, em função do sistema tributário do país.

Helen e Kh (2013) realizaram um estudo para verificar a percepção entre alunos de escolas de negócios de Hong Kong sobre o conhecimento das IFRS, com a aplicação de 300 questionários dos quais retornaram 114 válidos. Dentre os resultados encontrados, observou-se que os alunos entendem que o conhecimento das IFRS poderia auxiliá-los com transações comerciais, reportando o desempenho financeiro e analisando as demonstrações financeiras, sendo que, para isso, os provedores da área de educação promovam a adequação do currículo.

Na Nigéria, Ukpong e Udo (2014) promoveram um estudo para determinar a suficiência do currículo das universidades nigerianas em preparar os alunos no desenvolvimento de competência acerca das normas internacionais de contabilidade. Foram coletadas respostas de um total de 43 professores e os resultados mostraram que os currículos das universidades eram insuficientes para formarem profissionais de alto nível com conhecimento de IFRS.

Athanasiou, Dimitrios e Yiannis (2014), na Grécia, examinaram se o currículo de contabilidade do Departamento de Contabilidade e Finanças, Instituto de Tecnologia Educacional de Kavala se adequava às necessidades do mundo dos negócios. O currículo inclui cursos de contabilidade básica, cursos financeiros e cursos avançados de contabilidade. Concluíram que o currículo deve ser readequado no sentido de promover a conexão entre teoria e mercado, aproximando o aluno da realidade mercadológica.

Bierstaker, Kopp e Lombardi (2016) investigaram a habilidade de gestores norte-americanos em registrar adequadamente as transações de acordo com as IFRS. Os autores verificaram a aplicação do padrão de reconhecimento da receita (IAS 18) por parte de 176 gestores dos Estados Unidos da América (EUA). Observaram que cerca de 40% identificaram a resposta correta conforme as IFRS. Sugerem que seja necessário mais treinamento em IFRS nos EUA antes da adoção dessas normas.

Al-Mutairi, Naser e Al-Duwaila (2017) avaliaram a percepção de alunos da escola de negócios do Kuwait sobre os seus conhecimentos e necessidade de aprendizado das IFRS. Distribuíram 350 questionários e obtiveram o retorno de 228 completos. Os resultados da

pesquisa mostraram que os alunos interessam em aprender mais a respeito das normas internacionais nos cursos de contabilidade, que os alunos adquirem informações sobre as normas internacionais em palestras acadêmicas formais e internet. Evidenciaram também que os alunos acreditam que estudar as normas internacionais auxiliam no domínio da mensuração e evidenciação contábil, o que os apoiam no desenvolvimento de suas carreiras futuras.

No Brasil, Campos e Lemes (2013) investigaram o ensino de notas explicativas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis nas universidades federais brasileiras. Por meio da aplicação de um questionário eletrônico, verificaram que a maioria das IES pesquisadas contempla conteúdos sobre notas explicativas, no entanto, constatou-se que os professores encontram dificuldades ao ensinar a respeito de notas explicativas em razão, dentre outras, da quantidade de evidenciações exigidas conforme o CPC e a complexidade das normas contábeis.

Ost e Vendruscolo (2014) analisaram as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis de IES do Rio Grande do Sul sobre a oferta do conteúdo relativo ao mercado de opções, que é uma espécie de instrumento financeiro derivativo. Das dez universidades pesquisadas, duas ofereciam disciplinas ligadas ao mercado de opções.

Niyama et al (2008) pesquisaram a aderência das IES das capitais brasileiras ao conhecimento da contabilidade internacional. Os autores concluíram que não eram todas as instituições que ministriavam a disciplina de contabilidade internacional, não capacitando os futuros profissionais com relação à contabilidade internacional. O caminho para a educação e formação de futuros contadores conscientes dos desafios da aplicação e interpretação das IFRS passa pelo envolvimento dos acadêmicos na revisão do currículo (JACKLING; HOWIESON; NATOLI, 2012).

Alves et al (2017) analisaram se os conteúdos de contabilidade constantes do currículo dos cursos de ciências contábeis em IES do Brasil, na modalidade presencial, estão alinhados com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC que têm origem nas normas internacionais de contabilidade. Com base no exame das ementas e/ou conteúdo programático de 105 instituições de ensino, públicas e privadas, concluíram que há baixa aderência (média de 37,3%) em relação aos 45 pronunciamentos analisados. Observaram, ainda, que os CPCs 39 e 40, que tratam de instrumentos financeiros, respectivamente, foram mencionados em 8,6% e 10,5% das IES pesquisadas. Neste estudo, os autores testaram a menção do nome do pronunciamento na ementa e/ou conteúdo programático ou a existência de palavra que se relacione com o pronunciamento, isto é, não se atendo aos seus itens (conteúdos) propriamente ditos.

Os aspectos legais do currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil, a proposta de currículo nacional idealizada e elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem

como estudos realizados que investigaram a aderência dos currículos de IES brasileiras que ofertam cursos de graduação em Ciências Contábeis à proposta do CFC e ao Currículo Mundial proposto pela ONU - ONU/UNCTAD/ISAR, são discutidos na sequência.

### **2.3 Currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil**

O curso superior de Ciências Contábeis foi instituído em 1945 por meio do Decreto-Lei nº 7.988. Atualmente, o ensino de contabilidade em nível superior, relativo às diretrizes da base curricular nacional, é regido pela Resolução CNE/CES nº 10/2004.

A palavra *curriculum*, cuja origem é latina, significa o curso, a rota, o caminho das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. No âmbito educacional expressa o percurso a ser seguido na apresentação do conteúdo, representando a síntese dos conhecimentos e valores desenvolvidos pelo trabalho pedagógico nas escolas (CARVALHO; FERREIRA, 2002). Neste trabalho são abordados os currículos oculto, escrito e real.

De acordo com Silva (2000), o currículo oculto é o conjunto de valores, atitudes e comportamentos que não estão explícitos no currículo escrito, porém são transmitidos implicitamente por meio das relações sociais, dos rituais, das práticas e composição espacial e temporal da escola. Há a ocorrência dos efeitos do currículo para além do ensino do conhecimento formal, podendo ser transmitidas ideologias e concepções de grupos hegemônicos na sociedade (CARVALHO; FERREIRA, 2002).

Segundo Pinho e Rodrigues (2016), o currículo escrito é um testemunho manifesto, público e sujeito a mudanças, como uma lógica que se escolhe para legitimar uma formação escolar ou acadêmica. O currículo escrito materializa as intenções básicas de formação. Na presente pesquisa é observada a organização curricular escrita das IES. O currículo real, designado como currículo em ação por Sacristán (2000), por sua vez, é o que acontece efetivamente na sala de aula, compreendendo o que o professor executa embasado no que consta do projeto pedagógico da instituição. O professor é o mediador entre a proposta curricular e o aluno, sendo que por meio de suas ações acadêmicas, pode-se perceber o significado real do que são as propostas curriculares (SACRISTÁN, 2000).

As DCNs do curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, determinam que as IES deverão contemplar no PPP e organização curricular conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e que atendam aos seguintes campos interligados de formação: formação básica, profissional e teórico-prática. A formação

profissional deve incluir estudos específicos concernentes às teorias da Contabilidade, considerando noções de quantificações de informações financeiras e patrimoniais (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004)

As diretrizes curriculares são os eixos estruturais pelos quais os conteúdos devem ser ministrados (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011), embora estas diretrizes sejam direcionadoras da estrutura curricular, a organização das disciplinas é estipulada, observada a legislação, de acordo com os critérios definidos em cada IES, contemplando a sua realidade local ou regional. Para isso, as IES devem estar integradas à sociedade. Preocupações de que o currículo reflete a prática contábil, nos Estados Unidos, por exemplo, remontam à década de 1980, em que revisões mostraram que o currículo contábil e os aspectos pedagógicos criaram uma percepção da contabilidade como uma atividade processual apenas (WELLS, 2018).

Nesse aspecto, deve existir uma preocupação dos educadores e profissionais da área contábil pela adequação curricular dos cursos às necessidades mercadológicas e legais, as quais experimentam transformações em função do desenvolvimento social e econômico. A educação contábil deve acompanhar as mudanças na área dos negócios e ofertar um currículo que prepare os profissionais para responderem satisfatoriamente às necessidades modernas (MANDILAS; KOURTIDIS; PETASAKIS 2014). O currículo deve desenvolver potencialidades e promover o aprimoramento contínuo do conhecimento (PINHO; RODRIGUES, 2016).

As DCNs do curso de graduação em Ciências Contábeis preconizam a necessidade de atualização e adequação dos currículos quando exigem que o profissional contábil tenha acesso ao conhecimento do cenário econômico e financeiro, bem como das normas e padrões internacionais de contabilidade. O conhecimento de normas, padrões e do cenário econômico-financeiro pressupõe uma constante adequação curricular, pois são aspectos de uma sociedade dinâmica. Pesquisas (MARRIOTT; MARRIOTT, 2003; DANZIGER; EDEN, 2006) já mostraram que a demanda por cursos de Ciências Contábeis reduziu em alguns países em decorrência de vários fatores, incluindo o currículo desatualizado, deficiente na preparação dos estudantes para o mercado (JACKLING; LANGE, 2009).

Nota-se que o CNE, com as suas diretrizes, expressa os alicerces para a construção de um projeto pedagógico, sob a égide de um currículo integrado, que visa permitir uma educação sistêmica e adequada às novas conjunturas econômico-sociais atuais. Impõe-se uma necessidade de contínuas revisões do projeto pedagógico para que se reflita essas demandas, por meio de um profissional que se ajuste às exigências emergentes (PINHO; RODRIGUES, 2016). Ademais, a Resolução CNE/CES nº 10/2004, em seu artigo 5º, dispõe que os cursos de

graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular os conteúdos elencados no Quadro 2.

Quadro 2 - Conteúdos Curriculares Segundo a Resolução CNE/CES n. 10/2004

Formação Básica	Administração; Economia; Direito; Métodos quantitativos; Matemática; Estatística.
Formação Profissional	Teorias da Contabilidade; Noções de atividades atuariais; Noções de quantificações; financeiras e patrimoniais, governamentais e não-governamentais; Auditoria; Perícia e arbitragem; Controladoria
Formação Teórico-Prática	Estágio curricular supervisionado; Atividades Complementares; Estudos independentes; Conteúdos optativos; Prática em laboratório de informática.

Fonte: Adaptado de Brasil (2004).

Nota-se que os conteúdos determinados pelo CNE são de natureza geral por se tratarem de diretrizes para as IES elaborarem os seus respectivos PPPs. Diferentemente da matriz curricular proposta pelo CFC, órgão regulador da profissão contábil, formulada de forma mais detalhada. A proposta do CFC do ano de 2009, segunda versão, revisada e atualizada, foi elaborada em função das mudanças trazidas pela lei 11.638/2007, estando alinhada com os CPCs (ALVES et al, 2017).

Assim, o CFC com o objetivo de harmonizar, em termos de conteúdo, ementário e bibliográfico, a oferta do ensino de contabilidade pelas IES, editou uma matriz curricular com a formulação da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de graduação em Ciências Contábeis, na qual sugere as disciplinas que devem compor a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. A matriz curricular proposta pelo CFC no documento mencionado acima, foi elaborada com base na Resolução MEC/CNE nº 10/2004. No anexo I são apresentados os conteúdos de formação básica, profissional, teórico-prática e de disciplinas optativas estabelecidos com os seus respectivos códigos e carga horária.

De acordo com a proposta do CFC, os instrumentos financeiros são estudados nas disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras e Mercados de Capitais, cujas ementas e conteúdos programáticos dessas disciplinas constam do Quadro 3.

Quadro 3 - Ementas e conteúdos programáticos propostos pelo CFC

Ementas		
Contabilidade Avançada	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	Mercado de Capitais
Consolidação das Demonstrações Contábeis; Conversão em Moedas Estrangeiras; Métodos de Avaliação de Investimento; Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros.	Sistema Financeiro Nacional; Estrutura e Funcionamento do Cosif; Operações de Crédito; Operações com Arrendamento Mercantil na Visão do Arrendador; Operações com Títulos e Valores Mobiliários; Operações com Derivativos; Operações Passivas; Demonstrações Contábeis Obrigatórias.	Mercado de Capitais, de Finanças e de Crédito; Fatos Econômicos com Vistas a sua Contabilização; Tomada de Decisão sobre Investimentos; Fontes de Financiamento; Principais Operações e Indicadores de Mercado; Governança corporativa.

Conteúdo Programático		
Contabilidade Avançada	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	Mercado de Capitais
<p><b>Consolidação das Demonstrações Contábeis</b>            Noções preliminares            Fundamentos            Ajustes contábeis            Participação minoritária            Lucros não realizados            Método proporcional            Método integral</p> <p><b>Conversão em Moedas Estrangeiras</b>            Técnicas e taxas de conversão            Itens monetários e não monetários            Ganhos e perdas</p> <p><b>Métodos de Avaliação de Investimento</b>            Método de custo            Método de equivalência patrimonial e valor de mercado            Participações societárias (controladas e coligadas)            Relevância dos investimentos            Provisão para perdas            Aquisição com ágio e deságio            Critérios de forma de contabilização</p> <p><b>Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros</b>            Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros            Ganhos e perdas em operações com instrumentos financeiros</p>	<p><b>Sistema Financeiro Nacional</b>            Conselho Monetário Nacional (CMN)            Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)            Banco Central do Brasil (Bacen)            Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</p> <p><b>Estrutura e Funcionamento do Cosif</b>            Estrutura            Características básicas            Critérios de avaliação e apropriação contábil</p> <p><b>Operações de Crédito</b>            Histórico e evolução            Classificação            Vedações para concessão de crédito            Operações prefixadas            Operações pós-fixadas            Títulos descontados</p> <p><b>Operações com Arrendamento Mercantil na Visão do Arrendador</b>            Características operacionais do <i>leasing</i>            Regulamentação do <i>leasing</i> no Brasil            Tratamento contábil            Valor residual</p> <p><b>Operações com Títulos e Valores Mobiliários</b>            Características            Mercado aberto            Títulos de renda fixa e variável</p> <p><b>Operações com Derivativos</b>            Tratamento contábil            Margem de garantia            Mercado a termo (tradicional)            Mercado futuro            Mercado de opções            Operações <i>hedge</i> e <i>swap</i></p> <p><b>Operações Passivas</b>            Formas de captações            Tipos de depósitos            Cobrança de terceiros em trânsito            Recebimentos em trânsito            Obrigações da própria instituição</p>	<p><b>Mercado de Capitais, Financeiro e de Créditos</b>            Economia e mercado            Moeda e política monetária            Instrumentos de política monetária            Formação da taxa de juros            Os mercados do dinheiro            Sistema financeiro nacional</p> <p><b>Fatos Econômicos com Vistas a sua Contabilização</b>            Principais títulos do mercado de capitais</p> <p><b>Tomada de Decisão sobre Investimentos</b>            Análise fundamentalista            Análise gráfica ou técnica            Investimentos de curto e longo prazo</p> <p><b>Fontes de Financiamento</b>            Decisões de financiamento de capital de giro            Decisões de financiamento de longo prazo            Custo médio ponderado de capital (WACC)            Fundos Adicionais Necessários (FAN)</p> <p><b>Principais Operações e Indicadores de Mercado</b>            Principais indicadores de decisão            Margem de garantia            Registro contábil de derivativos            Corretoras e financiadoras</p> <p><b>Governança Corporativa</b>            Órgãos normativos e regulatórios            Novo mercado da Bovespa            Código brasileiro das melhores práticas</p>

Fonte: Adaptado de CFC (2009)

Pela proposta do CFC, dentre as três disciplinas sugeridas para apresentação do conteúdo relacionado ao ensino de instrumentos financeiros, apenas a Contabilidade Avançada e Mercado de Capitais seriam de natureza obrigatória. No entanto, a IES, no uso de sua autonomia, pode considerar as disciplinas optativas também obrigatórias pelo fato de o documento do CFC ser apenas uma proposta de aplicação não obrigatória.

Estudos (FROSI; OTT; GRANDO, 2013; CRUZ et al, 2013; SILVA; RÉGO, 2014; OLIVEITA et al, 2015) verificaram o nível de adequação do currículo do curso de Ciências

Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo construída pelo CFC. Frosi, Ott e Grando (2013) analisaram o alinhamento dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis em uma amostra de 165 IES da região do sul do Brasil. Identificaram que, em média, as IES pesquisadas apesentaram um alinhamento próximo a 80% ao currículo proposto do CFC.

Cruz et al (2013) analisaram se o currículo da área de Custos e Gestão ofertados por IES da região nordeste do Brasil, estavam adequados à proposta nacional de conteúdo do CFC. Observaram 226 dos 315 cursos cadastrados no MEC em 2013 e demonstraram que 89,4% possuíam em sua proposta curricular a disciplina de Controladoria, 88,8% a de Planejamento e Contabilidade Tributária, 83,5% a de Contabilidade de Custos, 53,5% a de Apuração e Análise de Custos e 34,1% Finanças Empresariais.

Silva e Rêgo (2014) analisaram o nível de aderência das propostas formativas dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis às propostas formativas do MEC, CFC e ONU. Considerando o conteúdo dos projetos pedagógicos e dos documentos que tratam da estrutura curricular dos cursos, constataram que os projetos pedagógicos, em média, atendem ao que determina o MEC (83%), CFC (73%) e ONU (48%).

Oliveira et al (2015) realizaram um estudo comparativo do nível de aderência dos currículos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras à proposta curricular do CFC. Foram examinadas 31 grades curriculares e concluíram que o nível de aderência foi de 55%, classificado como “moderado”.

Ainda dentro desse quadro de estudos de aderência, tem sido objeto de pesquisas a adequação dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis ao currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, destacando-se as pesquisas de Riccio e Sakata (2004), Czenat, Cunha e Domingues (2009), Cavalcante et al (2011) e Kouloukoui et al (2017).

Riccio e Sakata (2004) compararam o resultado da análise de 25 universidades brasileiras e 25 portuguesas relativo ao currículo mundial, dividindo o currículo em blocos de conhecimento. Perceberam que o bloco de conhecimentos administrativos e organizacionais, tanto no Brasil quanto em Portugal, foi o que mais se aproximou do currículo mundial. Por outro lado, o que mais se distanciou foi o bloco de conhecimentos gerais.

Czenat e Cunha (2008) investigaram a adaptação dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades de Santa Catarina ao currículo mundial. Concluíram que as matérias ofertadas apresentaram similaridade com os blocos de conhecimento sugeridos no currículo mundial, com ressalva ao bloco de tecnologia da informação.

Cavalcante et al (2011), por sua vez, investigaram a adequação dos currículos de IES federais brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade proposto pela

ONU/UNCTAD/ISAR. Foram estudadas 27 universidades que ofertam cursos de graduação em Ciências Contábeis, as quais apresentaram menos de 50% de adequação às disciplinas previstas no Currículo Mundial.

Kouloukoui et al (2017) analisaram e compararam as matrizes curriculares de cursos de Ciências Contábeis de IES da França e do Brasil com o Currículo Mundial. Basearam a análise em 10 instituições francesas e 10 brasileiras e verificaram que 61% das instituições brasileiras e 72% das francesas possuem matrizes correlatas ao Currículo Mundial.

Por fim, de forma correlata a esta pesquisa, Rodrigues (2015) investigou o ensino de finanças corporativas nos cursos de graduação em Administração do Brasil. Com o objetivo de propor o conteúdo programático para a área temática de Finanças, o autor analisou as matrizes curriculares e os planos de ensino das disciplinas de Finanças dos cursos com as melhores notas no ENADE. Além disso, buscou a opinião de profissionais de mercado a respeito do ensino e da importância do conhecimento de Finanças na sua atividade profissional. Foram entrevistados 453 profissionais, sendo 219 da área de Finanças e 234 de outras áreas de gestão. Para 60% dos entrevistados da área financeira e 51% das outras áreas, os conteúdos de Finanças contribuíram muito na sua atividade. Baseado nos levantamentos, o autor propôs sete disciplinas com os conteúdos de formação profissional, totalizando 420 horas/aula, distribuídas na matriz curricular.

Ainda segundo Rodrigues (2015), a formação técnica precisa ser impecável e o profissional que quer se desenvolver precisa conhecer os pontos fortes e fracos de sua graduação para programar seus próximos passos. Um conteúdo curricular bem estruturado pode contribuir para a formação técnica profissional que acompanhe as transformações no mundo dos negócios que vêm acontecendo nos últimos anos (RODRIGUES, 2015).

Em matéria de aderência, portanto, é possível inferir que as IES, quanto à oferta de cursos em graduação de Ciências Contábeis, não estão completamente aderidas aos currículos propostos, o que culmina na existência de currículos de diferentes estruturas elaborados pelas IES brasileiras.

Por fim, quanto à abordagem do conteúdo de instrumentos financeiros, a Resolução CNE/CES nº 10/2004 não apresenta tópicos específicos sobre instrumentos financeiros. No entanto, o CFC indica tópicos relativos aos instrumentos financeiros derivativos e *hedge* no conteúdo programático proposto. No tópico seguinte discorre-se sobre instrumentos financeiros derivativos e *hedge*.

## 2.4 Instrumentos Financeiros Derivativos

Instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro em uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra (CPC, 2009). O uso de instrumentos financeiros derivativos pelas empresas cresceu consideravelmente nas últimas décadas (PANARETOU; SHACKLETON; TAYLOR, 2013), pois a negociação dos derivativos é mais barata e alavancada do que a negociação do próprio ativo subjacente (MASHEANE, 1998).

Os derivativos são amplamente negociados no mercado financeiro internacional (DARÓS; BORBA, 2005) e têm sido usados por empresas em geral como opção de investimento ou para se protegerem de futuras variações no preço das mercadorias, moeda, juros, entre outros (KLANN; CUNHA; FILHO, 2010). Os derivativos são utilizados também no agronegócio para reduzir os riscos provenientes de alterações climáticas, denominados derivativos climáticos (HONG; SOHN, 2013). De acordo com Matos et al (2013, p. 78), “os principais derivativos são: termo, futuro, opções, *swap*, derivativos exóticos e embutidos”.

Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor deriva de um ativo subjacente que frequentemente é um outro instrumento financeiro ou um bem econômico (CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2015). A existência de um contrato derivativo está adstrita a um contrato ou ativo, originando-se do mercado à vista. É a possível oscilação do valor do ativo objeto que viabiliza a operacionalização do derivativo (MOREIRA; LIMA, 2003).

A definição de instrumento derivativo dada pelo pronunciamento técnico CPC nº 48, segundo o próprio pronunciamento, corresponde ao IFRS nº 9, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tratando-se de uma tradução literal do texto citado neste pronunciamento. De acordo com o *Statement of Financial Accounting Standards nº. 133<sup>1</sup>* (SFAS) emitido pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o derivativo é um instrumento financeiro que contém as seguintes características: um ou mais ativos subjacentes e um ou mais valor nocial ou provisão de pagamento ou ambos, investimento inicial nulo ou menor do que outros tipos de contratos que produzem efeito similar e o contrato permite ou exige a liquidação financeira (FASB, 1998).

Desta forma, os derivativos são caracterizados por serem títulos negociáveis no mercado de capitais, os quais não exigem um investimento inicial e, caso exija, o valor é menor do que o ativo objeto referência para o contrato de derivativo, bem como a sua liquidação se dá de forma financeira em data futura, permitindo às empresas utilizá-los para proteção contra seus

---

<sup>1</sup> *Accounting for Derivative Instrument and Hedging Activities*

riscos de negócio ou especulem sobre as mudanças nos valores de mercado, sendo, nesse caso, os riscos criados pelos próprios derivativos (EBRAHIM; SCHULTZ; HOLLISTER, 2010).

A Teoria de Finanças sustenta que os derivativos podem ser eficazes no gerenciamento do risco (GIMENES, 2008). As empresas utilizam derivativos, basicamente, para a gestão de riscos, visto que a utilização adequada de instrumentos derivativos pode reduzir a exposição da empresa ao risco (MASHEANE, 1998; CHEN; TAN; WANG, 2012). Bartram, Brown e Fehle (2009), em estudo realizado com 7.292 empresas financeiras e não financeiras de 48 países, encontraram fortes evidências de que os derivativos são utilizados para gerenciamento dos riscos ao invés de simples especulações. O termo especulação é atribuído para as tomadas de decisões que aumentam o risco da volatilidade dos retornos (CHIQUETO, 2014).

Os derivativos são mecanismos de alta alavancagem, permitem aumentar tanto os ganhos quanto as perdas possíveis em relação ao investimento inicial. Pequenas margens ou garantias iniciais propiciam a movimentação de consideráveis quantias (MATOS et al, 2013). Com isso, os derivativos podem representar riscos à empresa quando não utilizados adequadamente, como, por exemplo, para fins de especulação. O uso inadequado de derivativos já gerou eminentes prejuízos no cenário internacional e local. Prejuízos experimentados pela Sadia e Aracruz no Brasil tiveram magnitude similar aos maiores já registrados no mundo. Na Sadia, por exemplo, as operações com derivativos geraram despesas financeiras de R\$ 2,5 bilhões em 2008 (MURCIA; SANTOS, 2009).

O tratamento contábil dos instrumentos financeiros derivativos têm sido um dos grandes desafios da contabilidade nos últimos tempos (KLANN; CUNHA; FLHO, 2010). As operações que envolvem o uso desses instrumentos têm se tornado cada vez mais complexas em função, principalmente, das características desses instrumentos e da volatilidade do mercado financeiro (AMBROZINI, 2014; HSIAO; TSAI, 2018). No âmbito internacional, o FASB e IASB, assim como no nacional, o CPC, criaram regras para o reconhecimento, mensuração e evidenciação desses instrumentos. Segundo os padrões do FASB, previstos no SFAS nº 133 e 138, os derivativos devem ser reportados no balanço patrimonial como ativo ou passivo pelo valor justo (ZHANG, 2008).

O pronunciamento técnico CPC nº 46, item 9, define valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. A mensuração do valor justo presume uma transação não forçada entre os participantes nas condições atuais de mercado (CPC, 2012). A entidade deve utilizar técnicas adequadas de avaliação para

mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis.

Conforme dito anteriormente, os pronunciamentos contábeis que tratam do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos são originados das normas internacionais de contabilidade, cuja observância necessita de adequação por parte das IES (oferta de conteúdo) e também das empresas (elaboração das demonstrações contábeis). A adoção das normas internacionais pelas empresas, segundo estudo de Powsey (2017) realizado na Austrália, é dispendiosa tanto na condução da mudança quanto depois, pois as empresas devem adequar os sistemas de informação, capacitar funcionários e educar os usuários das demonstrações contábeis, não somente da transição, mas de forma contínua.

Com isso, os profissionais de contabilidade necessitam possuir conhecimentos técnicos sobre o adequado tratamento contábil dos instrumentos financeiros derivativos, inclusive aqueles designados como *hedge* (tema abordado na seção seguinte). Afinal, para que a contabilidade atinja seu principal objetivo, qual seja, munir os usuários de informações úteis e relevantes, o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação transita pela observância e entendimento dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Nesse contexto, nota-se que as IES assumem um relevante papel no sentido de ofertarem o conteúdo em consonância com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, correlatos às normas internacionais de contabilidade, para prepararem os discentes para a atuação no mercado de trabalho com condições de atender às demandas geradas no exercício da profissão. No ambiente indonésio, uma das questões identificadas por Maradona e Chand (2017) que determinam a implementação das normas internacionais de contabilidade é a disponibilidade dos programas de educação fazerem com que os preparadores, auditores e usuários das demonstrações contábeis se familiarizem com os novos padrões adotados pelo país.

Na próxima seção são apresentados aspectos conceituais e legais dos instrumentos financeiros derivativos utilizados com a finalidade de *hedge*.

#### 2.4.1 Hedge

As empresas, conforme exposto anteriormente, utilizam derivativos como forma de proteção - *hedge* (MANCHIRAJU et al, 2015) aos riscos de variações de preços, taxas de juros, variações cambiais ou outras que podem afetar o valor dos seus ativos ou fluxo de caixa futuro (DEMARZO; DUFFIE, 1995; MASHEANE, 1998; CAPELLETTO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2007; POTIN; BORTOLON; NETO, 2016). O *hedge* é uma estratégia de

proteção contra o risco provocado pela variação de preços ou taxas em certas posições assumidas ou futuras, por meio da compensação dos resultados gerados pelos objetos de *hedge* e os instrumentos financeiros designados para a proteção (CAPELLETTO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2007).

Para que o instrumento derivativo se qualifique como *hedge*, deve atender aos seguintes critérios: a) a relação de proteção é constituída de instrumentos de *hedge* elegíveis e objetos protegidos elegíveis; b) designação e documentação formal a respeito da relação de proteção e seu objetivo no gerenciamento de risco; c) a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade do *hedge* (CPC, 2016).

Cumpre sublinhar que as operações que visam diminuir os riscos de mercado, como risco de taxa de juros, cambial, preço, dentre outros, são denominadas de *hedge econômico*. Já o *hedge accounting* é uma prática contábil decorrente do *hedge econômico* que reduz a volatilidade dos resultados contábeis reportados (CHIQUETO, 2014).

A entidade deve adotar a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) às relações de proteção que satisfaçam os critérios de qualificação supracitados. O *hedge accounting* representa uma forma diferenciada de evidenciação, constituindo-se uma ferramenta de *disclosure* e qualidade da informação contábil para as empresas, mas que exige certo nível de controle e acompanhamento da sua efetividade no período em que existe *hedge* nas operações (MATOS et al, 2013).

Segundo o CPC nº 48 “o objetivo da contabilização de *hedge* é representar, nas demonstrações contábeis, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado”. Deste modo, os instrumentos de *hedge* devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis pelo valor justo, cujas variações no valor do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* sejam reconhecidas no resultado em um período contábil comum, minimizando a sua volatilidade (KAWALLER, 2004; ABDEL-KHALIK; CHEN, 2015).

Consoante a natureza do risco a ser protegido, aplica-se o tipo de *hedge* mais apropriado (KAWALLER, 2004). O *International Accounting Standards* (IAS) nº 39 reconhece três tipos de *hedge*, o *hedge* de fluxo de caixa, o de valor justo e o de investimento líquido em operação no exterior (PANARETOU; SHACKLETON; TAYLOR, 2013).

O *hedge* de valor justo é aquele que busca proteger a empresa das alterações no valor justo de ativos ou passivo que possa afetar o resultado. O *hedge* de fluxo caixa busca a proteção da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa que seja atribuído a risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo ou componente dele que possa afetar o resultado (CPC, 2016).

Segundo o pronunciamento técnico CPC nº 02, *hedge* de investimento líquido em operação no exterior é “o montante que representa o interesse (participação na maior parte das vezes) da entidade que reporta a informação nos ativos líquidos dessa entidade”.

De acordo com Pereira et al (2017, p. 76), “o conhecimento sobre a utilização do *hedge accounting* é útil para investidores interessados em risco, especulação e arbitragem”. Araujo et al (2011) analisaram o conteúdo de notas explicativas das companhias que representavam as 100 ações mais líquidas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), com o intuito de verificarem a extensão da adoção de *hedge accounting* por aquelas empresas. Observaram que, das 81 companhias abertas analisadas, 71,60% declararam realizar operações de *hedge*, das quais 29,31% divulgaram ter designado estas operações como *hedge accounting*.

Pereira et al (2017) investigaram a evolução da divulgação da contabilidade de *hedge* pelas empresas de consumo não cíclico listadas na BM&FBovespa no período de 2008 a 2014. Com o estudo, perceberam que o número de empresas que utilizam e evidenciam o *hedge accounting* vem crescendo, indicando que as empresas cada vez mais estão buscando proteção para seus resultados.

Pode-se notar que as empresas estão cada vez mais utilizando instrumentos derivativos para fins de proteção (*hedge*) aos riscos a que estão expostas, inclusive a riscos do agronegócio ligados basicamente à produção e oscilações de preço. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio brasileiro em 2017 participou com 23% a 24% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Atualmente, o Brasil ocupa a posição de maior exportador de laranja, café, açúcar e frango do mundo (LIMA et al, 2017).

No grupo de contratos de instrumentos derivativos do agronegócio incluem-se os futuros sobre *commodities*, que podem ser classificadas em agrícolas, minerais, financeiras e ambientais (SILVA et al, 2017). Graças a sua relevância no agronegócio, a negociação de *commodities* demanda a adoção de ferramentas de gestão de risco (SILVA et al, 2017). Assim, o gerenciamento de risco nas empresas do agronegócio, expostas à volatilidade de preços e produção, deve ser tratado de forma estratégica, com o uso adequado das ferramentas de *hedge*.

Por todo o exposto, as IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis necessitam acompanhar as transformações do mercado, as implantações e alterações na legislação contábil, como forma de propiciar aos futuros profissionais o acesso aos conteúdos de instrumentos financeiros em consonância com a contemporaneidade. Portanto, é relevante o ensino de instrumentos financeiros face ao cenário de negócios que se apresenta na atualidade.

## 2.5 Quadro resumo dos estudos anteriores

O quadro 4 resume os resultados dos principais estudos que foram consultados no desenvolvimento da pesquisa, apresentados no referencial teórico e referenciados na análise dos resultados.

Quadro 4: Resumo dos estudos referenciados

Autores	Conclusões
<b>Teoria Institucional (isomorfismo)</b>	
Brandau et al (2013)	Inferem que o isomorfismo normativo no Brasil ocorre sob a forma de um alinhamento da academia (pós-graduação) em relação aos padrões internacionais de contabilidade.
<b>O ensino da Contabilidade e o conteúdo ofertado</b>	
Helen e Kh (2013)	Os alunos entendem que o conhecimento das IFRS poderia auxiliá-los com transações comerciais, reportando o desempenho financeiro e analisando as demonstrações financeiras, sendo que, para isso, os provedores da área de educação promovam a adequação do currículo.
Athanasios, Dimitrios e Yiannis (2014)	O currículo de contabilidade na Grécia deve ser readequado no sentido de promover a conexão entre teoria e mercado, aproximando o aluno da realidade mercadológica.
Ost e Vendruscolo (2014)	Das dez universidades do Rio Grande do Sul pesquisadas, duas (20%) ofereciam disciplinas ligadas ao mercado de opções.
Ukpong e Udo (2014)	Os currículos das universidades nigerianas eram insuficientes para formarem profissionais de alto nível com conhecimento de IFRS.
Bierstaker, Kopp e Lombardi (2016)	Cerca de 40% identificaram a resposta correta conforme as IFRS para as transações previstas no IAS 18. Sugerem que seja necessário mais treinamento em IFRS nos EUA antes da adoção dessas normas.
Al-Mutairi, Naser e Al-Duwaila (2017)	Os alunos acreditam que estudar as normas internacionais auxilia no domínio da mensuração e evidenciação contábil, o que os apoiariam no desenvolvimento de suas carreiras futuras. Adquirem informações sobre as normas internacionais em palestras acadêmicas formais e internet.
Alves et al (2017)	Com base no exame das ementas e/ou conteúdo programático de 105 instituições de ensino, públicas e privadas, concluíram que há baixa aderência (média de 37,3%) em relação aos 45 pronunciamentos analisados. Observaram, ainda, que os CPCs 39 e 40, que tratam de instrumentos financeiros, respectivamente, foram mencionados em 8,6% e 10,5% das IES pesquisadas.
<b>Curriculo do curso de Ciências Contábeis no Brasil</b>	
Cruz et al (2013)	Observaram 226 dos 315 cursos cadastrados no MEC em 2013 e demonstraram que 89,4% possuíam em sua proposta curricular a disciplina de Controladoria, 88,8% a de Planejamento e Contabilidade Tributária, 83,5% a de Contabilidade de Custos, 53,5% a de Apuração e Análise de Custos e 34,1% Finanças Empresariais.
Frosi, Ott e Grandó (2013)	Identificaram que, em média, as IES pesquisadas apresentaram um alinhamento próximo a 80% ao currículo proposto do CFC.
Silva e Rêgo (2014)	Considerando o conteúdo dos projetos pedagógicos e dos documentos que tratam da estrutura curricular dos cursos, constataram que os projetos pedagógicos, em média, atendem ao que determina o MEC (83%), CFC (73%) e ONU (48%).
Oliveira et al (2015)	Foram examinadas 31 grades curriculares e concluíram que o nível de aderência do currículo ao CFC foi de 55%, classificado como “moderado”.
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge</b>	
Ambrozini (2014)	Identificou que as evidenciações relativas à <i>hedge accounting</i> foram apresentadas por pouco mais do que a metade das empresas analisadas, enfatizando que essa constatação merece atenção pelo fato de a contabilidade de <i>hedge</i> exigir uma série de documentos para as empresas utilizarem-na.

Maradona e Chand (2017)	A implementação das normas internacionais de contabilidade é a disponibilidade dos programas de educação fazerem com que os preparadores, auditores e usuários das demonstrações contábeis se familiarizem com os novos padrões adotados pelo país.
Powsey (2017)	A adoção das normas internacionais pelas empresas australianas é dispendiosa tanto na condução da mudança quanto depois, pois as empresas devem adequar os sistemas de informação, capacitar funcionários e educar os usuários das demonstrações contábeis, não somente da transição, mas de forma contínua.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No próximo capítulo são apresentados os aspectos metodológicos utilizados na presente pesquisa.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Neste capítulo são apresentados os meios que foram utilizados para a realização do estudo empírico da presente pesquisa.

#### **3.1 Classificação, métodos e técnicas de pesquisa**

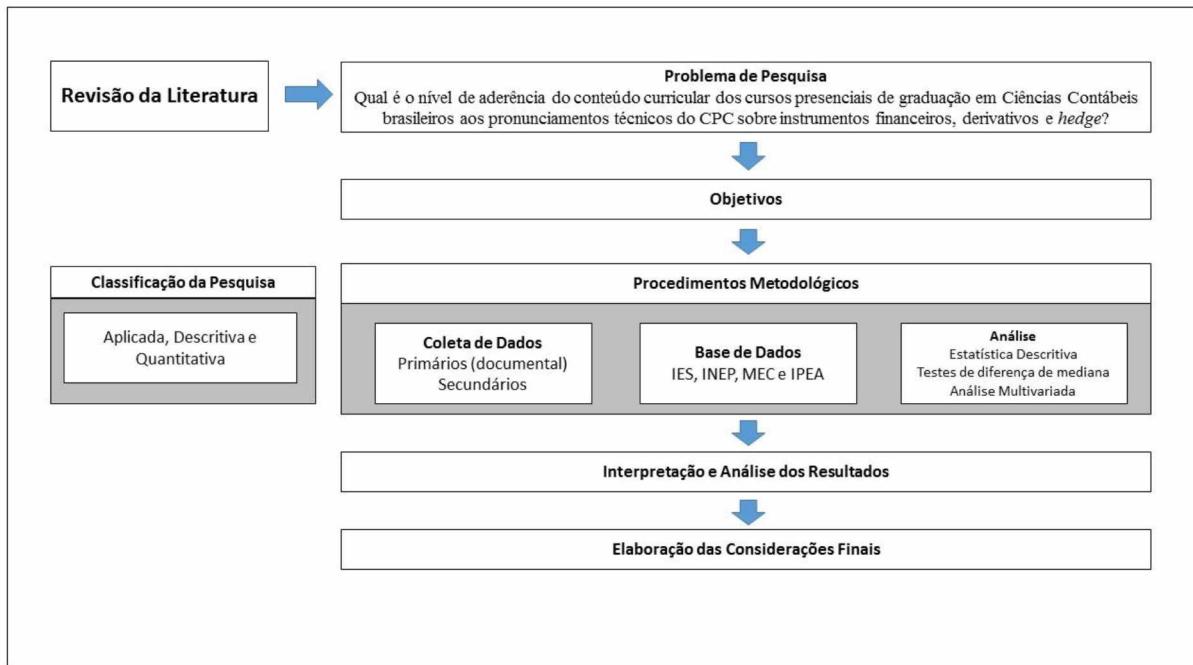
Este tópico se destina à classificação teórica deste trabalho. A presente pesquisa busca gerar conhecimento para a aplicação prática, revelando o cenário atual da oferta do conteúdo de instrumentos financeiros pelos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis brasileiros, além de contribuir para a literatura acadêmica. Nesse sentido, quanto à natureza ou finalidade, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é de natureza descritiva por ser instrumentalizada com a utilização de técnica padronizada de dados de um dado fenômeno, com vistas a registrá-los, analisá-los, classificá-los, interpretá-los e, por fim, descrever os fatos e fenômenos de certa realidade (ANDRADE, 2002; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

No que concerne à abordagem do problema, a abordagem é quantitativa, uma vez que os dados coletados referentes à aderência dos conteúdos previstos no PPP e/ou ficha de disciplina foram tratados por meio de técnicas estatísticas. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é do tipo documental, pois a fonte dos dados para mensuração da aderência são os PPPs e as fichas de disciplina das IES.

Os aspectos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1: Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.2 Seleção das IES e obtenção dos PPPs e fichas de disciplina

O objetivo deste estudo é verificar o grau de aderência do conteúdo curricular de disciplinas constantes dos PPPs e/ou das fichas de disciplina dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES do Brasil, aos pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. Para seleção dos cursos realizou-se uma busca no portal do MEC (Ministério da Educação) e-MEC, tomando por base a seleção de todos os cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis ofertados pelas IES brasileiras que faziam parte do ENADE, em outubro de 2017, cuja nota constante da base de dados é referente ao exame de 2015. O ENADE é uma ferramenta de avaliação da qualidade do ensino ofertado pelas IES, previsto na Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Inicialmente, retornou-se da busca, segundo o relatório de consulta avançada do sistema e-MEC, 1.565 cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis. Com aplicação do filtro para a seleção dos cursos que possuíam ENADE, esse número reduziu para 1.052 cursos com notas entre 1 e 5. Assim, o critério de seleção foi por curso e não por instituição, permitindo a ocorrência de mais de um curso por instituição observada. O que distingue um curso do outro

é o seu respectivo código indicado no cadastro de cursos da base do MEC. Com a relação dos cursos selecionados, passou-se, então, para a pesquisa dos PPPs e fichas de disciplinas.

A coleta dos documentos citados se deu pelo acesso ao site de cada IES, isto é, sendo considerados para o estudo apenas os cursos das IES que mantinham os seus respectivos PPPs e/ou fichas de disciplina publicados em suas páginas de internet. Com a busca, encontrou-se 250 cursos que tiveram seus PPPs, fichas de disciplina ou ementários publicados no site da IES. Dessa forma, também se considerou para a análise da aderência dos conteúdos dos cursos os ementários publicados pelas IES em seus sites, levando em conta que os ementários são partes integrantes dos projetos pedagógicos dos cursos.

### **3.3 Índice da aderência dos conteúdos e agrupamento em blocos**

A coleta dos dados relativa à aderência foi realizada por meio da aplicação de um instrumento de coleta (apêndice A), no qual consta a relação dos itens (questões) que deveriam configurar nos PPPs e/ou fichas de disciplina dos cursos. A lista foi elaborada com base no conteúdo dos pronunciamentos técnicos sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*, contendo 40 itens (questões), procedimento análogo ao de Malaquias e Lemes (2013). Ainda, no instrumento, procedeu-se a separação entre PPPs e fichas de disciplina e a indicação se o item presente nesses documentos pertence à disciplina de contabilidade ou de outra área (finanças ou afins), possibilitando o tratamento dessas informações, neste estudo, como variáveis *dummy*, conforme exposto no Quadro 6.

Baseada nas ementas e nos conteúdos programáticos das disciplinas de contabilidade, finanças ou afins, a análise da aderência se procedeu pela identificação das questões elencadas no instrumento de coleta de dados no PPP e/ou ficha de disciplina, cuja aderência recebeu a pontuação “1” (possui) e a não aderência recebeu a pontuação “0” (não possui). Para as ocorrências em que o item do instrumento não constava literalmente do PPP e/ou ficha de disciplina, mas que remete ao item (questão) presente no instrumento, a consideração e decisão de aderência foi registrada no documento denominado papel de trabalho da coleta de dados, disponível no apêndice B, o qual contém os comentários que fundamentam a decisão.

O procedimento de preparação do papel de trabalho para consulta durante a análise dos PPPs e fichas de disciplina, com esclarecimentos do que deveria constar nos itens do papel de trabalho, quanto à forma, é similar ao procedimento adotado por Malaquias e Lemes (2013) no estudo em que analisaram o nível de *disclosure* de instrumentos financeiros nos relatórios

financeiros de empresas brasileiras à luz dos requisitos do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Após a análise da aderência do conteúdo foram verificadas as disciplinas em que o conteúdo é ofertado. Com isso, após o levantamento da aderência, foram identificadas as disciplinas, permitindo a conferência da aderência antes identificada, uma vez que se verificou a ocorrência do item (questão) no PPP e/ou ficha de disciplina para registro da disciplina relacionada.

A mensuração do nível de aderência do conteúdo foi feita por meio do cálculo da média das questões que receberam a pontuação “1”, resultando em um índice de aderência para cada curso. A equação (1) demonstra o seu cálculo.

$$\text{Indice} = \frac{P}{T} \quad (1)$$

Em que:

$P$ : total dos itens que receberam pontuação “1” (possui)

$T$ : total de itens do instrumento de coleta de dados

Os cálculos necessários para a equação (1) foram realizados por meio da utilização de planilhas eletrônicas. Os 40 itens (questões) do instrumento de coleta de dados foram agrupados em 4 blocos, conforme relacionados no Quadro 5.

Quadro 5 - Blocos dos itens (questões) do instrumento de coleta de dados

Bloco	Descrição
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos
Bloco 4	Operações e contabilidade de hedge

Fonte: Elaborado pelo autor

O critério de agrupamento dos itens (questões) foi estabelecido com base na natureza dos conteúdos indicados em cada item, fazendo com que cada bloco englobe os itens que são relacionados quanto ao objeto de estudo dentro de instrumentos financeiros. O bloco 1, que recebeu os itens de nº 1 a 3 e 5 a 8, relaciona-se à gestão de riscos, instrumentos financeiros e suas espécies. O bloco 2, que recebeu os itens de nº 4, 10 a 18 e 32 a 34, reúne conteúdos relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros, bem como mensuração ao valor justo e reconhecimento no resultado.

O bloco 3, que recebeu os itens de nº 9 e 35 a 40, concentra os conteúdos de derivativos, como contrato de opções, contrato futuro e a termo e *swap*. Por fim, o bloco 4, que recebeu os itens de nº 19 a 31, refere-se ao conteúdo de *hedge*, incluindo as operações, efetividade e contabilização de *hedge*. Todos os itens (questões) sem agrupamentos também foram tratados como um bloco, denominado bloco 5. Assim, os blocos de 1 a 4 foram estruturados de forma a abranger os tópicos riscos, instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

### 3.4 Variáveis do estudo

O Quadro 6 elenca as variáveis e base de dados utilizados nesta pesquisa.

Quadro 6 - Variáveis do estudo

Variável	Sigla	Código e Descrição	Base de dados
Categoria Administrativa	CAD	1 - Pública Federal 2 - Pública Estadual 3 - Pública Municipal 4 - Privada com fins lucrativos 5 - Privada sem fins lucrativos 6 - Especial	
Organização Acadêmica	ORG	1 - Universidade 2 - Centro Universitário 3 - Faculdade	
Região	REG	1 - Norte 2 - Nordeste 3 - Centro-Oeste 4 - Sudeste 5 - Sul	INEP
Carga Horária Mínima	CHM	Carga horária mínima do curso presencial	
Idade do Curso	IDC	Número de anos desde a criação do curso	
Desenvolvimento Humano	IDHE	Índice de Desenvolvimento Humano relativo à educação por estado	IPEA
Área Plantada	APLAN	Área plantada de cultura temporária e permanente por estado	IPEA
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	ENA	Pontuação dos alunos na prova atribuída do curso	MEC
Conceito de Qualidade do MEC	CMEC	Indicador de qualidade atribuído pelo MEC às IES	MEC
Dummy Documento	DOC	1 – PPP 0 - Ficha de disciplina	Instrumento de Coleta de dados (PPP e/ou fichas)
Dummy Disciplinas	DIS	1 – Disciplinas de contabilidade 0 – Disciplinas de finanças ou afins	Instrumento de Coleta de dados (PPP e/ou fichas)
Índice de Aderência do Conteúdo	ADC	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso	Instrumento de Coleta de dados (PPP e/ou fichas)

Fonte: Elaborado pelo autor

Para tratamento dos dados, as variáveis nominais (CAD, ORG e REG) foram transformadas em numéricas conforme codificação indicada no Quadro 6. Com a finalidade de evitar problemas de escala, as variáveis CHM e APLAN, que foram dadas originalmente em

milhares e milhões, foram transformadas com a divisão do número da carga horária e área plantada por 1.000 e 1.000.000, respectivamente.

A variável IDC foi construída com base nos dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referentes à data de início do curso. Para a identificação da idade do curso realizou-se o cálculo do número de dias de existência do curso pela diferença da data de início do curso e a data de 30 de novembro de 2017, mês em que se concluiu a coleta dos dados. O resultado em número de dias foi convertido para o período anual, dividindo-o por 365 dias. A variável IDHE refere-se à média aritmética do índice de desenvolvimento humano da educação por estado, cujos dados foram coletados da base de dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a qual pode ser acessada pelo seguinte endereço (<http://www.ipea.gov.br/ipeageo/bases.html>).

Para se testar o isomorfismo do nível de aderência dos cursos, como a variável ADC não segue distribuição normal, conforme testado pelo método de Shapiro-Wilk, foram aplicados os testes estatísticos de Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal Wallis. O teste de Wilcoxon-Mann-Whitney é uma técnica que não requer distribuição normal, aplicada para testar se dois grupos são igualmente distribuídos (MARX et al, 2016). O teste de Kruskal Wallis é a técnica não paramétrica utilizada para testar se três ou mais amostras independentes foram extraídas de populações com medianas iguais (FAVERO; BELFIORE, 2017).

Além disso, para maior robustez dos resultados, foi testada também a homogeneidade das variâncias dos dados relativos à aderência, sendo aplicado o teste de Levene centrado na mediana, que é insensível a desvios de normalidade. O teste de Levene é poderoso e robusto para verificar a homogeneidade de variância de dados (GASTWIRTH; GEL; MIAO, 2009).

### **3.5 Procedimentos adotados para identificação de possíveis determinantes do nível de aderência**

Neste tópico são apresentados os procedimentos utilizados para analisar os possíveis determinantes do nível de aderência dos cursos aos pronunciamentos contábeis que tratam de instrumentos financeiros. O Quadro 7 relaciona as variáveis utilizadas para estimação dos modelos apresentados mais adiante.

Quadro 7 – Relação das variáveis utilizadas nos modelos de regressão propostos

Variáveis	Sigla	Estimador
<b>Dependentes</b>		
Nível de Aderência Bloco 1	ADC Bloco 1 <sub>i</sub>	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso no bloco 1

Nível de Aderência Bloco 2	ADC Bloco 2 <sub>i</sub>	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso no bloco 2
Nível de Aderência Bloco 3	ADC Bloco 3 <sub>i</sub>	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso no bloco 3
Nível de Aderência Bloco 4	ADC Bloco 4 <sub>i</sub>	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso no bloco 4
Nível de Aderência Bloco 5	ADC Bloco 5 <sub>i</sub>	Média da pontuação de aderência atingida pelo curso no bloco 5
<b>Explicativas</b>		
Federal	Federal <sub>i</sub>	Variável <i>dummy</i> , assumindo valor 1 para as IES federais e 0 para as demais.
Universidade	Univers. <sub>i</sub>	Variável <i>dummy</i> , assumindo valor 1 para as IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para as demais.
Carga horária Mínima	CHM <sub>i</sub>	Carga horária mínima do curso.
Idade do curso	IDC <sub>i</sub>	Número de anos desde a data de constituição do curso.
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	ENA <sub>i</sub>	Pontuação dos alunos na prova atribuída do curso.
Índice de Desenvolvimento Humano - Educação	IDHE <sub>i</sub>	Índice de Desenvolvimento Humano relativo à educação, calculado pela média por estado.
Área Plantada	APLAN <sub>i</sub>	Área plantada de cultura temporária e permanente por estado.
Tipo de Documento	PPP <sub>i</sub>	Variável <i>dummy</i> , assumindo valor 1 para tipo de documento PPP e 0 para ficha de disciplina.
Conceito de Qualidade do MEC	CMEC <sub>i</sub>	Indicador de qualidade atribuído pelo MEC à IES.
Disciplina	CONT <sub>i</sub>	Variável <i>dummy</i> , assumindo valor 1 para a disciplina de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças.

Fonte: Elaborado pelo autor

As IES analisadas por categoria administrativa podem apresentar diferentes níveis de aderência do conteúdo aos pronunciamentos sobre instrumentos financeiros. As IES são constituídas para atendimento das demandas sociais, sendo que, conforme o seu objetivo, abarcam diferentes dimensões geográficas. As instituições federais, por exemplo, abrangem, quanto ao seu fim, todo o território nacional; as estaduais são criadas com a finalidade de atender as necessidades regionais; e as municipais, por sua vez, as demandas locais. Com isso, em função do objetivo educacional de cada categoria administrativa, e possíveis diferenças entre o conteúdo abordado, controla-se os resultados por categoria administrativa.

As IES também apresentam estruturas diversas em relação à organização acadêmica. As instituições de ensino são classificadas como universidades, centros universitários ou faculdades com base em requisitos estabelecidos que as diferem em termos de formação de corpo docente, oferta de pesquisa e extensão, autonomia para criação de cursos, entre outros. As universidades são instituições mais completas do que as demais, daí o controle do nível de aderência por organização acadêmica, uma vez que podem indicar diferenças entre elas.

A carga horária mínima pode influenciar no nível de aderência dos cursos, uma vez que o tempo disponibilizado para a oferta e tratamento dos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros pelos cursos dependeria da carga horária disponível. Com isso, os cursos com maior carga horária possuem maior espaço para destinar ao ensino de instrumentos financeiros, no qual são abordados conteúdos de maior complexidade (ABDEL-KHALIK; CHEN, 2015; CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2015; HOITASH; HOITASH; YEZEGET, 2017). Por outro lado, com uma carga horária menor, os cursos privilegiariam os conteúdos de disciplinas mais basilares da contabilidade, como, por exemplo, introdução à contabilidade, contabilidade de custos, etc.

Os cursos mais antigos, como consequência do processo de institucionalização, na busca pela estabilidade e legitimação (DIMAGGIO; POWELL, 1983), conforme a teoria institucional, apresentariam maior aderência aos pronunciamentos de instrumentos financeiros. Assim, as IES de ensino com mais tempo de atuação, em tese, estariam mais adaptadas às condições sociais, mais ajustadas às forças que determinam o ambiente em que estão inseridas.

O ENADE tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem do aluno face aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação (SILVA; MIRANDA; PEREIRA, 2017). Com isso, como a nota do aluno no ENADE pode estar relacionada ao conteúdo programático dos cursos, o nível de aderência dos cursos se relacionaria com a nota do ENADE apresentada pelo curso, sendo que o curso com maior nota poderia apresentar maior grau de aderência.

A dimensão educação do IDH compõe os indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. O IDH na área da educação mensura o acesso das pessoas à escola e o nível de escolaridade. Pode ser que os cursos sediados em estados com maior nível de escolaridade, isto é, maior IDH na área de educação, em tese, teriam maior índice de aderência aos pronunciamentos sobre instrumentos financeiros, em função do grau de instrução das pessoas e de procurarem IES que estão alinhadas às demandas técnicas e legislação da profissão contábil.

A área total plantada de culturas temporária e permanente no estado pode influenciar a seleção do conteúdo programático a ser oferecido pelas IES. Por exemplo, um curso de ciências contábeis inserido em uma região eminentemente produtora rural, poderá ter o seu currículo delineado com conteúdo centrado em questões ligadas à atividade rural. A atividade rural, em função dos riscos inerentes à atividade, permite a utilização de derivativos climáticos para fins de *hedge* (HONG; SOHN, 2013). Nesse sentido, o nível de aderência dos cursos em relação aos

pronunciamentos de instrumentos financeiros se relacionaria com a área plantada do estado, conjecturando que cursos de estados com maior área plantada teriam maior nível de aderência.

Optou-se por controlar o nível de aderência, também, por tipo de documento em que constavam os conteúdos aderentes ao instrumento de coleta de dados. Os projetos pedagógicos relacionam o conteúdo ofertado pelo curso de uma forma mais resumida do que as fichas de disciplina, por isso realizou-se a distinção entre os dois tipos de documentos. Dessa forma, pode ser que os projetos pedagógicos apresentem um menor índice de aderência do que as fichas de disciplina.

Seguindo o mesmo raciocínio, em relação ao ENADE, inseriu-se a variável CMEC na análise multivariada, para verificar a sua relação com o grau de aderência dos cursos. Ao contrário do ENADE que mede o desempenho somente dos alunos, o CMEC mensura também a qualidade do curso, sendo um indicador da qualidade do processo formativo e dos insumos referentes às condições de oferta (corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica). Dessa feita, os cursos com maior CMEC, em princípio, teriam maior índice de aderência aos pronunciamentos contábeis sobre instrumentos financeiros.

O conteúdo de instrumentos financeiros é abordado de formas distintas conforme a disciplina em que é ofertado. O objeto de estudo dos instrumentos financeiros numa disciplina de contabilidade avançada, pelo objeto da disciplina, pode ser diferente da disciplina de mercado financeiro e de capitais (CFC, 2009). Em face disso, controlou-se o nível de aderência dos cursos pela disciplina na qual o conteúdo é ofertado. A aderência das disciplinas de contabilidade, teoricamente, seria maior haja vista o curso de graduação em contabilidade propor também a formação de profissionais aptos para a mensuração, reconhecimento e evidenciação dos fatos contábeis nas demonstrações contábeis.

Portanto, com base nas variáveis acima expostas, realizou-se regressão dos dados a partir dos seguintes modelos estimados, utilizando-se erros padrão robustos à heteroscedasticidade para a análise de potenciais fatores relacionados ao índice de aderência:

#### Modelo 1:

$$\begin{aligned} ADC\ Bloco\ 5_i = & \beta_0 + \beta_1 Federal_i + \beta_2 Univers._i + \beta_3 CHM_i + \beta_4 IDC_i + \beta_5 ENA_i + \beta_6 IDHE_i + \beta_7 APLAN_i \\ & + \beta_8 PPP_i + \varepsilon \end{aligned} \quad (2)$$

#### Modelo 2:

$$\begin{aligned} ADC\ Bloco\ 5_i = & \beta_0 + \beta_1 Federal_i + \beta_2 Univers._i + \beta_3 CHM_i + \beta_4 IDC_i + \beta_5 ENA_i + \beta_6 IDHE_i + \beta_7 APLAN_i \\ & + \beta_8 PPP_i + \beta_9 CMEC_i + \varepsilon \end{aligned} \quad (3)$$

### Modelo 3:

$$ADC \text{ Bloco } 5_i = \beta_0 + \beta_1 \text{ Federal}_i + \beta_2 \text{ Univers.}_i + \beta_3 \text{ CHM}_i + \beta_4 \text{ IDC}_i + \beta_5 \text{ ENA}_i + \beta_6 \text{ IDHE}_i + \beta_7 \text{ APLAN}_i + \beta_8 \text{ PPP}_i + \beta_9 \text{ CMEC}_i + \beta_{10} \text{ CONT}_i + \varepsilon \quad (4)$$

Em que:

Federal: variável dummy de categoria administrativa;

Univers.: variável dummy de organização acadêmica;

CHM: carga horária mínima do curso;

IDC: idade do curso;

ENA: nota do ENADE;

IDHE: índice de desenvolvimento humano de educação por estado;

APLAN: área plantada de cultura temporária e permanente por estado;

PPP: variável dummy para tipo de documento em que foi analisada a aderência;

CMEC: conceito de qualidade do curso dada pelo MEC;

CONT: variável dummy da disciplina em que foi identificada a aderência;

$\varepsilon$ : termo de erro da regressão.

No tópico 4.5 é apresentada a análise dos resultados das regressões realizadas com base nos modelos propostos.

### 3.6 Limites do estudo

Nesta seção são apresentados os limites presentes no decorrer da pesquisa. Neste estudo, são analisados os PPPs e/ou fichas de disciplina fornecidos pelas IES disponíveis *on-line* na data da coleta, não sendo possível traçar uma evolução histórica do conteúdo destes documentos. Também, quanto aos conteúdos verificados nos PPPs, não se teve acesso ao plano de ensino que poderia conter maiores detalhes sobre instrumentos financeiros derivativos e *hedge*.

Ocorre, ainda, que há instituições que não disponibilizam os citados documentos, ou dão acesso apenas à matriz curricular que não dá base para a extração dos dados necessários ao exame dos itens relacionados no instrumento de coleta de dados. Daí a limitação deste estudo não contemplar todos cursos de graduação em Ciências Contábeis ofertados pelas IES.

Não obstante a disponibilização dos projetos pedagógicos e fichas de disciplina, a existência do currículo oculto pode limitar a pesquisa no sentido de a IES ofertar determinados conteúdos que não estejam expressos no currículo escrito.

Além disso, as IES em seus PPPs podem ofertar disciplina que aborde tópicos contemporâneos da Contabilidade, na qual a definição da ementa e conteúdo programático fica condicionada a estudo e discussão de assuntos relevantes e emergentes em Ciências Contábeis. Com isso, a ementa e conteúdo programático dessa disciplina são dinâmicos, subordinados aos tópicos que o responsável pela disciplina (professor/coordenação) considere interessante ministrar em sala de aula. Enfim, é provável que tópicos de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* sejam estudados neste âmbito e que não seja identificada a sua oferta pelo curso em seus PPPs e fichas de disciplina.

Por fim, durante a coleta dos dados foi registrado o ano de referência dos PPPs e/ou fichas de disciplina, porém não foram identificadas as datas de 64 cursos. Com isso, há uma limitação de pesquisa quanto à análise da relação da nota do ENADE dos cursos e os seus respectivos índices de aderência, conforme resultados das regressões apresentados no tópico 4.5 (possíveis determinantes do nível de aderência), desses cursos, visto que a nota do ENADE atribuída aos cursos refere-se ao ano de 2015. Contudo, com vistas a mitigar tal limitação, foi aplicado um teste de robustez complementar considerando-se apenas os cursos com PPP e/ou fichas de disciplina com datas anteriores ao ano de 2015, indicando indícios de que o efeito do ano não foi significativo.

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo são analisados e discutidos os resultados obtidos com a pesquisa. A análise dos resultados se inicia com a análise descritiva dos cursos relativa ao ENADE e CMEC, com a análise das disciplinas ofertadas e dos índices de aderência dos conteúdos sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* por blocos e geral.

### 4.1 Análise descritiva dos cursos relativa ao ENADE e CMEC

A Tabela 1 demonstra as notas do ENADE e conceito MEC das IES agrupadas por categoria administrativa.

Tabela 1 - Notas do ENADE e CMEC por categoria administrativa

Cat. Adm.	Número	%	ENADE			CMEC		
			Min.	Média	Máx.	Min.	Média	Máx.
Pública Federal	53	21,2%	2,00	3,98	5,00	3,00	3,55	5,00
Pública Estadual	23	9,2%	1,00	3,13	5,00	2,00	3,15	4,00
Pública Municipal	1	0,4%	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Privadas sem fins lucrativos	114	45,6%	2,00	2,88	5,00	2,00	3,10	5,00
Privadas com fins lucrativos	52	20,8%	1,00	2,73	5,00	2,00	3,12	5,00
Especial*	7	2,8%	2,00	3,00	4,00	3,00	3,57	4,00
	<b>250</b>	<b>100,0%</b>						

Fonte: Elaborado pelo autor

\* Segundo o artigo 242 da Constituição Federal de 1988, é instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita.

Observa-se que 114 cursos são de instituições privadas sem fins lucrativos, seguidos de 53 que são ofertados por instituição pública federal, representando 45,6% e 21,2% do total dos cursos observados, respectivamente. Em relação ao ENADE, em média, as IES públicas federais obtiveram 3,98 em um total de 5 pontos. Já as menores notas foram das instituições privadas com fins lucrativos e pública municipal, sendo que aquelas atingiram 2,73 pontos e essa, 2 pontos. Quanto ao conceito do MEC, as IES especiais apresentaram uma média de 3,57 pontos e as públicas federais, uma média de 3,55 pontos. A Tabela 2 evidencia as notas do ENADE e conceito MEC das IES categorizadas por organização acadêmica.

Tabela 2 - Notas do ENADE e CMEC por organização administrativa

<b>Org. Acadêmica</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>ENADE</b>			<b>CMEC</b>		
			<b>Min.</b>	<b>Média</b>	<b>Máx.</b>	<b>Min.</b>	<b>Média</b>	<b>Máx.</b>
Universidade	121	48,4%	1,00	3,48	5,00	2,00	3,37	5,00
Centro Universitário	29	11,6%	2,00	3,00	5,00	2,00	3,29	5,00
Faculdade	100	40,0%	1,00	2,68	5,00	2,00	3,01	5,00
	<b>250</b>	<b>100,0%</b>						

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, observa-se que as universidades, que representam 48,4% do total de IES, apresentaram as maiores notas tanto no ENADE quanto no conceito do MEC, obtendo, em média, 3,48 e 3,37 pontos, respectivamente. A Tabela 3 apresenta as notas do ENADE e conceito MEC das IES identificadas por região.

Tabela 3 - Notas do ENADE e CMEC por região

<b>Região</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>ENADE</b>			<b>CMEC</b>		
			<b>Min.</b>	<b>Média</b>	<b>Máx.</b>	<b>Min.</b>	<b>Média</b>	<b>Máx.</b>
Centro-Oeste	28	11,2%	1,00	3,07	5,00	2,00	3,11	4,00
Nordeste	51	20,4%	1,00	3,03	5,00	2,00	3,21	5,00
Norte	19	7,6%	1,00	2,89	4,00	2,00	3,18	4,00
Sudeste	88	35,2%	2,00	3,02	5,00	2,00	3,15	5,00
Sul	64	25,6%	2,00	3,34	5,00	2,00	3,38	5,00
	<b>250</b>	<b>100,0%</b>						

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme resultados apresentados na Tabela 3, em média, a região Sul apresentou maior pontuação no ENADE, nota 3,34 e conceito MEC, nota 3,38. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste obtiveram as menores notas no ENADE e CMEC, respectivamente. A região Norte obteve 2,89 pontos no ENADE e a região Centro-Oeste, 3,11 no conceito MEC. Na Tabela 4, por sua vez, são relacionadas as notas do ENADE e conceito CPC por estado da federação.

Tabela 4 - Notas do ENADE e CMEC por estado

<b>Estado</b>	<b>Sig.</b>	<b>Região</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>ENADE</b>			<b>CMEC</b>		
					<b>Min</b>	<b>Méd</b>	<b>Máx</b>	<b>Min</b>	<b>Méd.</b>	<b>Máx</b>
Acre	AC	Norte	0	0,0%	-	-	-	-	-	-
Alagoas	AL	Nordeste	3	1,2%	2,00	3,00	4,00	3,00	3,00	3,00
Amapá	AP	Norte	0	0,0%	-	-	-	-	-	-
Amazonas	AM	Norte	2	0,8%	3,00	3,50	4,00	3,00	3,50	4,00
Bahia	BA	Nordeste	13	5,2%	2,00	3,15	5,00	2,00	3,18	5,00

Ceará	CE	Nordeste	6	2,4%	3,00	3,50	4,00	2,00	3,33	4,00
Distrito Federal	DF	Centro-Oeste	5	2,0%	2,00	3,60	5,00	3,00	3,50	4,00
Espírito Santo	ES	Sudeste	4	1,6%	3,00	3,75	4,00	3,00	3,50	5,00
Goiás	GO	Centro-Oeste	8	3,2%	1,00	3,12	5,00	2,00	2,87	4,00
Maranhão	MA	Nordeste	0	0,0%	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	MT	Centro-Oeste	8	3,2%	2,00	2,50	4,00	2,00	2,87	3,00
Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste	7	2,8%	2,00	3,28	4,00	3,00	3,50	4,00
Minas Gerais	MG	Sudeste	30	12,0%	2,00	3,36	5,00	2,00	3,38	4,00
Pará	PA	Norte	4	1,6%	2,00	2,75	3,00	3,00	3,00	3,00
Paraíba	PB	Nordeste	8	3,2%	2,00	2,62	4,00	3,00	3,12	4,00
Paraná	PR	Sul	16	6,4%	2,00	3,75	5,00	2,00	3,25	4,00
Pernambuco	PE	Nordeste	4	1,6%	2,00	3,00	4,00	3,00	3,50	4,00
Piauí	PI	Nordeste	3	1,2%	3,00	3,66	5,00	3,00	3,66	4,00
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	19	7,6%	2,00	3,05	5,00	2,00	3,06	5,00
Rio Grande do Norte	RN	Nordeste	12	4,8%	1,00	2,91	5,00	2,00	3,08	4,00
Rio Grande do Sul	RS	Sul	18	7,2%	2,00	3,33	5,00	2,00	3,22	4,00
Rondônia	RO	Norte	5	2,0%	2,00	3,20	4,00	3,00	3,60	4,00
Roraima	RR	Norte	2	0,8%	2,00	3,00	4,00	2,00	2,50	3,00
Santa Catarina	SC	Sul	30	12,0%	2,00	3,13	5,00	3,00	3,55	5,00
São Paulo	SP	Sudeste	35	14,0%	2,00	2,63	5,00	2,00	2,93	5,00
Sergipe	SE	Nordeste	2	0,8%	2,00	2,50	3,00	3,00	3,00	3,00
Tocantins	TO	Norte	6	2,4%	1,00	2,50	4,00	3,00	3,00	3,00
			<b>250</b>	<b>100,0%</b>						

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a Tabela 4, os estados que tiveram melhor desempenho no ENADE foram Espírito Santo (3,75), Paraná (3,75) e Piauí (3,66). Ainda, relativo ao ENADE, os estados de Mato Grosso, Sergipe e Tocantins obtiveram uma nota de 2,5 pontos.

Em referência ao conceito MEC, as maiores notas foram obtidas pelos estados do Piauí (3,66 pontos), Rondônia (3,60 pontos) e Santa Catarina (3,55 pontos). Em contrapartida, os estados de Roraima (2,5 pontos), Mato Grosso (2,87) e Goiás (2,87 pontos) apresentaram as menores notas. Observa-se que o estado do Piauí configurou entre as maiores notas do ENADE e conceito MEC.

#### **4.2 Análise descritiva das disciplinas ofertadas**

Analisou-se 250 cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis e 140 apresentaram algum nível de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros aos pronunciamentos técnicos do CPC. A Tabela 5 evidencia a ocorrência do número de disciplinas, por curso, nas quais o conteúdo de instrumentos financeiros é ofertado.

Tabela 5 - Número de disciplinas ofertadas por curso

<b>Número de disciplina por curso</b>	<b>Número de cursos</b>	<b>Número de disciplinas</b>
01 disciplina	103	103
02 disciplinas	30	60
03 disciplinas	6	18
04 disciplinas	1	4
	<b>140</b>	<b>185</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se que os 140 cursos geram uma frequência de 185 disciplinas que tratam do conteúdo de instrumentos financeiros. Cabe ressaltar que não são 185 disciplinas distintas, visto que determinados cursos, no caso 37, ofertam mais de uma disciplina que aborda o conteúdo de instrumentos financeiros, como se pode verificar nas Tabelas 10 e 11, o conteúdo é ministrado em 54 disciplinas com nomenclaturas diferentes. A Tabela 6 apresenta número de disciplinas por natureza optativa ou obrigatória.

Tabela 6 - Número de disciplinas por natureza da oferta

<b>Classificação por natureza</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Disciplinas Optativas	20	11%
Disciplinas Obrigatórias	165	89%
	<b>185</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Das 185 disciplinas ofertadas, 165 são de natureza obrigatória, representando 89% do total de disciplinas analisadas. Isto demonstra que, em sua maioria, as disciplinas que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros devem ser cursadas pelo aluno. A Tabela 7 apresenta a classificação das disciplinas por área, isto é, finanças ou afins e contabilidade.

Tabela 7 - Número de disciplinas por área

<b>Classificação por área</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Área de Finanças ou afins	108	58%
Área de Contabilidade	77	42%
	<b>185</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a Tabela 7, o conteúdo sobre instrumentos financeiros é ensinado, em sua maioria, nas disciplinas da área de finanças ou afins, sendo que esta área é responsável pelo número de 108 disciplinas, perfazendo 58% das disciplinas analisadas. Esse resultado demonstra que a maioria dos cursos ministra o conteúdo em disciplinas que possivelmente não tratam dos aspectos contábeis dos instrumentos financeiros como reconhecimento, mensuração e evidenciação. A Tabela 8 exibe o número de disciplinas obrigatórias e optativas classificadas na área de contabilidade.

Tabela 8 - Número de disciplinas por natureza da área de contabilidade

<b>Classificação por natureza da área de contabilidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Disciplinas obrigatórias	72	94%
Disciplinas Optativas	5	6%
	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a Tabela 8, 94% das disciplinas da área de contabilidade são obrigatórias. Ainda, a Tabela 9 mostra o número de disciplinas obrigatórias e optativas classificadas na área de finanças ou afins.

Tabela 9 - Número de disciplinas por natureza da área de finanças ou afins

<b>Classificação por natureza da área de finanças ou afins</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Disciplinas obrigatórias	93	86%
Disciplinas Optativas	15	14%
	<b>108</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo a Tabela 9, 86% das disciplinas da área de finanças ou afins são obrigatórias. As Tabelas 10 e 11, respectivamente, evidenciam a distribuição de frequência das disciplinas da área de contabilidade e finanças ou afins em que o conteúdo é ofertado.

Tabela 10 - Disciplinas da área de contabilidade em que o conteúdo é ofertado

<b>Ordem</b>	<b>Ocorrência das disciplinas da área de contabilidade</b>	<b>Fa</b>	<b>Fr</b>	<b>Fac</b>
1	Contabilidade Avançada	33	0,43	0,43
2	Contabilidade das Instituições Financeiras	10	0,13	0,56
3	Contabilidade Tributária II	4	0,05	0,61
4	Contabilidade Societária	3	0,04	0,65
5	Seminário em Contabilidade I	3	0,04	0,69
6	Seminário em Contabilidade II	3	0,04	0,73
7	Contabilidade Bancária	2	0,03	0,76
8	Contabilidade Geral	2	0,03	0,80
9	Contabilidade Intermediária II	2	0,03	0,82
10	Contabilidade de Negócios Agroindustriais	2	0,03	0,84
11	Contabilidade IV	1	0,01	0,85
12	Contabilidade VI	1	0,01	0,86
13	Contabilidade Internacional	1	0,01	0,87
14	Contabilidade e Mercados de Capitais	1	0,01	0,88
15	Contabilidade Financeira	1	0,01	0,89
16	Tópicos Especiais em Contabilidade	1	0,01	0,90
17	Tópicos Especiais em Contabilidade I	1	0,01	0,91
18	Teoria da Contabilidade I	1	0,01	0,92
19	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	1	0,01	0,93
20	Contabilidade e Finanças Corporativas	1	0,01	0,94
21	Contabilidade Socioambiental e Outros Tópicos Avançados	1	0,01	0,95
22	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	1	0,01	0,96
23	Contabilidade I	1	0,01	1,00
		<b>77</b>	<b>1,00</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: Fa = frequência absoluta; Fr = frequência relativa e Fac = Frequência acumulada.

Os 140 cursos que apresentaram aderência ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros em 23 diferentes disciplinas da área de contabilidade, sendo que a disciplina de Contabilidade Avançada obteve 33 ocorrências e a disciplina de Contabilidade das Instituições Financeiras apresentou 10 ocorrências, representando 43% e 13%, respectivamente, do total de frequência de disciplinas, somando 56% desse total.

Tabela 11 - Disciplinas da área de finanças ou afins em que o conteúdo é ofertado

<b>Ordem</b>	<b>Ocorrência das disciplinas da área de finanças ou afins</b>	<b>Fa</b>	<b>Fr</b>	<b>Fac</b>
1	Mercado Financeiro e de Capitais	59	0,54	0,54
2	Administração Financeira	8	0,07	0,61
3	Finanças Corporativas	4	0,04	0,65
4	Administração Financeira II	3	0,03	0,68
5	Mercado de Capitais e Futuros	2	0,02	0,70
6	Instituições Financeiras e Mercado de Capitais	2	0,02	0,72
7	Sistemas Financeiros e Mercado de Capitais	2	0,02	0,74

8	Finanças Internacionais	2	0,02	0,76
9	Tópicos de Finanças Corporativas e Derivativos	2	0,02	0,78
10	Economia I	2	0,02	0,80
11	Gestão Financeira e Orçamentária	2	0,02	0,81
12	Economia e Mercado de Capitais	1	0,01	0,82
13	Finanças e Mercado de Capitais	1	0,01	0,83
14	Introdução ao Mercado Financeiro	1	0,01	0,84
15	Administração Financeira I	1	0,01	0,85
16	Administração Financeiras e Orçamento Empresarial	1	0,01	0,86
17	Administração Financeira e Orçamentária I	1	0,01	0,87
18	Finanças Corporativas II	1	0,01	0,88
19	Finanças Pessoais	1	0,01	0,89
20	Finanças I	1	0,01	0,90
21	Finanças IV	1	0,01	0,91
22	Tópicos Contemporâneos em Finanças	1	0,01	0,92
23	Finanças e Mercado de Capitais	1	0,01	0,93
24	Economia	1	0,01	0,94
25	Instrumentos de Renda Fixa e Derivativos	1	0,01	0,94
26	Instrumentos Financeiros e Derivativos	1	0,01	0,95
27	Estratégia Financeira	1	0,01	0,96
28	Derivativos e Comercialização de Produtos Agroindustriais	1	0,01	0,97
29	Perícia, Avaliação e Arbitragem	1	0,01	0,98
30	Derivativos e Mercado Futuro	1	0,01	0,99
31	Mercado Futuro e de Capitais	1	0,01	1,00
		<b>108</b>	<b>1,00</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: *Fa* = frequência absoluta; *Fr* = frequência relativa e *Fac* = Frequência acumulada.

O conteúdo de instrumentos financeiros, na área de finanças, é ministrado em 31 diferentes disciplinas, sendo que a disciplina de Mercado Financeiro e de Capitais obteve 59 ocorrências, representando 54% do total de frequência de disciplinas. Considerando o total de 185 ocorrências das disciplinas, tanto da área de contabilidade como da área de finanças ou afins, a frequência das disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade das Instituições Financeiras e Mercado Financeiro e de Capitais, representam 55,1% desse total. Ainda, dos 250 cursos, as datas dos PPPs ou fichas de disciplina de 158 cursos (63,2%) e dos 140 cursos (aderentes) analisados 90 cursos (64,2%) são de anos posteriores a 2009, que é a data da edição da Proposta Nacional de Conteúdo do CFC.

Na proposta do CFC, o conteúdo sobre instrumentos financeiros, na área de contabilidade, deve ser abordado nas disciplinas de Contabilidade Avançada e Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras, e na área de finanças, na disciplina de Mercado de Capitais, conforme conteúdo programático apresentado no Quadro 3. Como se pode verificar

do total da frequência das disciplinas observadas, 55,1% estão de acordo com a proposta curricular do CFC, cujo percentual de observância pode ser classificado como moderado, conforme escala utilizada por Oliveira et al (2015). O que sugere a presença de isomorfismo coercitivo entre as IES, quanto às disciplinas que ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros, não rejeitando a Hipótese 1. Embora a proposta do CFC não seja de caráter obrigatório, levaria as IES a estruturarem os seus currículos com base na proposta do CFC que é o órgão que rege a profissão contábil no país.

Ademais, o resultado corrobora com os estudos de Frosi, Ott e Grando (2013), Cruz et al (2013) e Oliveira et al (2015), que verificaram o nível de adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ofertados por IES com a Proposta Nacional de Conteúdo elaborada pelo CFC. Frosi, Ott e Grando (2013) identificaram que, em média, as IES pesquisadas apresentaram um nível de aderência na ordem de 80%; Cruz et al (2013) observaram que a maioria das IES pesquisadas possuía sua estrutura curricular da área de custos e gestão conforme proposta do CFC; e Oliveira et al (2015) concluíram que o nível de aderência, na média geral dos currículos das IFES analisadas, foi de 60% referente ao conteúdo de formação profissional, classificado como moderado.

Isto posto, com esses resultados, a presente pesquisa demonstra estar alinhada com os estudos acima citados e avança no sentido de evidenciar que a maioria dos cursos observados oferta o conteúdo de instrumentos financeiros nas disciplinas indicadas na proposta curricular do CFC.

No entanto, dada a complexidade dos instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*, aqui cabe uma reflexão se não seria mais adequado ofertar este conteúdo em disciplina específica ao invés de ofertar na disciplina de Contabilidade Avançada, tendo em vista que esta já se destina ao estudo de um conteúdo programático dedicado à consolidação das demonstrações contábeis e métodos de avaliação de investimentos. Desta forma, os cursos teriam mais condições de possibilitar ao discente o estudo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* com mais tempo e profundidade.

O quadro 8 compara os resultados dos estudos anteriores com os principais resultados da presente pesquisa em relação à oferta das disciplinas com base na proposta do CFC.

Quadro 8: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa

<b>Autores</b>	<b>Resultados</b>	<b>Resultados desta pesquisa</b>
Frosi, Ott e Grando (2013)	Identificaram que, em média, as IES pesquisadas apresentaram um alinhamento próximo a 80% ao currículo proposto do CFC.	
Cruz et al (2013)	Demonstraram que 89,4% possuíam em sua proposta curricular a disciplina de Controladoria, 88,8% a de Planejamento e Contabilidade Tributária, 83,5% a de Contabilidade de Custos, 53,5% a de Apuração e Análise de Custos e 34,1% Finanças Empresariais.	Do total da frequência das disciplinas observadas, 55,1% estão de acordo com a proposta curricular do CFC, cujo percentual de observância pode ser classificado como moderado.
Oliveira et al (2015)	Foram examinadas 31 grades curriculares e concluíram que o nível de aderência do currículo ao CFC foi de 55%, classificado como “moderado”.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3 Análise dos índices de aderência

Nesta seção são apresentadas as médias do nível de aderência dos cursos por bloco (1 ao 4) e geral (bloco 5), considerando todos os itens (questões) do instrumento de coleta sem categorização. A Tabela 12 apresenta, por bloco, as médias da aderência dos conteúdos de todos os cursos.

Tabela 12 - Médias da Aderência de Todos os Cursos por Bloco

<b>Médias do índice de aderência de todos os cursos por bloco</b>		
<b>Blocos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Média</b>
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	4,6%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	0,4%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	14,6%
Bloco 4	Operações e contabilidade de <i>hedge</i>	1,8%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	4,1%

Fonte: Elaborado pelo autor

Constata-se que, considerando todos os cursos, o bloco 3 (instrumento financeiros derivativos), apresentou, em média, o maior índice de aderência (14,6%). Em contrapartida, o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) foi o que apresentou o menor grau de aderência (0,4%). Dos blocos evidenciados na Tabela 12, os blocos 2 e 4 são os que estão mais relacionados ao tratamento contábil dos instrumentos financeiros.

Os resultados demonstram que o conteúdo sobre contabilização de instrumentos financeiros, o que inclui o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes

instrumentos, bem como o conteúdo sobre operações e contabilização de *hedge*, são os que tiveram menor nível de aderência. No geral, os cursos obtiveram, em média, 4,1% de aderência aos padrões contábeis definidos pelo CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

Esses resultados são condizentes com o estudo de Alves et al (2017) que investigaram se os conteúdos de contabilidade dos cursos presenciais ofertados por IES no Brasil estão alinhados com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. Concluíram que as IES pertencentes à amostra, 105 instituições, possuíam baixa aderência em relação aos CPCs. Observaram, ainda, que os CPCs 39 e 40, que tratam de instrumentos financeiros, respectivamente, foram contemplados em 8,6% e 10,5% das IES pesquisadas.

Nos termos da Tabela 12, identifica-se que o conteúdo que possui maior nível de aderência (14,6%) é relativo aos instrumentos financeiros derivativos (bloco 3), o qual contempla os tópicos referentes a contratos futuros, a termo, de opções e *swap*. No entanto, configurando-se, ainda, um baixo nível de aderência, o que se alinha aos resultados encontrados por Ost e Vendruscolo (2014), que analisaram as grades curriculares de IES do Rio Grande do Sul sobre a oferta do conteúdo relativo ao mercado de opções, em que 20% das universidades pesquisadas ofereciam disciplinas ligadas ao mercado de opções.

Pelo exposto, tratando-se do conteúdo sobre instrumentos financeiros ofertado pelas IES pesquisadas, os resultados, pela baixa aderência, contrapõem parcialmente ao disposto nas DCN do curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, as quais determinam que as IES devem contemplar em suas estruturas curriculares conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, o que engloba os aspectos legais da profissão contábil, dentre eles, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CFC.

Ainda, destaca-se que a baixa aderência do conteúdo curricular sobre instrumentos financeiros, revela que os cursos não estão abrangendo a maior parte dos itens relacionados ao estudo de instrumentos financeiros dispostos nos pronunciamentos. Isso pode gerar implicações teóricas e práticas, no sentido de não se estudar, no ambiente acadêmico, todo o conteúdo previsto nos pronunciamentos, bem como a possível formação de profissionais com conhecimento técnico destoante das necessidades do mercado relativas a instrumentos financeiros.

A Tabela 13 apresenta a frequência de ocorrência dos itens do instrumento de coleta dos dados que tiveram correspondência com os PPPs e/ou fichas de disciplinas dos cursos. Para cada item do instrumento de coleta dos dados é demonstrado o número de sua ocorrência considerando o total dos cursos analisados. Por exemplo, o item 1 do instrumento obteve 41 ocorrências, significando que esse item está presente em 41 documentos (PPP e/ ou ficha de

disciplina), de um total de 250 cursos analisados, representando 10% do universo total de ocorrências dos itens aderentes (406). O total de 406 ocorrências foi utilizado como parâmetro para cálculo da parcela de contribuição de cada item do instrumento na frequência total de documentos que apresentaram aderência. Os itens não indicados na Tabela 13 não tiveram ocorrência de aderência dos conteúdos dos PPPs e/ou fichas de disciplina.

Tabela 13 – Frequência dos itens aderentes

Itens	Descrição	Frequência				Total	%		
		Contabilidade		Finanças					
		PPP	Ficha	PPP	Ficha				
1	Gestão de riscos financeiros	1	0	27	13	41	10%		
2	Instrumentos Financeiros	27	2	4	2	35	9%		
3	Classificação de Instrumentos Financeiros	1	1	1	1	4	1%		
4	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	3	1	1	1	6	1%		
9	Instrumentos Financeiros Derivativos	41	5	40	8	94	23%		
14	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros	0	2	0	0	2	0%		
16	Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros	2	0	0	0	2	0%		
18	Provisão para Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros	0	2	0	0	2	0%		
19	Contabilidade de operações de proteção patrimonial	0	1	0	0	1	0%		
20	Instrumentos de <i>Hedge</i>	1	1	0	0	2	0%		
21	Contabilidade de <i>Hedge</i> ( <i>Hedge Accounting</i> )?	1	2	1	1	5	1%		
22	Operações de <i>Hedge</i>	23	2	14	2	43	10%		
23	Operações de <i>Hedging</i>	3	0	3	1	7	2%		
25	Contabilização do <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	0	2	0	0	2	0%		
35	Contrato de Swap	4	0	18	5	27	7%		
36	Contrato de Opções	4	1	29	12	46	11%		
37	Opções de venda ( <i>put options</i> )	0	0	0	5	5	1%		
38	Opções de compra ( <i>call options</i> )	0	0	0	5	5	1%		
39	Contrato futuro	5	0	36	13	55	13%		
40	Contrato a termo	1	0	19	5	25	6%		
						406	100%		

Fonte: Elaborado pelo autor

Com isso, pode-se identificar na Tabela 13 que os itens 1, 2, 9, 22, 36 e 39 apresentaram maior frequência de ocorrência nos cursos analisados. Esses resultados informam que os itens de maior frequência não se relacionam diretamente a conteúdos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros derivativos e *hedge*, sugerindo que há deficiência em relação à oferta de conteúdo inerente à contabilização desses instrumentos

financeiros (com base nos documentos que foram analisados). Talvez este conteúdo até seja ministrado em algum momento pelos professores, como consequência do currículo oculto e real, mas formalmente, os resultados sobre o que oficialmente é ministrado nos cursos da amostra de pesquisa demonstram lacunas importantes no ensino de instrumentos financeiros.

No Quadro 9 são elencados os itens que não tiveram ocorrência de aderência dos conteúdos dos PPPs e/ou fichas de disciplina de acordo com os critérios adotados para a realização do estudo.

Quadro 9 – Itens do instrumento sem aderência de conteúdo

Item	Descrição
5	Instrumentos Financeiros Sofisticados?
6	Instrumentos Financeiros Híbridos?
7	Instrumentos Financeiros Embutidos?
8	Instrumentos Financeiros Compostos?
10	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda?
11	Instrumentos Financeiros Mantidos para Negociação?
12	Instrumentos Financeiros Mantidos até o Vencimento?
13	Instrumentos Financeiros e Ajustes de Avaliação Patrimonial?
15	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros Derivativos?
17	Mensuração de Perda de Crédito de Instrumentos Financeiros?
24	Objeto de <i>Hedge</i> ?
26	Contabilização do <i>Hedge</i> de Valor Justo?
27	Contabilização do <i>Hedge</i> de Investimento no Exterior?
28	<i>Hedge</i> de Investimento Líquido?
29	Avaliação da Efetividade do <i>Hedge</i> ?
30	Métodos de Avaliação dos Requisitos de Efetividade de <i>Hedge</i> ?
31	Mensuração de Inefetividade de <i>Hedge</i> ?
32	Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?
33	Passivo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?
34	Ganho ou Perda em Ativo ou Passivo Financeiro Mensurado a Valor Justo?

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, os PPPs e fichas de disciplina analisados não contemplaram os 20 itens relacionados no Quadro 9, evidenciando que há lacunas quanto a itens presentes nos pronunciamentos que podem ser abordados nas disciplinas que tratam de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. Nesse ponto, a presente pesquisa avança na direção de apresentar itens que podem ser incluídos na elaboração/revisão dos projetos pedagógicos pelas IES e que estão alinhados com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros.

Destaca-se a não ocorrência dos itens 24 e 26 a 31 no conteúdo curricular dos cursos analisados, todos relacionados a *hedge*, uma vez que a identificação e o cálculo do instrumento de *hedge* e da sua efetividade são relevantes para as empresas no processo de gestão de seus riscos financeiros. Porém, uma má gestão do *hedge accounting* nas empresas pode gerar consideráveis perdas financeiras, sendo que o uso desequilibrado do *hedge* provoca aumento

da exposição ao risco. Com isso, é pertinente constar do projeto pedagógico dos cursos de graduação a oferta de conteúdos relativos ao *hedge*.

Os resultados dispostos na Tabela 13 e Quadro 9, em termos práticos, permitem vislumbrar um possível reflexo na formação de profissionais da área de contabilidade, que podem apresentar dificuldades e/ou necessitar de treinamentos adicionais para a elaboração de demonstrações contábeis de empresas que utilizam instrumentos financeiros derivativos, sob o aspecto da evidenciação dos instrumentos financeiros, e que não estejam alinhadas com as normas internacionais. Como é o caso dos EUA, onde Bierstaker, Kopp e Lombardi (2016) evidenciaram que os gestores pesquisados necessitavam de treinamentos sobre o reconhecimento da receita com base na IAS 18 (Receita), com a diferença de que no Brasil a convergência iniciou a mais de uma década e nos EUA, ao tempo da realização dessa pesquisa, o FASB e IASB ainda trabalham para a convergência global das normas contábeis.

Esse efeito também possui desdobramentos em relação ao alinhamento dos relatórios publicados pelas empresas brasileiras e as exigências das normas internacionais de contabilidade, uma vez que os pronunciamentos contábeis que tratam de instrumentos financeiros têm origem nas normas internacionais de contabilidade. Desdobramento este que gera custos significativos de adoção e observância das normas internacionais para as empresas, conforme resultados encontrados por Powsey (2017), em que a necessidade contínua de treinamento dos funcionários é um dos gastos apontados pela pesquisa.

Nesse sentido, Maradona e Chand (2017) identificaram que o problema de treinamento e educação das normas internacionais constitui um dos impedimentos para os programas de convergência das IFRS na Indonésia, além da complexidade percebida de certas normas contábeis e da interpretação e julgamento dessas normas. Ressaltam que apesar da implementação do ensino das IFRS nos programas educacionais, deve-se considerar que a introdução de novos conceitos contábeis no currículo leva tempo, pois depende de adequações suficientes. A introdução formal dos conteúdos sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* nos projetos pedagógicos dos cursos e os seus reflexos na formação dos discentes podem auxiliar no processo de adoção das normas internacionais relativas ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros no Brasil, com possível mitigação dos custos da adoção e contínua observância das normas internacionais pelas empresas.

Os possíveis impactos na formação dos profissionais quanto ao conhecimento das normas internacionais (inclui-se, portanto, o tratamento contábil dos instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*) foram percebidos e demonstrados na pesquisa realizada por Al-Mutairi, Naser e Al-Duwaila (2017), cujos resultados podem ser relacionados com a presente pesquisa.

Com o estudo identificaram que a percepção dos alunos das escolas de negócios do Kuwait é no sentido de que os cursos de contabilidade devem ensinar mais sobre as IFRS, pois entendem que esse estudo os auxiliariam no domínio da mensuração e evidenciação contábil e, para preencherem essa lacuna, buscam outras fontes de estudo como palestras e internet.

Em adição, Mapurunga et al (2011) e Malaquias e Lemes (2013) analisaram o nível de *disclosure* dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras conforme os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 14 e das normas internacionais de contabilidade, respectivamente. Mapurunga et al (2011) verificaram que nenhuma empresa da amostra apresentou todos os itens de evidenciação, bem como apenas 11 dos 30 itens considerados foram divulgados por mais de 50% das companhias. Para o mercado de capitais brasileiro, Malaquias e Lemes (2013) verificaram o nível de aderência das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DPF) e encontraram um nível médio de aderência de 37,95% das empresas pesquisadas.

Os estudos de Mapurunga et al (2011) e Malaquias e Lemes (2013) convergem com a presente pesquisa quando percebidas do ponto de vista que as evidenciações de instrumentos financeiros, pelas empresas, são desdobramentos do processo de formação de discentes para atuação no mercado como profissionais contábeis. Com isso, a qualidade da evidenciação de instrumentos financeiros pode estar adstrita à oferta e consequente estudo do conteúdo de instrumentos financeiros adquirido nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Ambrozini (2014) também investigou o grau de observância das orientações de evidenciação do CPC 40 pelas companhias abertas brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Dentre os resultados encontrados, identificou que as evidenciações relativas à *hedge accounting* foram apresentadas por pouco mais do que a metade das empresas analisadas, enfatizando que essa constatação merece atenção pelo fato de a contabilidade de *hedge* exigir uma série de documentos para as empresas utilizarem-na. Tanto que a comprovação da natureza do *hedge* junto ao fisco passa por questões contábeis como tratamento contábil adequado (STICCA; NAKAO, 2013).

Os resultados dessa pesquisa guardam relação com os achados de Ambronizi (2014) quanto ao nível de evidenciação das operações de *hedge* ao passo que foi constatado, nos documentos analisados, que a aderência do conteúdo ofertado sobre *hedge* é baixa. A deficiência na oferta do conteúdo sobre *hedge* pelos cursos de graduação em contabilidade pode refletir na capacidade técnica dos profissionais na elaboração das demonstrações em que se deve evidenciar a descrição de seus valores e a natureza dos riscos que são objeto de *hedge*.

Nesse contexto de evidenciação dos instrumentos financeiros pelas empresas, a presente pesquisa amplia esse estudo no sentido de apresentar o nível de aderência da oferta de conteúdo de instrumentos financeiros nas IES estudadas, pois a qualidade da divulgação de instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis das empresas pode ser afetada pela abordagem desse conteúdo nos cursos de contabilidade brasileiros sob o ponto de vista da preparação dos discentes.

Assim, com a baixa aderência do conteúdo curricular dos cursos aos pronunciamentos, sugere que a convergência às normas internacionais nas IES deve ser melhor assimilada pelos seus dirigentes. Os resultados da pesquisa evidenciam pontos relevantes para que os gestores de IES os considerem durante o processo de revisão de seus PPPs e fichas de disciplina que possuem conteúdo relacionado a instrumentos financeiros.

Enfim, a presente pesquisa contribui em evidenciar que o acesso ao conteúdo sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* por parte dos discentes, no ambiente acadêmico, ainda parece ser incipiente (com base nos critérios de análise adotados para o desenvolvimento empírico do estudo). Dando prosseguimento nas análises, as médias da aderência do conteúdo por área são exibidas na Tabela 14.

Tabela 14 - Médias da Aderência por Área

<b>Blocos</b>	<b>Médias do índice de aderência por área</b>	<b>Média</b>	
		<b>Contabilidade</b>	<b>Finanças</b>
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	6,7%	9,3%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	1,1%	0,2%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	12,8%	37,6%
Bloco 4	Operações e contabilidade de <i>hedge</i>	4,1%	2,3%
Bloco 5	Todos os itens (questões)	5,1%	9,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Tabela 14, em se tratando de todos os itens (questões), em média, as disciplinas de finanças apresentaram maior aderência do que as de contabilidade. Dentro da área de contabilidade, o conteúdo referente a instrumentos financeiros derivativos teve o maior nível de aderência, indicando que a maior aderência da área de contabilidade está ligada ao bloco 3, que não são conteúdos que abordam diretamente os aspectos contábeis dos instrumentos financeiros. Ainda, o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) foi o que apresentou menor aderência (1,1%), dentro da área de contabilidade.

Na área de finanças, assim como na de contabilidade, o bloco 3 (instrumentos financeiros derivativos) resultou em uma maior aderência (37,6%) e o bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros) ficando com o menor nível. A menor aderência quanto ao bloco 3 para as disciplinas da área de finanças condiz com o objeto de estudo nestas disciplinas, tendo em vista que, em regra, são disciplinas que não abordam a contabilização de instrumentos financeiros, ao contrário das disciplinas da área de contabilidade que deveriam ofertar conteúdo de contabilização desses instrumentos. A Tabela 15, expõe as médias de aderência do conteúdo por tipo de documento (PPP e ficha de disciplina).

Tabela 15 - Médias da Aderência por Tipo de Documento

Médias do índice de aderência por tipo de documento			Média	
Blocos	Descrição		PPP	Ficha
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies		4,1%	7,8%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros		0,2%	1,3%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos		13,1%	24,1%
Bloco 4	Operações e contabilidade de <i>hedge</i>		1,6%	2,6%
Bloco 5	Todos os itens (questões)		3,6%	6,9%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em todos os blocos, o conteúdo analisado pelas fichas de disciplinas é mais aderente do que o conteúdo indicado nos projetos pedagógicos, demonstrando que a verificação da aderência por meio das fichas de disciplina assegura maior abrangência quanto à identificação do conteúdo sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. No entanto, como se pode observar na Tabela 15, a diferença da aderência entre os tipos de documentos, em termos percentuais, é de 3,3%, não podendo afirmar que os resultados apresentados nesta pesquisa seriam prejudicados pelo fato de análise da aderência ter sido realizada tendo como base asementas constantes dos projetos pedagógicos. Na Tabela 16, são apresentadas as médias da aderência por região geográfica.

Tabela 16 - Médias da Aderência por Região Geográfica

Médias do índice de aderência por região geográfica			Média				
Bloco	Descrição		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies		5,3%	5,0%	5,1%	4,2%	4,2%
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros		1,2%	0,5%	0,5%	0,3%	0,0%
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos		15,8%	19,9%	13,8%	13,0%	12,7%
Bloco 4	Operações e contabilidade de <i>hedge</i>		0,8%	2,4%	1,6%	1,5%	2,0%

Bloco 5 Todos os itens (questões)	4,3%	5,3%	4,0%	3,6%	3,6%
Fonte: Elaborado pelo autor					

Levando-se em consideração todos os itens (questões) do instrumento de coleta de dados (bloco 5), as regiões mais aderentes foram a Nordeste e Norte. A região Norte foi a que mostrou maior aderência em relação aos blocos 1 e 2, a região Nordeste relativos aos blocos 3 e 4. Com estes resultados, verifica-se que a região Norte é mais aderente aos conteúdos sobre riscos, instrumentos financeiros e contabilização desses instrumentos. Já a região Nordeste apresentou maior aderência aos conteúdos de derivativos e operações de *hedge*.

Os resultados encontrados estão em consonância com o estudo de Alves et al (2017) no qual concluíram que as IES da região Nordeste apresentaram aderência do conteúdo aos CPCs maior do que a média nacional. Também, os seus achados evidenciam que as IES da região Centro-Oeste obtiveram menor aderência.

Além disso, com base em análise conjunta das Tabelas 3 e 16, é possível verificar que as regiões Centro-Oeste e Sudeste que apresentaram os menores CMEC, obtiveram os menores índices de aderência de conteúdo. Já a região Nordeste, com a segunda maior média no CMEC, teve o maior grau de aderência entre todas as regiões. Estes resultados descritivos sugerem uma relação entre o grau de aderência e as regiões analisadas. Por fim, a Tabela 17 mostra as médias da aderência do conteúdo por organização acadêmica.

Tabela 17 - Médias da Aderência por Organização Acadêmica

Médias do índice de aderência por organização acadêmica			Média		
Bloco	Descrição	Universidade	Centro Universitário	Faculdade	
Bloco 1	Riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies	5,1%	4,9%	3,9%	
Bloco 2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	0,4%	0,5%	0,3%	
Bloco 3	Instrumentos financeiros derivativos	16,9%	9,4%	13,4%	
Bloco 4	Operações e contabilidade de <i>hedge</i>	2,4%	1,9%	1,0%	
Bloco 5	Todos os itens (questões)	4,8%	3,3%	3,5%	

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, na Tabela 17, que as universidades apresentaram maior aderência de conteúdo aos padrões do CPC sobre instrumentos financeiros. Já a aderência relacionada ao bloco 2 (reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros), foi maior por parte dos centros universitários. As organizações que mostraram menor aderência foram as

faculdades. Pela análise descritiva pode-se perceber que as universidades possuem maior aderência do conteúdo e, também, maior CMEC, conforme explicitado na Tabela 2.

Esses resultados, quanto ao nível de aderência das faculdades, estão alinhados com os achados de Alves et al (2017), os quais demonstram que as faculdades apresentaram menor índice médio de aderência de seus conteúdos aos pronunciamentos técnicos do CPC. Já Frosi, Ott e Grando (2013), em relação ao alinhamento dos currículos das IES da região Sul do país ao currículo do CFC, constataram que as faculdades apresentaram maior média de aderência, seguidas dos centros universitários e universidades, tendo as seguintes médias: 79,87%, 78,79% e 74,32%, respectivamente.

O quadro 10 compara os resultados dos estudos anteriores com os principais resultados da presente pesquisa em relação aos níveis de aderência.

Quadro 10: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa

<b>Autores</b>	<b>Resultados</b>	<b>Resultados desta pesquisa</b>
Alves et al (2017)	Observaram que os CPCs 39 e 40, que tratam de instrumentos financeiros, respectivamente, foram mencionados em 8,6% e 10,5% das IES pesquisadas.	No geral os cursos obtiveram baixa aderência, em média, 4,1%, aos padrões contábeis definidos pelo CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e hedge.
	As IES da região Nordeste apresentaram maior aderência do que a média nacional.	A região Nordeste apresentou maior aderência relativa aos blocos 3 e 4.
Ost e Vendruscolo (2014)	Das dez universidades do Rio Grande do Sul pesquisadas, duas (20%) ofereciam disciplinas ligadas ao mercado de opções.	O nível de aderência do bloco 3 referente aos tópicos referentes a contratos futuros, a termo, de opções e <i>swap</i> foi baixo, representando 14,6%.

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **4.4 Teste do isomorfismo para o nível de aderência dos cursos**

Nesta seção são apresentados os resultados referentes aos testes de igualdade de aderência dos cursos. Os testes foram realizados excluindo os cursos não aderentes, dessa forma foram desconsiderados aqueles que apresentaram índice de aderência “0” (zero).

Para verificação do teste a ser aplicado para a constatação do isomorfismo, foi realizado o teste de normalidade da variável do nível de aderência dos cursos. Para tanto, aplicou-se o teste de Shapiro-Wilk, em que as hipóteses são as seguintes:

H0: os resíduos seguem distribuição normal;

H1: os resíduos não seguem distribuição normal.

A Tabela 18 demonstra os resultados do teste de normalidade para os índices de aderência por bloco.

Tabela 18 – Teste de normalidade da variável de aderência por bloco

Variáveis	Observações	W	V	Z	Prob>z
ADC Bloco 1	140	0.92268	8.482	4.829	0.00000
ADC Bloco 2	140	0.74283	28.209	7.544	0.00000
ADC Bloco 3	140	0.94329	6.220	4.129	0.00002
ADC Bloco 4	140	0.88726	12.366	5.681	0.00000
ADC Bloco 5	140	0.94033	6.545	4.244	0.00001

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base na Tabela 18, as variáveis referentes ao nível de aderência não apresentam distribuição normal, tendo em vista que, ao nível de significância de 5%, a H0 foi rejeitada. Pelo fato de as variáveis não apresentarem distribuição normal, utilizou-se, nesta pesquisa, teste de hipótese não paramétrico.

Com vistas a testar o isomorfismo entre os cursos aderentes, realizou-se o teste não paramétrico Kruskal-Wallis (KW), utilizado para comparar a igualdade da mediana de três ou mais populações. As hipóteses do teste são as seguintes:

H0: todas as populações possuem medianas iguais;

H1: ao menos duas das populações possuem medianas diferentes.

A Tabela 19 evidencia o resultado do teste de igualdade das medianas da variável de aderência entre as categorias administrativas das IES que oferecem o conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

Tabela 19 – Teste de KW por categoria administrativa

Variável CAD/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank
1	Pública Federal	30	2321.00
2	Pública Estadual	11	805.00
3	Pública Municipal	1	103.50
4	Privada com fins lucrativos	29	1902.00
5	Privada sem fins lucrativos	62	4510.50
6	Especial	7	228.00

Qui-quadrado = 8.308 com 5 g.l.

Probabilidade = 0.1401

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a Tabela 19, em relação à aderência do conteúdo (bloco 5), o qual considera a média com todos os itens sem separação por tópico de estudo, ao nível de significância de 5%, as IES não apresentam diferenças de aderência, uma vez que o resultado do teste de hipótese foi de 0,1401, localizando-se na região de não rejeição da H0. Com isso, em termos

estatísticos, o fato de a instituição de ensino ser pública ou privada não difere quanto ao grau de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros.

Esses resultados evidenciados na Tabela 19 são condizentes com os resultados encontrados por Alves et al (2017), que testaram a diferença entre as médias de aderência das IES públicas (37,9%) e privadas (37,2%) em relação aos CPCs, pelo método Wilcoxon/Mann-Whitney, e verificaram que a diferença das médias entre as IES não possui significância estatística. A Tabela 20 demonstra o resultado do teste de KW por organização acadêmica.

Tabela 20 – Teste de KW por organização acadêmica

Variável ORG/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank
1	Universidade	74	5516.50
2	Centro Universitário	16	995.00
3	Faculdade	50	3358.50

Qui-quadrado = 1.746 com 2 g.l.  
 Probabilidade = 0.4177

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a Tabela 20, a estatística do teste mostra que o nível de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros (bloco 5) não difere entre as IES classificadas por organização acadêmica. A probabilidade do teste indicou um resultado de 0,4177, portanto, na região de não rejeição da H0, informando que, ao nível de significância de 5%, as universidades, centros universitários e faculdades não apresentaram diferenças quanto ao grau de aderência do conteúdo curricular dos cursos. Esses resultados também se encontram alinhados com os resultados observados por Alves et al (2017), que não encontraram diferenças significativas das as médias de aderência das universidades, centro universitários e faculdades em relação aos CPCs. Na Tabela 21 pode-se verificar o resultado do teste para as IES divididas por regiões.

Tabela 21 – Teste de KW por região geográfica

Variável REG/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank
1	Norte	12	782.50
2	Nordeste	33	2621.50
3	Centro-Oeste	15	1142.00
4	Sudeste	42	2975.50
5	Sul	38	2348.50

Qui-quadrado = 3.847 com 4 g.l.  
 Probabilidade = 0.4271

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda na Tabela 21, verifica-se que ao nível de significância de 5%, sendo o resultado do teste 0,4271, área de não rejeição da H0, as IES de diferentes regiões do Brasil não apresentaram diferenças quanto ao nível de aderência do conteúdo curricular de instrumentos financeiros. Esses achados corroboram em parte com os resultados encontrados por Alves et al (2017) visto que encontraram diferença das médias de aderência das IES em relação aos CPCs entre as regiões Nordeste/Centro-Oeste e Sudeste/Centro-Oeste.

Realizou-se, também, o teste de igualdade das medianas da aderência relacionada ao CMEC, nota dada pelo MEC, sendo que os cursos recebem uma nota de avaliação entre 1 e 5. Para evitar vieses nos resultados, realizou-se os seguintes procedimentos: a) exclusão dos cursos que não possuíam nota, totalizando 6 observações; b) apenas 3 cursos apresentaram nota 5, com isso, para que os grupos referentes ao CMEC não ficassem com o número menor que 5 observações, dividiu-se os cursos em dois grupos, um com os cursos com nota até 3 e o outro com nota 4 e 5. Assim, realizou-se o teste de Wilcoxon-Mann-Whitney para testar a igualdade das medianas dentre os dois grupos, cujas hipóteses são:

H0: as duas populações possuem medianas iguais;

H1: as duas populações possuem medianas diferentes.

A Tabela 22 apresenta os resultados do teste de igualdade das medianas da aderência dos grupos em relação ao CMEC.

Tabela 22 – Teste de Wilcoxon-Mann-Whitney por CMEC

Variável CPC/ ADC (Bloco 5)	Descrição	Observações	Rank	Esperado
1	Grupo dos cursos com notas até 3	92	5939.5	6210
2	Grupo dos cursos com notas 4 e 5	42	3105.5	2835
$Z = -1,332$				
$\text{Prob} >  z  = 0.1829$				

Fonte: Elaborado pelo autor

Nos termos da Tabela 22, ao nível de significância de 5%, a hipótese H0 não deve ser rejeitada. Em outras palavras, os dois grupos provêm de populações com medianas iguais. Dessa forma, as IES analisadas não apresentam diferenças estatísticas quanto ao CMEC que são características inerentes à qualidade dos cursos indicada pelo MEC. IES com conceitos até e acima de 3, em relação ao nível de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros demonstraram-se isomórficas.

Além da verificação de características isomórficas dos cursos em relação ao nível de aderência considerando todas as questões do instrumento de coleta de dados (bloco 5), ou seja, sem a distinção das questões por similaridade de conteúdo quanto ao objeto de estudo, foram

realizados testes de igualdade das medianas separadamente por bloco. A Tabela 23 resume a estatística do teste, mostrando os resultados de significância estatística por bloco referentes à igualdade da mediana entre as categorias administrativas das IES.

Tabela 23 – Teste de KW por categoria administrativa e bloco

Estatística do teste	Variável CAD/ ADC (Bloco 1)	Variável CAD/ ADC (Bloco 2)	Variável CAD/ ADC (Bloco 3)	Variável CAD/ ADC (Bloco 4)
Qui-quadrado	7.458 com 5 g.l.	3.129 com 5 g.l.	5.147 com 5 g.l.	3.294 com 5 g.l.
Probabilidade	0.1887	0.6801	0.3983	0.6548

Fonte: Elaborado pelo autor

Pela análise da Tabela 23, pode-se observar que, ao nível de significância de 5%, todos os resultados do teste por bloco, localizam-se na região de não rejeição da H0. Nesse sentido, comparando as IES por categoria administrativa e por bloco de oferta do conteúdo curricular, não há diferença entre os cursos observados em relação ao grau de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. Todos os blocos apresentaram igualdade da mediana entre as IES agrupadas por categoria administrativa. A Tabela 24 demonstra o resultado do teste de KW para os blocos em relação à organização acadêmica das IES.

Tabela 24 – Teste de KW por organização acadêmica e bloco

Estatística do teste	Variável ORG/ ADC (Bloco 1)	Variável ORG/ ADC (Bloco 2)	Variável ORG/ ADC (Bloco 3)	Variável ORG/ ADC (Bloco 4)
Qui-quadrado	0.424 com 2 g.l.	0.270 com 2 g.l.	2.691 com 2 g.l.	3.592 com 2 g.l.
Probabilidade	0.8090	0.8736	0.2605	0.1659

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que, também, o resultado do teste de hipótese exposto na Tabela 24, pela probabilidade do teste, não há a rejeição da H0 para todos os blocos relacionados à organização acadêmica das IES. Significa que as IES, classificadas por organização acadêmica (universidade, centro universitário e faculdade), considerando-se o nível de aderência por bloco, não possuem diferença relativa ao grau de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge* ofertado. A Tabela 25 demonstra o resultado do teste de KW para os blocos em relação à organização acadêmica das IES.

Tabela 25 – Teste de KW por região acadêmica e bloco

Estatística do teste	Variável REG/ ADC (Bloco 1)	Variável REG/ ADC (Bloco 2)	Variável REG/ ADC (Bloco 3)	Variável REG/ ADC (Bloco 4)
Qui-quadrado	1.219 com 4 g.l.	1.120 com 4 g.l.	3.353 com 4 g.l.	2.130 com 4 g.l.
Probabilidade	0.8750	0.8911	0.5006	0.7118

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda, no que concerne ao teste de igualdade de medianas entre os blocos de aderência, com base na Tabela 25, pode-se verificar que todos os blocos (de 1 a 4) não apresentaram diferenças em relação à região geográfica da IES que oferta o conteúdo de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*. Tal inferência se dá por conta de o resultado do teste indicar probabilidade acima do nível de significância de 5% e, portanto, localizando-se na área de não rejeição da H0. O resultado indica que o grau de aderência do conteúdo curricular dos cursos não difere por região em que está localizada a IES.

Para checagem do isomorfismo, também foi realizado um teste de homogeneidade de variância do nível de aderência dos cursos por organização acadêmica e região geográfica das IES. Para tanto, como os dados não seguem distribuição normal, foi aplicado o teste de Levene centrado na mediana, que é insensível a desvios de normalidade. As hipóteses do teste são:

H0: as variâncias são homogêneas

H1: as variâncias não são homogêneas

Na Tabela 26 é apresentado o resultado do teste de homogeneidade das variâncias do nível de aderência por organização acadêmica.

Tabela 26 – Teste de Levene por organização acadêmica

ORG	Média	Desvio Padrão	Frequência
Universidade	0,077	0,049	74
Centro Universitário	0,059	0,032	16
Faculdade	0,069	0,045	50
<b>Total</b>	<b>0,072</b>	<b>0,046</b>	<b>140</b>
W50 = 2.6066230, g.l. (2, 163), Pr > F = 0.07744003			

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode-se observar na Tabela 26 que, ao nível de significância de 5%, as universidades, centro universitários e faculdades, em relação ao grau de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros, apresentam variâncias homogêneas, em função do resultado do teste informar a probabilidade de 0,0774. Equivale dizer que, estatisticamente, o nível de aderência dos cursos não difere quanto à organização acadêmica da IES, seja universidade, centro universitário ou faculdade, o nível de aderência do conteúdo ofertado por seus cursos é homogêneo entre si. Por fim, a Tabela 27 evidencia o teste de homogeneidade de variâncias da aderência por região geográfica.

Tabela 27 – Teste de Levene por região geográfica

<b>REG</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Frequência</b>
Norte	0,068	0,051	12
Nordeste	0,081	0,046	33
Centro-Oeste	0,075	0,038	15
Sudeste	0,075	0,053	42
Sul	0,061	0,039	38
<b>Total</b>	<b>0,072</b>	<b>0,046</b>	<b>140</b>

W50 = 1.0008125, g.l. (4, 161), Pr > F = 0,40952426

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao nível de significância de 5% (probabilidade 0,4095), quanto à aderência do conteúdo ofertado pelas IES, as regiões nas quais estas estão localizadas, apresentaram homogeneidade de variância. Isso significa que, estatisticamente, as IES de diferentes regiões brasileiras não apresentam diferenças no que tange ao grau de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros.

Os resultados apresentados nessa pesquisa, em relação à identificação da existência de isomorfismo entre os cursos que apresentaram algum grau de aderência, levam a não rejeição da Hipótese 2 desse estudo. Evidencia-se com o presente estudo que as universidades, centro universitários e faculdades observadas (com base nos critérios empíricos utilizados), de todas as regiões brasileiras, possuem similaridades concernentes à baixa aderência do conteúdo sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*.

Brandau et al (2013) inferem que o isomorfismo normativo no Brasil ocorre sob a forma de um alinhamento da academia (pós-graduação) em relação aos padrões internacionais de contabilidade. Em que, segundo os autores, os programas de MBA no Brasil estão ganhando importância na educação de negócios em nível de pós-graduação. A presente pesquisa, comparada ao estudo de Brandau (2013), avança no sentido de evidenciar que, em nível de graduação, os cursos de Ciências Contábeis da amostra apresentaram baixo nível de aderência aos pronunciamentos que tratam dos instrumentos financeiros (cuja origem são os padrões internacionais de contabilidade) e demonstraram aparente isomorfismo mimético em relação ao nível de aderência, conforme os resultados mostrados nessa seção.

O paralelo que se pode estabelecer da presente pesquisa, com o estudo de Brandau et al (2013), reside no fato de os autores sugerirem a existência de isomorfismo normativo no Brasil quanto à formação de profissionais contábeis por cursos de pós-graduação (MBA) que estão alinhados com as normas internacionais de contabilidade, o que poderia resultar na presença de profissionais no mercado com características similares. A presente pesquisa, por sua vez, sugere a existência de isomorfismo mimético entre os cursos de graduação em Ciências Contábeis,

porém similaridade esta que demonstra um mimetismo com baixa aderência do conteúdo dos cursos aos pronunciamentos que tratam de instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*, que são originados das normas internacionais de contabilidade.

O quadro 11 compara os resultados dos estudos anteriores com os principais resultados da presente pesquisa em relação aos testes de isomorfismo.

Quadro 11: Comparação dos resultados anteriores com os resultados da presente pesquisa

<b>Autores</b>	<b>Resultados</b>	<b>Resultados desta pesquisa</b>
Alves et al (2017)	Testaram a diferença entre as médias de aderência das IES públicas (37,9%) e privadas (37,2%) em relação aos CPCs e verificaram que a diferença das médias entre as IES não possui significância estatística.	Não há diferença estatística do nível de aderência entre as IES classificadas por categoria administrativa.
	Não encontraram diferenças significativas das médias de aderência das universidades, centro universitários e faculdades em relação aos CPCs.	As instituições não apresentaram diferença estatística do índice de aderência quando classificadas por organização acadêmica.
Ost e Vendruscolo (2014)	Das dez universidades do Rio Grande do Sul pesquisadas, duas (20%) ofereciam disciplinas ligadas ao mercado de opções.	O nível de aderência do bloco 3 referente aos tópicos referentes a contratos futuros, a termo, de opções e <i>swap</i> foi baixo, representando 14,6%.

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.5 Análise de possíveis determinantes do nível de aderência

A Tabela 28 apresenta os resultados das regressões a partir dos modelos propostos. Visualiza-se que no modelo 1 a amostra é composta por 250 cursos, compreendendo todos os cursos analisados no estudo. No modelo 2, a amostra é composta por 234 observações, em que se considerou apenas os cursos que possuem conceito de qualidade do MEC. Já no modelo 3, há 135 observações, as quais se referem aos cursos que apresentaram algum nível de aderência.

Tabela 28 – Resultados das regressões a partir dos modelos propostos

<b>Variáveis</b>	<b>Modelo 1</b> ADC Bloco 5		<b>Modelo 2</b> ADC Bloco 5		<b>Modelo 3</b> ADC Bloco 5	
	<b>Coef.</b>	<b>IC 95%</b>	<b>Coef.</b>	<b>IC 95%</b>	<b>Coef.</b>	<b>IC 95%</b>
Federal	-0,013	-0,035 0,007	-0,011	-0,033 0,010	0,000	-0,023 0,024
Univers.	0,013*	-0,001 0,029	0,018**	0,002 0,035	0,013*	-0,002 0,030
CHM	0,000	-0,025 0,027	0,006	-0,020 0,033	0,014	-0,017 0,047
IDC	0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000
ENA	0,002	-0,005 0,010	-0,006	-0,016 0,003	-0,008	-0,020 0,003
IDHE	-0,068	-0,177 0,041	-0,078	-0,179 0,022	0,002	-0,111 0,115
APLAN	-0,000	-0,002 0,001	0,000	-0,001 0,002	0,000	-0,001 0,002
PPP	-0,031**	-0,052 -0,009	-0,028**	-0,049 -0,006	-0,015	-0,037 0,006
CMEC			0,012*	-0,001 0,026	0,013	-0,004 0,030
CONT					-0,033***	-0,048 -0,018
<b>N</b>	<b>250</b>		<b>234</b>		<b>135</b>	

R <sup>2</sup> ajustado	0,0818	0,1015	0,2301
-------------------------	--------	--------	--------

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.

\*, \*\*, \*\*\* =  $p < 0,1$ ,  $p < 0,05$ ,  $p < 0,01$ , respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados expostos na Tabela 28 evidenciam que no modelo 1, ao nível de 5% de significância, o nível de aderência (bloco 5 – todas as questões) calculado com base nos projetos pedagógicos foi menor do que a aderência observada com base nas fichas de disciplina. No modelo 2, as variáveis que apresentaram significância estatística ao nível de 5% foram a Univers. e PPP, demonstrando que dentre os cursos que tiveram CMEC, o nível de aderência das universidades foi maior do que as demais, em média, 0,018 e que os projetos pedagógicos apresentaram, em média, menor nível aderência do que as fichas de disciplina em 0,028. Já no modelo 3, pode-se verificar que o nível de aderência das disciplinas de contabilidade foi menor 0,033 do que o nível das disciplinas de finanças ou afins.

Em linhas gerais, com base nos critérios de análise utilizados nesta pesquisa, nota-se que a carga horária do curso, a idade do curso, as notas do ENADE e CMEC não explicam o nível de aderência dos cursos aos pronunciamentos sobre instrumentos financeiros. E, ainda, que o IDH Educação e a área plantada de culturas temporárias e permanentes dos estados não guardam relação estatisticamente significativa com o índice de aderência dos cursos.

Esses resultados indicam, especialmente para o modelo que envolve todos os cursos (modelo 1), boa aderência da teoria institucional sobre o isomorfismo, pela ausência (ou pouca ocorrência) de betas significativos a 5% em relação às características dos cursos. Assim, corroborando com os resultados já apresentados nas seções anteriores a respeito da identificação do isomorfismo entre os cursos no que tange ao nível de aderência do conteúdo de instrumentos financeiros ofertado pelas IES analisadas neste estudo. A Tabela 29 mostra os resultados das regressões a partir dos modelos propostos cujo bloco 1 é a variável dependente.

Tabela 29 – Resultados das regressões com a variável Bloco 1 como dependente

Variáveis	Modelo 1 ADC Bloco 1			Modelo 2 ADC Bloco 1			Modelo 3 ADC Bloco 1		
	Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%	
Federal	-0,010	-0,045	0,025	-0,006	-0,042	0,030	0,018	-0,032	0,070
Univers.	0,006	-0,018	0,031	0,011	-0,015	0,039	-0,001	-0,039	0,035
CHM	0,023	-0,018	0,065	0,030	-0,012	0,074	0,054*	-0,003	0,113
IDC	0,0000*	-0,000	0,001	0,000	-0,000	0,001	0,000	-0,000	0,001
ENA	0,002	-0,009	0,013	-0,004	-0,021	0,011	-0,008	-0,034	0,018
IDHE	0,044	-0,111	0,201	0,038	-0,123	0,201	0,189*	-0,028	0,408
APLAN	-0,001	-0,004	0,001	-0,000	-0,003	0,002	-0,000	-0,005	0,004
PPP	-0,036**	-0,073	-0,000	-0,037*	-0,075	0,000	-0,027	-0,075	0,019
CMEC				0,006	-0,012	0,026	0,004	-0,027	0,036
CONT							-0,018	-0,050	0,013
N	<b>250</b>			<b>234</b>			<b>135</b>		
R <sup>2</sup> ajustado	<b>0,0541</b>			<b>0,0584</b>			<b>0,0943</b>		

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.

\*, \*\*, \*\*\* = p < 0,1, p < 0,05, p < 0,01, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados, conforme a Tabela 29, mostram que no modelo 1, ao nível de 5% de significância, o nível de aderência (bloco 1 - riscos, Instrumentos financeiros e suas espécies) calculado com base nos projetos pedagógicos foi menor em 0,036 do que a aderência observada com base nas fichas de disciplina. Já os modelos 2 e 3 não apresentaram relação entre as variáveis com significância estatística ao nível de 5%. A Tabela 30 demonstra os resultados das regressões a partir dos modelos propostos cujo bloco 2 é a variável dependente.

Tabela 30 – Resultados das regressões com a variável Bloco 2 como dependente

Variáveis	Modelo 1 ADC Bloco 2			Modelo 2 ADC Bloco 2			Modelo 3 ADC Bloco 2		
	Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%	
Federal	-0,000	-0,007	0,005	-0,001	-0,008	0,004	0,001	-0,009	0,012
Univers.	-0,001	-0,008	0,004	-0,002	-0,009	0,003	-0,005	-0,016	0,006
CHM	0,003	-0,009	0,016	0,003	-0,009	0,016	0,004	-0,017	0,026
IDC	0,000	-0,000	0,000	0,000	-0,000	0,000	0,000	-0,000	0,000
ENA	0,001	-0,001	0,004	0,001	-0,002	0,005	0,001	-0,005	0,007
IDHE	0,000	-0,064	0,064	0,004	-0,065	0,075	0,007	-0,100	0,116
APLAN	-0,000	-0,000	0,000	-0,000	-0,001	0,000	-0,000	-0,001	0,000
PPP	-0,010*	-0,020	0,000	-0,008	-0,018	0,002	-0,010	-0,025	0,004
CMEC				-0,000	-0,003	0,003	0,001	-0,005	0,008
CONT							0,010**	0,000	0,020
N	<b>250</b>			<b>234</b>			<b>135</b>		
R <sup>2</sup> ajustado	<b>0,0560</b>			<b>0,0518</b>			<b>0,1085</b>		

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

*Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.*

\*; \*\*, \*\*\* =  $p < 0,1$ ,  $p < 0,05$ ,  $p < 0,01$ , respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo os resultados da Tabela 30, os modelos 1 e 2, não apresentaram relação entre as variáveis com significância estatística ao nível de 5%. No modelo 3, ao nível de 5% de significância, as disciplinas de contabilidade apresentaram maior aderência (bloco 2 - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros), em média 0,010, do que as disciplinas de finanças ou afins. A Tabela 31 demonstra os resultados das regressões a partir dos modelos propostos cujo bloco 3 é a variável dependente.

Tabela 31 – Resultados das regressões com a variável Bloco 3 como dependente

Variáveis	Modelo 1 ADC Bloco 3			Modelo 2 ADC Bloco 3			Modelo 3 ADC Bloco 3		
	Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%		Coef.	IC 95%	
Federal	-0,042	-0,131	0,045	-0,027	-0,119	0,064	0,001	-0,103	0,107
Univers.	0,044	-0,018	0,107	0,065*	-0,001	0,132	0,048	-0,022	0,119
CHM	-0,010	-0,123	0,103	0,007	-0,108	0,123	0,026	-0,127	0,179
IDC	0,000	-0,001	0,001	-0,000	-0,002	0,001	-0,000	-0,002	0,001
ENA	0,009	-0,022	0,041	-0,027	-0,070	0,014	-0,024	-0,075	0,026
IDHE	-0,414*	-0,869	0,040	-0,486**	-0,914	-0,057	-0,185	-0,638	0,268
APLAN	0,000	-0,008	0,009	0,003	-0,005	0,012	0,003	-0,007	0,014
PPP	-0,100**	-0,188	-0,012	-0,097**	-0,184	-0,010	-0,032	-0,120	0,055
CMEC				0,051*	-0,009	0,112	0,039	-0,035	0,113
CONT							-0,229***	-0,292	-0,166
N	<b>250</b>			<b>234</b>			<b>135</b>		
R <sup>2</sup> ajustado	<b>0,0632</b>			<b>0,0885</b>			<b>0,3494</b>		

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

*Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.*

\*; \*\*, \*\*\* =  $p < 0,1$ ,  $p < 0,05$ ,  $p < 0,01$ , respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 31, no modelo 1, ao nível de 5% de significância, o nível de aderência (bloco 3 – instrumentos financeiros derivativos) calculado

com base nos projetos pedagógicos foi menor, em média, 0,100 do que a aderência observada com base nas fichas de disciplina. No modelo 2, as variáveis que apresentaram significância estatística ao nível de 5%, foram a IDHE e PPP, demonstrando que dentre os cursos que tiveram CMEC, o nível de aderência tem relação negativa com o IDHE, e que os projetos pedagógicos apresentaram, em média, menor nível aderência do que as fichas de disciplina em 0,097. Já no modelo 3, pode-se verificar que o nível de aderência das disciplinas de contabilidade foi menor, em média 0,229 do que o nível das disciplinas de finanças ou afins. A Tabela 32 demonstra os resultados das regressões a partir dos modelos propostos cujo bloco 4 é a variável dependente.

Tabela 32 – Resultados das regressões com a variável Bloco 4 como dependente

Variáveis	Modelo 1 ADC Bloco 4		Modelo 2 ADC Bloco 4		Modelo 3 ADC Bloco 4	
	Coef.	IC 95%	Coef.	IC 95%	Coef.	IC 95%
Federal	-0,013	-0,028 0,001	-0,015**	-0,029 -0,000	-0,011	-0,036 0,014
Univers.	0,016**	0,005 0,028	0,019***	0,008 0,031	0,022***	0,007 0,038
CHM	-0,007	-0,025 0,010	-0,004	-0,022 0,013	-0,002	-0,028 0,022
IDC	-0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000
ENA	0,000	-0,004 0,005	-0,004	-0,011 0,001	-0,009	-0,022 0,002
IDHE	-0,011	-0,087 0,063	-0,005	-0,077 0,066	-0,003	-0,119 0,112
APLAN	0,000	-0,001 0,001	0,000	-0,001 0,001	0,007	-0,001 0,003
PPP	-0,011	-0,029 0,006	-0,005	-0,019 0,008	-0,004	-0,023 0,014
CMEC			0,007	-0,001 0,016	0,015*	-0,000 0,031
CONT					0,020**	0,002 0,038
N	<b>250</b>		<b>234</b>		<b>135</b>	
R <sup>2</sup> ajustado	<b>0,0492</b>		<b>0,0698</b>		<b>0,1322</b>	

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.

\*, \*\*, \*\*\* =  $p < 0,1$ ,  $p < 0,05$ ,  $p < 0,01$ , respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 32, no modelo 1, ao nível de 5% de significância, o nível de aderência (bloco 4 – operações e contabilidade de hedge) das universidades foi maior, em média 0,016, do que as demais instituições de ensino. No modelo 2, as variáveis que apresentaram significância estatística ao nível de 5%, foram a Federal e Univers., demonstrando que dentre os cursos que tiveram CMEC, o nível de aderência das instituições de ensino federais foi menor do que o das demais, e que as universidades obtiveram nível de aderência maior do que as demais. Por fim, no modelo 3, pode-se verificar que o nível das universidades é maior, em média, 0,022 do que o das demais instituições de ensino, e que

o nível de aderência das disciplinas de contabilidade foi maior, em média 0,020 do que o nível das disciplinas de finanças ou afins.

Por fim, a tabela 33 apresenta um teste de robustez para identificar se o fator data do PPP e/ou fichas de disciplina afeta a relação entre a nota ENADE (relativa ao ano de 2015) e o índice de aderência dos cursos (bloco 5). Para tanto, realizou-se uma regressão apenas dos cursos com os seus documentos datados até o ano de 2015.

Tabela 33 – Resultados das regressões dos cursos com PPP e/ou fichas até o ano de 2015

Variáveis	Modelo 1 ADC Bloco 5		Modelo 2 ADC Bloco 5		Modelo 3 ADC Bloco 5	
	Coef.	IC 95%	Coef.	IC 95%	Coef.	IC 95%
Federal	-0,040	-0,091 0,010	-0,036	-0,088 0,014	-0,074***	-0,126 -0,021
Univers.	0,022	-0,016 0,061	0,030	-0,011 0,071	0,035	-0,000 0,071
CHM	-0,007	-0,060 0,045	-0,016	-0,067 0,034	-0,056**	-0,111 -0,001
IDC	0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000	0,000	-0,000 0,000
ENA	0,013	-0,008 0,034	-0,011	-0,037 0,014	0,011	-0,012 0,034
IDHE	0,020	-0,202 0,244	0,011	-0,205 0,228	-0,054	-0,272 0,163
APLAN	0,001	-0,003 0,005	0,001	-0,003 0,005	0,001	-0,022 0,006
PPP	-0,052**	-0,010 -0,010	-0,050**	-0,090 -0,011	-0,044***	-0,075 -0,012
CMEC			0,031**	0,002 0,060	0,018	-0,013 0,050
CONT					-0,028**	-0,056 -0,000
N	<b>87</b>		<b>81</b>		<b>50</b>	
R <sup>2</sup> ajustado	<b>0,1525</b>		<b>0,1897</b>		<b>0,4321</b>	

Nota: as estatísticas variance inflation factor (VIF) não indicaram problemas de multicolinearidade entre as variáveis, pois todas ficaram abaixo de 5,0.

Coeficiente = coeficiente beta ou parâmetro regressor; Federal = variável dummy, recebendo 1 para IES federais e 0 para as demais classificações; Univers. = variável dummy, recebendo 1 para IES cuja organização acadêmica é universidade e 0 para os demais casos; CHM = carga horária mínima do curso; IDC = idade do curso que é o nº de anos desde a sua criação; ENA = nota do ENADE; IDHE = índice de desenvolvimento humano relativo à educação, calculado pela média por estado; APLAN = área plantada de cultura temporária e permanente do estado; PPP = variável dummy, recebendo 1 para a aderência identificada pelo projeto político pedagógico do curso e 0 para a aderência identificada pela ficha de disciplina; CMEC = conceito de qualidade do curso dada pelo MEC; CONT = variável dummy, recebendo 1 para as disciplinas de contabilidade e 0 para as disciplinas de finanças ou afins.

\*, \*\*, \*\*\* =  $p < 0,1$ ,  $p < 0,05$ ,  $p < 0,01$ , respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Pelo teste adicional, observa-se que há indícios de que a data não afeta a relação entre a nota ENADE e o índice de aderência dos cursos, mas há a limitação dos cursos cujas datas não foram identificadas nos PPPs e/ou fichas de disciplinas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas, no curso de suas atividades, estão sujeitas a riscos que podem comprometer a sua continuidade operacional, com isso utilizam os instrumentos financeiros derivativos como ferramenta de proteção ao risco. Pesquisas anteriores demonstram que as empresas estão cada vez mais utilizando instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* como estratégia de estabilização dos resultados e consequente mitigação dos riscos que podem ocasionar perdas financeiras.

Nesse sentido, é necessário que os profissionais contábeis que atuam diretamente no controle, mensuração, reconhecimento e evidenciação das operações relativas aos instrumentos financeiros tenham conhecimentos técnicos para elaborarem as demonstrações contábeis conforme os padrões contábeis estabelecidos pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais têm origem nas normas internacionais de contabilidade. Assim, as IES assumem um relevante papel no processo de formação e qualificação dos discentes com a oferta de conteúdos sobre instrumentos financeiros que estejam alinhados com as demandas sociais, dentre elas os aspectos legais e de mercado.

Nesse contexto é que surge a questão que norteou este estudo: qual é o nível de aderência do conteúdo curricular dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis brasileiros aos pronunciamentos técnicos do CPC sobre instrumentos financeiros, derivativos e *hedge*? A metodologia utilizada se baseou na quantificação do índice de aderência apresentado pelos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis em seus projetos pedagógicos e fichas de disciplina disponíveis nas páginas de internet de suas respectivas IES. Essa quantificação foi possível com a análise das ementas e conteúdo programático constantes dos documentos citados, feita com base em um instrumento de coleta de dados, com 40 questões.

A amostra compreendeu 250 cursos que mantinham os seus respectivos PPPs e/ou fichas de disciplina publicados em suas páginas de internet, inclusive ementários publicados no próprio site da IES, dos quais 140 apresentaram algum nível de aderência aos pronunciamentos contábeis que tratam de instrumentos financeiros.

Os resultados mostram que a maioria dos cursos analisados (55,1%) oferecem o conteúdo sobre instrumentos financeiros nas disciplinas de Contabilidade Avançada, Contabilidade das Instituições Financeiras e Mercado Financeiro e de Capitais, conforme indicado na Proposta Nacional de Conteúdo do Conselho Federal de Contabilidade.

O nível de aderência dos cursos, considerando todas as questões (bloco 5), foi em média 4,1%. Observou-se que os cursos oferecidos por universidades, bem como os cursos das regiões

Norte e Nordeste apresentaram maior nível de aderência do conteúdo curricular aos pronunciamentos contábeis. A segregação dos índices de aderência em quatro blocos (riscos, instrumentos financeiros e suas espécies; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros; instrumentos financeiros derivativos e operações e contabilidade de *hedge*) mostrou que o bloco 3 (instrumentos financeiros derivativos) foi o que apresentou maior nível de aderência (14,6%), evidenciando que o conteúdo mais aderente não é aquele relacionado à reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros, bem como não é aquele ligado à contabilização das operações de *hedge*.

Investigando a frequência das questões nos documentos analisados, os resultados mostram que a metade dos itens do instrumento utilizado não consta dos projetos pedagógicos e/ou fichas de disciplina dos cursos. Há uma lacuna na oferta de conteúdo sobre instrumentos financeiros que as IES podem preencher com a inclusão em seus currículos dos seguintes pontos, por exemplo: instrumentos financeiros sofisticados (questão 5), cálculo do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (questão 15), contabilização do *hedge* de valor justo (questão 26), métodos de avaliação dos requisitos de efetividade de *hedge* (questão 30) e ganho ou perda em ativo ou passivo financeiro mensurado a valor justo (questão 34).

Dessa forma, em resposta à questão de pesquisa colocada, conclui-se que há um nível baixo de aderência dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis analisados aos pronunciamentos técnicos sobre instrumentos financeiros emitidos pelo CFC. Destaca-se que dos 250 cursos analisados, pouco mais da metade (140 cursos) apresentou algum nível de aderência do conteúdo ofertado.

Com a realização de testes estatísticos, identificou-se que os cursos que obtiveram algum nível de aderência do conteúdo, total de 140, em relação ao índice de aderência, estatisticamente, não diferem se comparados por categoria administrativa, organização acadêmica, região geográfica e CMEC, demonstrando a existência de características isomórficas entre os cursos estudados. Além disso, encontrou-se isomorfismo quanto às disciplinas em que o conteúdo é ofertado, pois mais da metade das disciplinas analisadas (55,1%) ofertam o conteúdo de instrumentos financeiros conforme a proposta do CFC. Infere-se, com isso, que os cursos tendem a ter características isomórficas tanto pelo mecanismo mimético (nível de aderência) como também pelo coercitivo (disciplinas).

Buscando incrementar os resultados obtidos, foi realizada análise multivariada para a identificação de possíveis determinantes do nível de aderência dos cursos. Nos modelos em que foram consideradas todas as questões do instrumento de coleta dos dados (bloco 5), nos modelos 1 e 2 encontrou-se que, em média, o nível de aderência obtido pelos projetos

pedagógicos é menor do que os provenientes das fichas de disciplina. Os resultados das regressões reforçam a existência do isomorfismo entre os cursos no que concerne ao nível de aderência do conteúdo ofertado pelas IES analisadas, em função da pouca ocorrência de betas significativos a 5% em relação às características dos cursos.

São cinco os limites que estiveram presentes neste estudo. O primeiro refere-se à constituição de uma evolução histórica do nível de aderência do conteúdo dos cursos, pois analisou-se os documentos disponibilizados *on line* pelas IES na data da coleta. O segundo limite relaciona-se ao detalhamento do conteúdo analisado, sendo que não se teve acesso ao plano de ensino que poderia conter maiores detalhes. O terceiro limite esteve ligado à análise do currículo formal das IES, vislumbrando a existência do currículo oculto cujo conteúdo até pode ser trabalhado em sala de aula, porém não o é oficialmente publicado. O quarto limite relacionou-se à possibilidade de o conteúdo de instrumentos financeiros ser abordado na disciplina de tópicos contemporâneos da Contabilidade, cuja seleção de conteúdo programático fica subordinada ao responsável pela disciplina. E o quinto, à ausência de data da elaboração do PPP e/ou ficha de disciplina de determinados cursos.

Espera-se que este estudo contribua com as linhas de pesquisa sobre aderência dos conteúdos ofertados pelas IES às demandas sociais, entendidas como necessidades do mercado profissional e atendimento às normas que regem a profissão contábil no país. Espera-se, também, que o estudo gere uma reflexão no meio acadêmico quanto aos itens que podem ser incluídos no currículo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre instrumentos financeiros.

Recomenda-se a realização de pesquisas futuras envolvendo os pontos abaixo expostos:

- a) investigar a causa da baixa aderência do conteúdo sobre instrumentos financeiros ofertados pelos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis;
- b) entender os fatores determinantes do isomorfismo entre os cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis quanto à elaboração do currículo e consequente oferta do conteúdo sobre instrumentos financeiros e demais;
- c) avaliar os efeitos da oferta do conteúdo sobre instrumentos financeiros sob a ótica das empresas e dos acionistas em relação à prestação de serviços dos profissionais graduados em Ciências Contábeis;
- d) investigar o uso de instrumentos financeiros derivativos por pequenas e médias empresas, haja visto que representa a maioria das empresas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- AL-MUTAIRI, A.; NASER, K.; AL-DUWAILA, N. Students' attitudes towards the adoption of international financial reporting standards (IFRS) in Kuwait. **Asian Social Science**, v. 13, n. 5, p. 85-95, 2017. Disponível em: <<https://DOI:10.5539/ass.v13n5p85>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- ABDEL-KHALIK, A. R.; CHEN, P. Growth in financial derivatives: the public policy and accounting incentives. **J. Account. Public Policy**, v. 34, p. 291-318, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jacccpubpol.2015.01.002>>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- ALMEIDA, K. K. N.; CALLADO, A.L.C. Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do Setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da teoria institucional. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, v.7, n.1, p. 222-239, jan./abr. 2017. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44357/indicadores-de-desempenho-ambiental-e-social-de--->> Acesso em: 25 nov. 2017.
- ALVES, D. S. et al. O ensino dos CPCs nos cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior do Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 32, p. 48-70, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 12 out. 2017
- AMBROZINI, M. A. Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas empresas brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 24, p. 25-42, set/dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n24p25>>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARAUJO, C. G. et al. *Hedge accounting*: análise da extensão de sua utilização nas empresas brasileiras que compõem o IBRX-100. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais eletrônicos**. São Paulo/SP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/231.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- ATHANASIOS, M.; DIMITRIOS, K.; YIANNIS, P. Accounting curriculum and market needs. **Education + Training**, v. 56, p. 776 – 94, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/ET-12-2013-0138>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- BARTRAM, S. M.; BROWN, G. W.; FEHLE, F. R. International evidence on financial derivatives usage. **Financial Management**, v. 38, 185–206, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1755-053X.2009.01033.x>>. Acesso em: 27 ago. 2017
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 77 – 104, 2001. Disponível em:<[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00019-2)>. Acesso em: 10 set. 2017.

BEATTY, A. Assessing the use of derivatives as part of a risk-management strategy. **Journal of Accounting & Economics**, v. 26, p. 353-357, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410198000366>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BEAVER, W. H. **Financial reporting: an accounting revolution**. New Jersey: Prentice-Hall, 1998.

BIERSTAKER, J. L.; KOPP, L. S.; LOMBARDI, D. R. Are financial professionals ready for IFRS?: an exploratory study. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 35, p. 1-7, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.adiac.2016.04.004>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

BRANDAU, M. et al. Institutional drivers of conformity – evidence for management accounting from Brazil and Germany. **International Business Review**, v. 22, p. 466-479, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2012.07.001>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CAMPOS, C.; LEMES, S. Ensino de notas explicativas nos cursos de ciências contábeis de universidades públicas brasileiras. **RACE, Unoesc**, v. 12, n. 1, p. 249-282, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/2309/pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

CAPELLETTO, L. R., OLIVEIRA, J. L.; CARVALHO, L. N. Aspectos do hedge accounting não implementados no brasil. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 42, n. 4, p. 511-523, out./nov./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/download/44461/48081>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CARVALHO, C.; FERREIRA, C.R. Conceitos, processos e identidade no currículo escolar. **Revista da Unifebe**, v.7, n. 7, p. 36-46, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaelectronicaunifebe/article/view/517/282>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849 – 874, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6790>>. Acesso em: 14 out. 2017.

CAVALCANTE, D. S. et al. Adequação dos currículos dos cursos de contabilidade das universidades federais brasileiras ao currículo mundial de contabilidade e o desempenho no ENADE. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 50, p. 42 - 52, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-6/index.php/pensarcontabil/article/view/905>>. Acesso em: 09 set. 2017.

CHANG, H. S.; DONOHOE, M.; SOUGIANNIS, T. Do analysts understand the economic and reporting complexities of derivatives? **Journal of Accounting and Economics**, v. 61, p.

584-604, 2015. Disponível em:  
 <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016541011500052X>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CHEN, W.; TAN, H. T.; WANG, E. Fair value accounting and managers' hedging decisions. **Journal of Accounting Research, Forthcoming**, ago. 2012. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2136481>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 39. Instrumentos financeiros: apresentação. Brasília, 19 nov. 2009. Disponível em:  
 <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/410\\_CPC\\_39\\_rev%2009.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/410_CPC_39_rev%2009.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 02. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Brasília, 07 out. 2010. Disponível em:  
 <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/62\\_CPC\\_02\\_R2\\_rev%2009.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/62_CPC_02_R2_rev%2009.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 46. Mensuração do valor justo. Brasília, 20 dez. 2012. Disponível em:  
 <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395\\_CPC\\_46\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2006.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 48. Instrumentos financeiros. Brasília, 4 nov. 2016. Disponível em:  
 <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/530\\_CPC\\_48.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/530_CPC_48.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2017.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. 2. ed. revista e atualizada (colaboração de: RODRIGUES, A. T. L.; FRANÇA, J. A.; BOARIN, J. J.; COELHO, J. M. A.; CARNEIRO, J. D.; BUGARIM, M. C. C.; MORAIS, M. L. S.), 2009.

CHIQUETO, F. **Hedge accounting no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/ CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em:  
 <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CRUZ, N. V. S. et al. O Ensino da contabilidade vinculada à área de custos e gestão no curso de ciências contábeis no nordeste brasileiro: uma análise da adequação da proposta de conteúdos abordados pelas IES às diretrizes do CFC (2009) e do ISAR/UNCTAD/ONU. **XX Congresso Brasileiro de Custos** – Uberlândia, MG, Brasil, novembro 2013. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/133/133>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CZESNAT, A. F. O.; CUNHA, J. V. A; DOMINGUES, M. J. C. Uma análise comparativa entre os currículos dos cursos de ciências contábeis nas universidades do estado de Santa Catarina listadas no MEC com o currículo internacional proposto pela UNCTAD/ONU/ISAR. **Gestão e Regionalidade**, v. 25, n. 75, set./dez. 2009. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/186/109](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/186/109)>. Acesso em: 12 out. 2017.

DANZIGER, N.; EDEN, Y. Student career aspirations and perceptions: the case of Israeli accounting students. **Accounting Education**, v. 15, p. 113–134, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/06939280600579412>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

DARÓS, B.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **R. Cont. Fin. USP**, São Paulo, n. 39, p. 68 – 80, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000300006>>. Acesso em: 10 out. 2017.

DEMARZO, P. M.; DUFFIE, D. Corporate incentives for hedging and hedge accounting. **The Review of Financial Studies**, v. 8, n. 3, p. 743-771, 1995. Disponível em: <[https://web.stanford.edu/~duffie/jstorlinks/d\\_demarzo1.pdf](https://web.stanford.edu/~duffie/jstorlinks/d_demarzo1.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W.W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/2095101?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2095101?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

EBRAHIM, A.; SCHULTZ, S.; HOLLISTER, J. Instructional case: When derivatives drive Earnings - Crown Oil, Inc. **Journal of Accounting Education**, v. 28, p. 198-209, 2010. Disponível em: <DOI: 10.1016/j.jacedu.2011.07.001>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FARIAS, M. R. S. **Desenvolvimento científico da contabilidade: uma análise baseada na epistemologia realista da ciência**. 222 p. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAVERO, L.P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**, 2017.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. SFAS 133. Accounting for derivative and hedging activities, 1998. Disponível em <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FROSI, M.; OTT, E.; GRANDO, T. Análise do alinhamento dos currículos dos cursos de ciências contábeis de IES da região sul do Brasil com a proposta de currículo do conselho federal de contabilidade. **Congresso ENANPAD**, 37, 2013, Rio de Janeiro/RJ. *Anais...* Rio de Janeiro/RJ, 2013.

GASTWIRTH, J. L.; GEL, Y. R. MIAO, W. The Impact of levene's test of equality of variances on statistical theory and practice. **Statistical Science**, v. 24, n. 3, p. 343-360, 2009. Disponível em: <DOI: 10.1214/09-STS301>. Acesso em: 28 dez. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIMENES, R. M. T. Gestão de risco: análise da utilização de derivativos financeiros pelas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 2, n. 4, p. 23 – 39, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34719>>. Acesso em: 11 out. 2017.

GOLDEN, L. L.; WANG, M.; YANG, C. Handling weather related risks through the financial markets: considerations of credit risk, basis risk, and hedging. **The Journal of Risk and Insurance**, v. 74, p. 319-346, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1539-6975.2007.00215.x>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GUIMARÃES, I. P.; SLOMSKI, V. G.; GOMES, S. M. S. Gestão do projeto político-pedagógico do curso de ciências contábeis e o currículo como instrumento de sua concretização. **R. Cont. Ufba**, v. 4, n. 1, p. 36-55, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1627>>. Acesso em: 08 set. 2017.

HELEN, W.; KH, W. An empirical study - adoption of international financial reporting standards (IFRS) in Hong Kong education. **Journal of Management Research**, v. 5, n. 4, p. 98-107, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5296/jmr.v5i4.4256>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info>>. Acesso em: 14 out. 2017.

HOITASH, R.; HOITASH, U.; YEZEGET, A. The effect of accounting reporting complexity on financial analysts. **SSRN Electronic Journal**, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2958417>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

HONG, S.; SOHN, S. Y. Peer group analysis for introducing weather derivatives for a city. **Expert Systems with Applications**, v. 40, p. 5680-5687, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.eswa.2013.04.033>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

HSIAO, Y.; TSAI, W. Financial literacy and participation in the derivatives markets. **Journal of Banking & Finance**, v. 88, p. 15-29, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2017.11.006>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IFRS 9. Financial instruments, 2016. Disponível em <<http://eifrs.ifrs.org>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JACKLING, B.; HOWIESON, B.; NATOLI, R. Some implications of ifrs adoption for accounting education. **Australian Accounting Review**, n. 63, v. 22, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2012.00197.x>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

JACKLING, B.; LANGE, P. D. Do accounting graduates' skills meet the expectations of employers? A matter of convergence or divergence. **Accounting Education**, v. 18, n. 4-5, p. 369-385, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09639280902719341>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

KAWALLER, I. G. What analysts need to know about accounting for derivatives. **Financial Analysts Journal**, v. 60, p. 24–30, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.2469/faj.v60.n2.2606>>. Acesso em: 08 set. 2017.

KLANN, R. C.; CUNHA, P. R.; FILHO, J. R. T. Participação dos instrumentos financeiros derivativos no balanço patrimonial de companhias brasileiras. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 2, p. 65 – 84, abr./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7895>>. Acesso em: 10 out. 2017.

KOULOUKOUTI, D.; SILVA, A. C. R.; GABRIEL, J. R. B.; ANDRADE, J. O. G. Currículo mundial e o ensino de contabilidade: um estudo comparativo da matriz curricular dos cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e francesas. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 15, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em:<<http://www.contextus.ufc.br>>. Acesso em: 12 out. 2017.

LIMA, J. G. et al. Startups no agronegócio brasileiro: uma revisão sobre as potencialidades do setor. **Brazilian Journal of Production Engineering (BJPE)**, v. 3 n.1, p. 107-121, 2017. Disponível em: <[http://www.periodicos.ufes.br/BJPE/article/view/v3n1\\_10/pdf](http://www.periodicos.ufes.br/BJPE/article/view/v3n1_10/pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MASHEANE, M. Beta alpha psi award winning manuscript derivatives: accounting and economic issues. **Journal of Accounting Education**, v. 16, n. 3/4, p. 591-598, 1998. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0748-5751\(98\)00027-X](https://doi.org/10.1016/S0748-5751(98)00027-X)>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MALQUIAS, R. F.; LEMES, S. Disclosure of financial instruments according to International Accounting Standards: empirical evidence from Brazilian companies. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 3, p. 82-107, jul/set. 2013. Disponível em: <[http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod\\_artigo=82](http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=82)>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MANCHIRAJU, H. et al. Fair value gains and losses in derivatives and ceo compensation. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 31, p. 311-338, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0148558X15584238>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MANDILAS, A.; KOURTIDIS, D.; PETASAKIS, Y. Accounting curriculum and market needs. **Education + Training**, v. 56, p. 776-794, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/ET-12-2013-0138>>. Acesso em 29 dez. 2017.

MAPURUNGA, P. V. R. et al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **R. Cont. Fin. – USP, São Paulo**, v. 22, n. 57, p. 263-278, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/issue/view/2794>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MARADONA, A. F.; CHAND, P. The pathway of transition to international financial reporting standards (IFRS) in developing countries: evidence from indonesia. **Journal of the Chinese Institute of Chemical Engineers**, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2017.12.005>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MARRIOTT, P.; MARRIOTT, N. Are we turning them on? A longitudinal study of undergraduate accounting students' attitudes towards accounting as a profession, **Accounting**

**Education**, v. 12, n.2, p. 113–133, 2003. Disponível em:  
 <<https://doi.org/10.1080/0963928032000091738>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

MARX et al. EDISON-WMW: exact dynamic programing solution of the Wilcoxon–Mann–Whitney Test. **Genomics, Proteomics, Bioinformatics**, v. 14, p. 55–61, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gpb.2015.11.004>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MATOS, E. B. S. et al. Utilização de derivativos e hedge accounting nas empresas brasileiras e japonesas negociadas na NYSE. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 2, p. 74-90, mai/ago. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/30410>>. Acesso em: 08 set. 2017.

MENDES, P. C. M.; SILVA, A. B.; NIYAMA, J. K. A aderência do conteúdo da disciplina contabilidade tributária ministrada nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil ao conteúdo do currículo internacional proposto pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**. Natal-RN. v. 3, n. 1, p. 1 – 19, jan./jun. 2011. Disponível em:  
 <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1320>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOREIRA, C. F. P; LIMA, A. V. A evidenciação dos derivativos no brasil: uma tentativa de convergência para procedimentos internacionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 8, n. 1, p. 81 – 97, 2003. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5614>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Regulação contábil e a divulgação de informações de operações com instrumentos financeiros derivativos: análise do impacto da cvm nº 566/08 e da cvm nº 475/08 no *disclosure* das companhias abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 3, n. 6, p. 3 – 21, mai./ago. 2009. Disponível em:  
 <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34738>>. Acesso em: 11 out. 2017.

NIYAMA, J. K. et al. Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis: estudo da oferta nas instituições de ensino superior das capitais brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p.100 - 117, 2008.  
 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/34708/37446>>. Acesso em: 16 out. 2017.

NORTH, D. C. Desempenho econômico através do tempo. **Revista de Direito Administrativo**, v. 255, p. 13-30, set./dez. 2010. Disponível em:  
 <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/8428/7177>>. Acesso em 19 out. 2017.

OLIVEIRA, G.; PACHECO, M. **Mercado Financeiro: Objetivo e Profissional**. 2 ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2010. 332 p.

OLIVEIRA, K. G. et al. Análise comparativa entre os currículos das ifes brasileiras e a proposta curricular do conselho federal de contabilidade. **IX Congresso ANPCONT**, Curitiba, maio/jun. 2015. Disponível em:  
 <<http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/epc038.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

OLIVEIRA, M. C. et al. *Disclosure* social de empresas brasileiras e britânicas à luz da

teoria institucional. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 1, p. 2 – 26, 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ASAA/article/viewFile/1839/1697>>. Acesso em: 13 out. 2017.

OST, B. B.; VENDRUSCOLO, M. I. Educação de derivativos: práticas e adequação das grades curriculares às possibilidades do mercado de opções em IES gaúchas. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**. Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 6, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.domalberto.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Educa%C3%A7%C3%A3o-de-Derivativos-Pr%C3%A1ticas-e-Adequa%C3%A7%C3%A3o-das-Grades-Curriculares-%C3%A0s-Possibilidades.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PANARETOU, A.; SHACKLETON, M. B.; TAYLOR, P. A. Corporate risk management and hedge accounting. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, p. 116-139, 2013. Disponível em: <<http://doi/10.1111/j.1911-3846.2011.01143.x/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PEREIRA, M. R. et al. Características econômicas de empresas e uso de hedge accounting: um estudo em empresas do setor de consumo não-cíclico listadas no novo mercado da BM&Fbovespa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 74 – 87, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>>. Acesso em: 13 out. 2017.

PINHO, R. C. S.; RODRIGUES, M. D. N. Análise comparativa dos conteúdos das disciplinas de custos dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras com o currículo mundial. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 76-91, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

POTIN, S. A.; BORTOLON, P. M.; NETO, A. S. *Hedge accounting* no mercado acionário brasileiro: efeitos na qualidade da informação contábil, *disclosure* e assimetria de informação. **R. Cont. Fin. – USP**, v. 27, n. 71, p. 202 – 216, mai./jun./jul./ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rcf/2016nahead/pt\\_1808-057x-rct-aop0316-201602430.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcf/2016nahead/pt_1808-057x-rct-aop0316-201602430.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

POWSEY, N. L. IFRS adoption: a costly change that keeps on costing. **Accounting Forum**, v. 41, p. 116-131, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.02.002>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

RAUPP, F. M. et al. O ensino de contabilidade de custos nos cursos de graduação em administração do estado de Santa Catarina. **ABCustos**, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 4, n. 2, p. 97-117, mai/ago 2009. Disponível em: <<https://abcustos.emnuvens.com.br/abcustos/article/view/65>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. M. M. (Org.). **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. 357p.

RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Evidências da globalização na educação contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n. 35, p. 35-44, mai./ago., 2004. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista>>. Acesso em: 12 out. 2017

RODRIGUES, E. R. **O ensino de finanças corporativas: proposta do conteúdo programático para a área temática de finanças nos cursos de graduação em Administração.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SCOTT, W.R. **Institutions and organizations: ideas, interests, and identities.** Stanford University, 4 ed., 2013.

\_\_\_\_\_. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, vol. 32, n. 4, p. 493-511, 1987. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/2392880?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2392880?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 19 out. 2017.

SILVA, E. C. O.; RÊGO, T. F. Proposta formativa versus desempenho: um estudo comparativo entre os cursos de graduação em ciências contábeis das IFES brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 2, p. 55-74, jul/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewFile/2086/1836>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SILVA, J. L.; MENDONÇA, J. F. O ensino da contabilidade por projetos: uma aplicação da multidisciplinaridade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 4, p. 99-119, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/821>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; PEREIRA, J. M. ENADE e proposta curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de ciências contábeis. **REPeC**, v. 11, n. 3, art. 1, p. 261-275, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i3.1479>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

STICCA, R. M.; NAKAO, S. H. Fatores que promovem discordâncias entre fisco e contribuinte a respeito da comprovação de *hedge*. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p. 25-50, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n21p25>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

UKPONG, O. U.; UDO, S. D. Sufficiency of accounting curriculum in equipping students with international financial reporting standards (IFRS) skills in nigerian universities. **Academic Discourse: An International Journal**, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.globalacademicgroup.com/journals/academic%20discourse/okon2.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

VYSOTSKAYA, A.; PROKOFIEVA, M. The difficulties of teaching IFRS in Russia. **Issues in Accounting Education**, v. 28, n. 2, p. 309-319, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.2308/iace-50363>>. Acesso em: 12 out. 2017.

WELLS, P. K. How well do our introductory accounting text books reflect current accounting practice? **Journal of Accounting Education**, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2017.12.003>>. Acesso em 05 jan. 2018.

ZHANG, H. Effect of derivative accounting rules on corporate risk-management behavior. **Journal of Accounting and Economics**, n. 47, p. 244 – 264. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410108000803>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Apêndice A: Instrumento de coleta de dados utilizado para a pesquisa

<b>Instituição:</b>						
<b>Código do curso:</b>						
<b>Data da análise:</b>						
Nº	Item	<u>Disciplina de Contabilidade</u> (1 se possui, 0 se não possui)	<u>Disciplina de Contabilidade</u> (1 se possui, 0 se não possui)	<u>Disciplina de Finanças ou outra área</u> (1 se possui, 0 se não possui)	<u>Disciplina de Finanças ou outra área</u> (1 se possui, 0 se não possui)	<u>Ficha de Disc.</u>
		<u>PPP</u>	<u>Ficha de Disc.</u>	<u>PPP</u>	<u>Ficha de Disc.</u>	
1	Gestão de riscos financeiros?					
2	Instrumentos Financeiros?					
3	Classificação de Instrumentos Financeiros?					
4	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação?					
5	Instrumentos Financeiros Sofisticados?					
6	Instrumentos Financeiros Híbridos?					
7	Instrumentos Financeiros Embutidos?					
8	Instrumentos Financeiros Compostos?					
9	Instrumentos Financeiros Derivativos?					
10	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda?					
11	Instrumentos Financeiros Mantidos para Negociação?					
12	Instrumentos Financeiros Mantidos até o Vencimento?					
13	Instrumentos Financeiros e Ajustes de Avaliação Patrimonial?					
14	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros?					
15	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros Derivativos?					
16	Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros?					
17	Mensuração de Perda de Crédito de Instrumentos Financeiros?					
18	Provisão para Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros?					
19	Contabilidade de operações de proteção patrimonial?					
20	Instrumentos de <i>Hedge</i> ?					
21	Contabilidade de Hedge ( <i>Hedge Accounting</i> )?					
22	Operações de <i>Hedge</i> ?					
23	Operações de <i>Hedging</i> ?					
24	Objeto de <i>Hedge</i> ?					

25	Contabilização do <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa?				
26	Contabilização do <i>Hedge</i> de Valor Justo?				
27	Contabilização do <i>Hedge</i> de Investimento no Exterior?				
28	<i>Hedge</i> de Investimento Líquido?				
29	Avaliação da Efetividade do <i>Hedge</i> ?				
30	Métodos de Avaliação dos Requisitos de Efetividade de <i>Hedge</i> ?				
31	Mensuração de Inefetividade de <i>Hedge</i> ?				
32	Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?				
33	Passivo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?				
34	Ganho ou Perda em Ativo ou Passivo Financeiro Mensurado a Valor Justo?				
35	Contrato de Swap?				
36	Contrato de Opções?				
37	Opções de venda ( <i>put options</i> )?				
38	Opções de compra ( <i>call options</i> )?				
39	Contrato futuro?				
40	Contrato a termo?				

**Apêndice B: Papel de trabalho utilizado paralelamente à aplicação do instrumento de coleta de dados**

Nº	Descrições das questões	Comentários que auxiliaram na aplicação do instrumento
1	Gestão de riscos financeiros?	Para este item foram considerados aqueles com denominação relacionada à gestão de riscos, como gerenciamento de risco, avaliação de risco, administração de riscos, administração de riscos cambiais, projeção de risco (volatilidade) de ativos, risco base, risco financeiro e análise de risco em disciplinas de finanças. Não foi considerada na verificação de aderência a expressão <i>risco e retorno</i> relativa à análise de carteira de investimentos.
2	Instrumentos Financeiros?	
3	Classificação de Instrumentos Financeiros?	Neste item foram considerados termos que indicam uma classificação dos instrumentos financeiros, como tipos de instrumentos financeiros derivativos, principais instrumentos financeiros, outros derivativos.
4	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação?	No presente item foi considerada como aderente a expressão <i>registro contábil dos derivativos</i> .
5	Instrumentos Financeiros Sofisticados?	
6	Instrumentos Financeiros Híbridos?	
7	Instrumentos Financeiros Embutidos?	
8	Instrumentos Financeiros Compostos?	
9	Instrumentos Financeiros Derivativos?	Pontuou-se como (1) “possui” no PPP e/ou Ficha de disciplina os termos relativos a derivativos. O fato de o documento da IES trazer o tópico de derivativos, operações com derivativos, mercado de derivativos, aspectos introdutórios de derivativos, derivativos de ações implica na abordagem de instrumentos financeiros derivativos pela disciplina.
10	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda?	
11	Instrumentos Financeiros Mantidos para Negociação?	
12	Instrumentos Financeiros Mantidos até o Vencimento?	
13	Instrumentos Financeiros e Ajustes de Avaliação Patrimonial?	
14	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros?	Pontou-se neste como (1) “possui” no PPP e/ou Ficha de disciplina o termo instrumento financeiro: mensuração do valor justo.
15	Cálculo do Valor Justo de Instrumentos Financeiros Derivativos?	
16	Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros?	Para o presente item foi considerado como aderente e, consequentemente, recebeu a pontuação (1) o termo <i>perdas em operações com instrumentos financeiros</i> .
17	Mensuração de Perda de Crédito de Instrumentos Financeiros?	
18	Provisão para Perdas de Crédito de Instrumentos Financeiros?	Neste item, pontuou-se como (1) “possui” no PPP e/ou Ficha de disciplina a expressão <i>provisão para perdas de ativos financeiros</i> no tópico de operações com derivativos.

19	Contabilidade de operações de proteção patrimonial?	Pontuou-se neste item como (1) “possui” no PPP e/ou Ficha de disciplina a expressão <i>contabilização de operações com derivativos</i> .
20	Instrumentos de <i>Hedge</i> ?	
21	Contabilidade de <i>Hedge</i> ( <i>Hedge Accounting</i> )?	Foi considerada a expressão <i>contabilização de hedge</i> para o presente item.
22	Operações de <i>Hedge</i> ?	A menção da palavra <i>Hedge</i> no PPP e/ou Ficha ensejou a pontuação desta questão pela IES.
23	Operações de <i>Hedging</i> ?	Pontuou-se a presença da palavra <i>Hedging</i> no documento da IES.
24	Objeto de <i>Hedge</i> ?	A menção da palavra <i>Hedge</i> no PPP e/ou Ficha ensejou a pontuação desta questão pela IES.
25	Contabilização do <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa?	
26	Contabilização do <i>Hedge</i> de Valor Justo?	
27	Contabilização do <i>Hedge</i> de Investimento no Exterior?	
28	<i>Hedge</i> de Investimento Líquido?	
29	Avaliação da Efetividade do <i>Hedge</i> ?	
30	Métodos de Avaliação dos Requisitos de Efetividade de <i>Hedge</i> ?	
31	Mensuração de Inefetividade de <i>Hedge</i> ?	
32	Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?	
33	Passivo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado?	
34	Ganho ou Perda em Ativo ou Passivo Financeiro Mensurado a Valor Justo?	
35	Contrato de Swap?	Considera-se a existência, no documento da IES, a menção ao termos <i>Swaps</i> , <i>Swap</i> , visto que este tipo derivativo é formalizado por meio de um contrato.
36	Contrato de Opções?	Considera-se a existência, no documento da IES, a menção aos termos <i>Opção</i> , <i>Opções</i> , <i>Mercado de Opções</i> visto que este tipo derivativo é formalizado por meio de um contrato.
37	Opções de venda ( <i>put options</i> )?	Considera-se a existência, no documento da IES, a menção ao termo <i>Opções de Venda ou Put Options</i> . Foram pontuados para a IES os termos precificação de opção de venda, estratégias com opções de venda.
38	Opções de compra ( <i>call options</i> )?	Considera-se a existência, no documento da IES, a menção ao termo <i>Opções de Compra ou Call Options</i> . Foi pontuado para a IES o termo estratégias com opções de compra.
39	Contrato futuro?	Considera-se também a existência, no documento da IES, a menção apenas aos termos <i>Bolsa Mercantil &amp; Futuros</i> , <i>Mercado Futuro</i> , <i>Futuro</i> , visto que este tipo derivativo é formalizado por meio de um contrato.
40	Contrato a termo?	Considera-se também a existência, no documento da IES, a menção apenas à palavra <i>Termo</i> , <i>Mercado a termo</i> , visto que este tipo derivativo é formalizado por meio de um contrato.

**Anexo I: Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático**

Código	Título	Carga Horária
<b>CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA</b>		
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
1004	Comunicação Empresarial	60
1005	Economia	90
1006	Administração	60
1007	Instituições de Direito Público e Privado	60
1008	Direito Comercial e Legislação Societária	60
1009	Direito Trabalhistas e Legislação Social	60
1010	Direito e Legislação Tributária	90
1011	Ética e Legislação Profissional	60
1012	Filosofia da Ciência	30
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30
1014	Psicologia Organizacional	30
1015	Tecnologia da Informação	60
<b>SUBTOTAL</b>		<b>900</b>
<b>CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>		
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditória	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.680</b>
<b>CONTEÚDO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA</b>		
3001	Estágio de Iniciação Profissional	180
3002	Metodologia de Pesquisa	60
3003	Trabalho de Conclusão de Curso	120
	Atividades Complementares	60
<b>SUBTOTAL</b>		<b>420</b>
<b>CONTEÚDO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS – MÍNIMO DE 180 HORAS</b>		
4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
4002	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60
4003	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60
4004	Contabilidade Nacional	60
4005	Economia Brasileira	60
4006	Governança Corporativa	60
4007	Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	60

Fonte: CFC (2009)